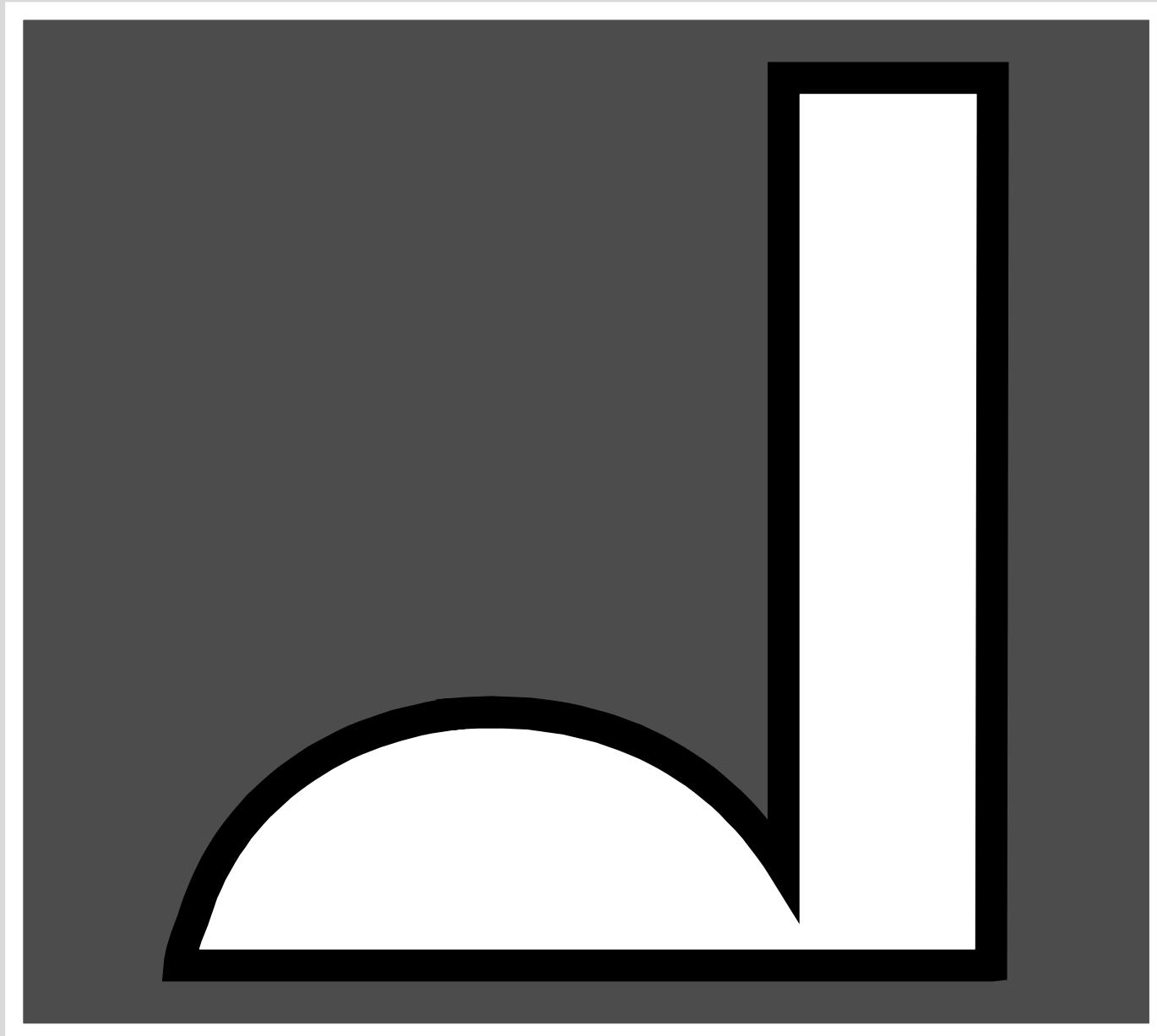




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 147 – QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Sliessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella - PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT-13, PSB – 3, PTB – 3)		
LÍDER – PT Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe – PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa – PTB	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL – 17, PSDB – 12 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 17 José Agripino - PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT Vice-Líder Almeida Lima LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL Vice-Líder Aelton Freitas LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS
LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes		
 LÍDER - PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	 LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT	
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 196, de 2 de julho de 2004, que *“abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, no valor de R\$ 86.080.000,00 para os fins que especifica”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de setembro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 14 de setembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 127ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE SETEMBRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será dedicado a homenagear as cidades de Cruzeiros do Sul e Sena Madureira, no Estado do Acre, por ocasião das comemorações do centenário de fundação e instalação desses Municípios, de acordo com os Requerimentos nºs 1.116 e 1.117, de 2004, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, e outros Srs. Senadores.

29311

1.2.2 – Oradores

Senador Geraldo Mesquita Júnior

29311

Senador Sibá Machado

29313

O Sr. Presidente (Senador Paulo Paim).....

29326

1.2.3 – Pareceres

Nº 1.361, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 142, de 2004 (nº 486/2004, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Gregório de Souza Rabêlo Neto* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga da Senhora Anália Francisca Ferreira Martins.

29326

Nº 1.362, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 149, de 2004 (nº 527/2004, na Casa de origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US\$36,000,000.00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao financiamento parcial do “Programa de Saneamento Ambiental do Estado do Espírito Santo – Projeto Águas Limpas” (Projeto de Resolução nº 33, de 2004).....

29328

Nº 1.363, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 146, de 2004

(nº 492/2004, na Casa de origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor <i>Sergio Eduardo Weguelin Vieira</i> , para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga do Senhor Luiz Antonio de Sampaio Campos.	29332
1.2.4 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 33, de 2004, resultante de parecer lido anteriormente.....	29333
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 213, de 2004, em 9 de setembro de 2004, e publicada no dia 13 do mesmo mês e ano, que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades benfeicentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.	29333
1.2.5 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, que dá nova redação aos §§ 2º, 3º e 5º do artigo 50, da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e inclui o § 6º, a este mesmo artigo, para adequar esta Lei ao Plano de Equivalência Salarial por Comprometimento de Renda da Lei nº 8.692, de 1993. Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.....	29334
Projeto de Resolução nº 34, de 2004, de autoria do Senador Valmir Amaral, que trata da divulgação de imagens de pessoas desaparecidas pela TV Senado.....	29336

1.2.6 – Comunicação da Presidência	
Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 34, de 2004.....	29337
1.2.7 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição	
Nº 46, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Rodolfo Tourinho, que altera a Constituição Federal para acrescentar hipótese de nacionalidade originária.....	29337

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 1.222, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando voto aplauso em homenagem aos 15 anos de reconhecimento da Univali – Universidade do Vale do Itajaí.	29339
Nº 1.223, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da jornalista Zeneide Gomes Cruz.	29339
Nº 1.224, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República as informações que menciona.	29339
Nº 1.225, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, pela iniciativa de homenagear, com sessão de desagravo, o Deputado Arlindo Porto, cassado e preso pelo regime militar, em 1964.	29340
Nº 1.226, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Vereador Fabrício Lima, pela iniciativa de recorrer à Justiça contra ato da Câmara Municipal de Manaus, de não realizar sessões num período em que há suspeitas de corrupção praticados em licitações do Estado do Amazonas.	29340
Nº 1.227, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à revista Carta Capital , pelo transcurso do seu 10º aniversário.	29340
Nº 1.228, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal Amazonas em Tempo , pelo transcurso de seu 17º aniversário.	29341
Nº 1.229, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso às vítimas do Edifício Palace II, no Rio de Janeiro, pelo gesto de altruísmo representado pela doação ao ex-Deputado Sérgio Naya de parte do lucro obtido na venda de imóvel da indenização que lhes foi paga.	29341
Nº 1.230, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da atriz Miriam Pires, ocorrido no dia 6 do corrente.	29341
1.2.9 – Discursos do Expediente	
SENADOR JORGE BORNHAUSEN, como Líder – Críticas a discriminação do Governo Federal com a liberação de verbas para investimentos no Estado de Santa Catarina.	29342
SENADOR AELTON FREITAS, como Líder – Importância da aprovação do Projeto de Biossegurança, principalmente aos assuntos que se referem aos agronegócios.	29342
SENADOR PAULO OCTÁVIO – Importância do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2004-Complementar, que cria a Superintendência para o Desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste (SUDECO).	29343

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas ao excesso de Medidas Provisórias editados pelo Governo Federal.....

29345

SENADOR RAMEZ TEBET – Críticas aos critérios adotados para aplicação dos recursos orçamentários.

29348

SENADOR ROBERTO SATURNINO, como Líder – Apresentação de projeto de lei que altera a Lei Complementar nº 64, de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade.....

29351

1.2.10 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2004, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade.

29352

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Denúncias da utilização da máquina administrativa da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul pelo Deputado Estadual Raul Pont.

29353

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Dificuldades de acordo entre a Oposição e o Governo para concluir as votações que se encontram em pauta no esforço concentrado do Congresso Nacional.

29359

SENADOR MAGUITO VILELA – Apelo ao Ministro da Justiça para que adote providências a fim de estancar a violência contra políticos do Estado de Goiás, lamentando o assassinato, ontem, do vereador de Maurilândia, Sr. Aldorando Malta da Silva.

29363

SENADOR SÉRGIO GUERRA, como Líder – Equívocos na tentativa de responsabilizar o Congresso Nacional pela não apreciação de matérias de relevância para o País.

29365

1.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 1.231, de 2004, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aldorando Malta da Silva, candidato a vereador, assassinado no início da noite de ontem na cidade de Maurilândia, Estado de Goiás.

29365

Nº 1.232, de 2004, de autoria do Senador Paulo Octávio e outros Srs. Senadores, solicitando que a Hora do Expediente da sessão do dia 22 do corrente, seja dedicado a homenagear a memória de Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem do 102º aniversário de sua data natalícia.

29366

Nº 1.233, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando que a Hora do Expediente da sessão do dia 26 de outubro próximo, seja dedicado a comemorar o centenário da imigração judaica no Estado do Rio Grande do Sul.

29366

Nº 1.234, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.

29366

Nº 1.235, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à cantora Maria Rita, pela premiação obtida em Los Angeles, vencendo o Grammy Latino, em sua quinta edição, nas categorias Revelação e Melhor Álbum de MPB.....	29367	8.010, de 29 de março de 1990, e acrescenta a alínea f ao inciso I do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, que dispõem sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica e isenção ou redução de impostos de importação, proveniente da Medida Provisória nº 191, de 2004. Apreciação sobreposta tendo em vista a inexistência de acordo entre as Lideranças.....	29370
Nº 1.236, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da professora Lygia Pratini de Moraes, ex-Presidente da Rede Nacional de Combate ao Câncer.....	29367	Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, combinado com o art. 375, VIII, do Regimento Interno) Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2004 (nº 3.015/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências. Apreciação sobreposta tendo em vista a inexistência de acordo entre as Lideranças.....	29370
Nº 1.237, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Jornal do Senado , pelo lançamento da Edição Semanal, destinada principalmente aos leitores dos Estados.....	29368	Item 3 Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. (<i>Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81, 92, de 1999; 5, 20, de 2000; e 15, de 2001</i>). Apreciação sobreposta tendo em vista a inexistência de acordo entre as Lideranças.....	29370
Nº 1.238, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de aplauso aos atletas olímpicos que representaram o Brasil nas Olimpíadas de Atenas.....	29368	Itens 4 a 18 Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81, 92, de 1999; 5, 20, de 2000; e 15, de 2001. (<i>Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 – Item 3</i>). Apreciações sobrepostas.....	29371
Nº 1.239, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....	29368	Item 19 Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal. (Comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). Apreciação sobreposta.....	29371
Nº 1.240, de 2004, de autoria do Senador Mário Calixto, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....	29369	Item 20 Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual. (<i>Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000 e 24, de 2003</i>). Apreciação sobreposta.....	29371
Nº 1.241, de 2004, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando voto de aplauso em homenagem ao Dr. Celso Luiz Empinotti, por ser o único médico brasileiro convidado a participar do 7º Congresso Nacional de La Sociedad Española de Cirugía de la Obesidad (SECO), que acontecerá em Valladolid – Espanha, de 20 a 22 de outubro próximo.....	29369	Item 21 Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art.	29371
Nº 1.242, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, solicitando voto de aplauso ao Superintendente da Polícia Federal, Delegado José Milton Rodrigues e ao Delegado Regional Executivo, Dr. Roberto Jaureguiber Prel Jr., pelo sucesso das operações da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro no combate à criminalidade, em especial ao crime organizado.....	29369		
Nº 1.243, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona.....	29369		
Nº 1.244, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....	29370		
Nº 1.245, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Associação Nacional dos Jornais – ANJ, pelos 25 anos de sua fundação.....	29370		
1.3 – ORDEM DO DIA			
Item 1			
Projeto de Lei de Conversão nº 43, de 2004, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº			

165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal. (<i>Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000, e 24, de 2003</i>). Apreciação sobrerestada.....	29372
Item 22	
Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais). (<i>Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 22, de 2000, e 24, de 2003</i>). Apreciação sobrerestada.....	29372
Item 23	
Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que acrescenta o inciso XII ao art. 167 da Constituição Federal. (Bloqueio ou contingenciamento de dotações do orçamento da seguridade social). (<i>Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 22 e 28, de 2000</i>). Apreciação sobrerestada.....	29372
Item 24	
Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Apreciação sobrerestada.....	29372
Item 25	
Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios. Apreciação sobrerestada.....	29372
Item 26	
Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória. Apreciação sobrerestada.....	29372
Item 27	
Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município). Apreciação sobrerestada.....	29373
Item 28	
Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002 – Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a linguagem inclusiva na	

legislação e documentos oficiais. Apreciação sobrerestada.....	29373
Item 29	
Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS. Apreciação sobrerestada.....	29373
Item 30	
Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2004 (nº 5.246/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a inclusão da questão da violência contra a mulher como parte dos Temas Transversais integrantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Apreciação sobrerestada.....	29373
Item 31	
Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2004 (nº 6.777/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências. Apreciação sobrerestada.....	29373
Item 32	
Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2004 (nº 2.596/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias federais BR-101 e BR-104, onde os extremos são os Municípios de São José da Lage (AL) e Novo Lino (AL), passando pelas cidades de Ibateguara e Colônia Leopoldina, ambas localizadas no Estado de Alagoas. Apreciação sobrerestada.....	29373
Item 33	
Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2004 (nº 3.821/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências. Apreciação sobrerestada.....	29373
Item 34	
Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2004 (nº 3.804/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que altera o art. 8º da Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002 (altera o percentual da GAJ). Apreciação sobrerestada.....	29374
Item 35	
Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2004 (nº 3.294/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal. Apreciação sobrerestada.....	29374
Item 36	
Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2004 (nº 3.885/2004, na Casa de origem), de iniciativa do	

Presidente da República, que reorganiza o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército, dispõe sobre a promoção de soldados estabilizados do Exército à graduação de cabo e dá outras providências. Apreciação sobrestada.	29374	Item 37	Requerimento nº 642, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de louvor ao Sr. Peter Kaestner, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América do Norte, que ora retorna ao seu País, pelos relevantes serviços prestados à comunidade brasileira. Apreciação sobrestada.....	29375
Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2002 (nº 5.172/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre o abandono justificado do lar por um dos cônjuges. Apreciação sobrestada.....	29374	Item 38	Requerimento nº 732, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja enviado à Senhora Presidente Megawati Sukarno-Putri um apelo no sentido de permitir que o cidadão brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, preso na Indonésia, possa vir cumprir sua pena no Brasil, de acordo com as leis brasileiras. Apreciação sobrestada.	29375
Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2003 (nº 2.503/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV TOP Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina. Apreciação sobrestada.	29374	Item 39	Requerimento nº 1.090, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do presidente da Áustria, Thomas Klestil, bem como a apresentação de condolências ao governo austríaco. Apreciação sobrestada.....	29375
Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2004 (nº 1.356/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização de Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2003. Apreciação sobrestada.	29374	Item 40	Requerimento nº 1.122, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante, manifestando júbilo pela decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que considerou ilegal a interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ). Apreciação sobrestada.....	29375
Requerimento nº 516, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos regimentais, congratulações ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pela vitória brasileira na OMC, referente aos subsídios norte-americanos ao algodão. Apreciação sobrestada.	29374	Item 41	Requerimento nº 925, de 2004, do Senador Duciomar Costa, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2004, de sua autoria. Apreciação sobrestada.	29376
Requerimento nº 526, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos. Apreciação sobrestada.....	29375	Item 42	Requerimento nº 5, de 2004 (nº 4.018/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede pensão especial a Maria José Pereira Barbosa Lima. Apreciação sobrestada.	29376
Requerimento nº 527, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos. Apreciação sobrestada.	29375	Item 43	1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia	
Requerimento nº 531, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que seja enviado às autoridades israelenses no Brasil um apelo no sentido de resguardar a vida, a liberdade e os direitos humanos do físico nuclear Mordechai Vanunu. Apreciação sobrestada.....	29375	Item 44	SENADORA IDELI SALVATTI – Anúncio do lançamento, na última sexta-feira, do seguro agrícola para a agricultura familiar. Ações do Ministério das Cidades para a inclusão social das famílias de baixa renda.....	29380
		Item 45	SENADOR EFRAIM MORAIS, como Líder – Proposta de anistia da dívida dos pequenos agricultores do Nordeste com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste.	29383
		Item 46	SENADOR LEONEL PAVAN – Escassez da destinação de recursos federais ao Estado de Santa Catarina.	29386
		Item 47	SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Instituição do Pró-Une, programa que concederá	

bolsas de estudo parciais para cursos de graduação e seqüências de formação específica nas universidades e faculdades privadas.	29387
SENADOR PAULO PAIM – Indignação com a decisão do Presidente do STJ, negando o direito dos idosos na utilização de 2 vagas nos transportes interestaduais, conforme preconizado no Estatuto do Idoso. Preocupação do setor produtor de fumo e tabaco do Rio Grande do Sul	29387
SENADOR JOÃO RIBEIRO – Registro de editorial do jornal Folha Popular , da capital do Estado do Tocantins, em favor da saúde do ex-Governador Siqueira Campos.	29391
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Elo- gios à atitude construtiva do governo brasileiro frente às acusações dos EUA de que os produtores nacionais de camarão estão praticando o duping	29393
1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas ao projeto de criação da ANCINAVE – Agência Nacional de Cinema e Audiovisual proposto pelo Governo Federal.....	29393
SENADOR VALMIR AMARAL – Homenagens ao Dia do Nutricionista comemorado no último dia 31 de agosto.	29399
SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre a Décima Primeira Reunião da UNCTAD, órgão da ONU especializado nas relações e possibilidades que há entre políticas de promoção comercial e o desenvolvimento.	29400
SENADOR PAPALÉO PAES – Ressalta o crescimento da agricultura orgânica no País.....	29401

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Importância da Semana Mundial da Amamentação.....	29402
1.3.3 – Comunicação da Presidência	
Lembrando as Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada.	29404
1.4 – Encerramento	
2 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA	
Nº 18, de 2004 (Repúblicação).....	29410
3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 1.669 e 1.670, de 2004.	29411
SENADO FEDERAL	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 52ª LEGISLATURA	
5 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
CONGRESSO NACIONAL	
11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTE LIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 127ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 14 de setembro de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma,
Efraim Morais e Leonel Pavan*

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DAS 10:00 HORAS

Período : 14/9/2004 07:36:29 até 16/9/2004 14:01:47

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM Buarque	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	X	
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERACLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PDT	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PMDB	RO	MÁRIO CALIXTO	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALEO PAES	X	
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a minha inscrição, para uma comunicação urgente, após a prorrogação do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Será assegurada a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também requeiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será inscrito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito também minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será o terceiro inscrito.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Pois não.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Peço a palavra pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Será assegurada a palavra a V. Ex^a, após este Senador, que também está inscrito.

Aguardamos a comunicação da Liderança para que V. Ex^a, legitimamente, fale como Líder do seu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Hora do Expediente da presente sessão será dedicada a homenagear as cidades Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, no Estado do Acre, por ocasião das comemorações do centenário de fundação e instalação desses Municípios, conforme os Requerimentos nºs 1.116 e 1.117, de 2004.

Convidado a todos para, de pé, ouvirmos o Hino do Acre.

(Procede-se à execução do Hino do Acre.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Convidado para me acompanhar na Presidência dos trabalhos, sentando-se ao meu lado, aquele que foi membro desta Mesa, o ex-Senador Geraldo Mesquita, pai do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/

PSB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, meu querido amigo Senador Paulo Paim, que ora preside a Mesa, muito obrigado pela homenagem prestada ao meu bom, querido e velho pai, ex-Senador Geraldo Mesquita, que, como V. Ex^a lembrou, foi membro da Mesa do Senado, quando Senador.

Num mundo dominado pelo medo, vítima de tantos surtos de intolerância e de violência e dilacerado por conflitos sangrentos em que as maiores vítimas são, como sempre, os inocentes, é reconfortante nos reunirmos, por alguns momentos, para celebrarmos a paz e as promessas de paz.

Brasil e Bolívia protagonizaram, no começo do século passado, um episódio que honra os foros de civilização na América Latina, a celebração do Tratado de Petrópolis, instrumento com o qual resolvaram pacificamente suas divergências históricas, momentaneamente turbadas pelo apelo às armas. Os Congressos de nossos países participaram desse esforço diplomático, cujo centenário comemoramos no ano passado, ratificando as decisões de seus respectivos governos. Num ato de sabedoria e reconhecimento, o Acre expressou sua gratidão ao artífice dessa solução negociada, dando à sua capital o nome de Rio Branco. O ano de 1903 representou, portanto, para brasileiros e bolivianos, a paz que, um século depois, tivemos a ventura de celebrar. Hoje, Sr. Presidente, novamente aqui nos reunimos para festejar as promessas de paz, que nos proporcionou o entendimento pacífico entre as duas grandes nações.

No começo éramos, como no Gênesis, um mundo por construir e um território por desbravar. Depois da paz estabelecida com o Tratado de Petrópolis, tínhamos, enfim, uma terra para amar e uma pátria para reverenciar, onde repousaríamos para sempre. O Acre, porém, era ainda, Srs e Srs Senadores, apenas uma promessa de paz. A coragem e a bravura de que se armaram os nossos heróis se transmudaram, então, no impulso criador sem o qual as civilizações não nascem e os povos não sobrevivem. Como na epopéia da guerra, livrada por brasileiros de todos os rincões, a construção da paz exigiu o esforço de todas as raças, o suor de todos os rostos e o empe-

nho de todos os bravos. Afinal, foi com bravura, suor, trabalho e dedicação que a promessa se transformou na realidade do mundo por desbravar que se agregou ao Brasil.

Estamos hoje, Sr. Presidente, reverenciando esses homens, celebrando as mulheres e entoando um hino de agradecimento à coragem dos que se lançaram à árdua tarefa de arrancar da terra, da selva e dos rios, presentes da natureza, a riqueza material com que se construiu nosso Estado. Fomos a civilização da borracha que já não somos mais. No entanto, continuamos honrando a promessa de paz, entendimento, harmonia e concórdia de quantos a transformaram em realidade. Toda essa história começou em dois Municípios – no início, departamentos –, cujo centenário aqui celebramos nesta sessão especial: Cruzeiro do Sul, no Vale do Juruá, e Sena Madureira, no Vale do Purus e do Iaco. Foi deles a seiva que fertilizou nosso crescimento. Afinal, desses dois marcos iniciais, como fruto da generosidade acreana, nasceram, por sucessivos desdobramentos, os atuais 22 municípios que constituem a divisão política e administrativa de nosso querido Estado. Embora possuindo características próprias, histórias carentes e exemplos de obstinação e independência, eles têm muito em comum, Sr. Presidente. O irredentismo e o sonho da autonomia sempre povoaram a mente dos brasileiros de ambos os Municípios. Em Cruzeiro do Sul, eles se manifestaram no movimento autonomista de 1º de junho de 1910. E em Sena Madureira, no levante que durou de 7 de maio a 8 de junho de 1912. Foi uma utopia que levou nada menos de 60 anos para se transformar em realidade, mas à qual nunca renunciaram os acreanos.

A história de nossa gente, no entanto, não foi escrita apenas com rasgos de ousadia. Brasileiros de todas as procedências, cidadãos de todas as crenças, homens de todas as raças, brancos, negros, índios e curibocas, todos, sem exceção, forjaram a têmpera de obstinados, trabalhadores incansáveis, homens humildes, em sua maioria, cujo nome a história parece ter esquecido, mas cuja memória e cuja lembrança não morreu no coração de seus descendentes.

Hoje, em nome de todos eles, saúdo os cidadãos de Cruzeiro do Sul, operosos, destemidos, determinados construtores de uma legenda que fez ao mesmo tempo a grandeza de sua cidade e a hospitalidade de sua gente. Os morros e os vales pelos quais se estende e se expande a cidade só não são maiores nem mais majestosos que o Juruá, presente com que, na imponência de sua grandeza, e na languidez de suas curvas, Deus presenteou um dos mais belos monumentos da perseverança humana plantada nos confins do Brasil. No céu que cobre os que têm o privilégio de viver naquela cida-

de, Sr. Presidente, se descontina, com um brilho e um esplendor raramente vistos em outras latitudes, a constelação que emprestou seu nome à cidade e que é, ao mesmo tempo, um símbolo de nosso País, da mesma forma como Cruzeiro do Sul é um bastião do Brasil, a mais oriental de nossas sentinelas no noroeste do Brasil.

Do outro lado, Sr. Presidente, moram, vivem, trabalham e engrandecem os descendentes dos acreanos que desbravaram, conquistaram, construíram e hoje habitam uma das mais acolhedoras cidades acreanas, os cidadãos de Sena Madureira. O rio que fertiliza suas terras, tributário do Purus, não tem seguramente a imponência do Juruá. Mas nem por isso é menos sobranceira sua história, nem menos importante sua contribuição ao desenvolvimento do nosso Estado. Sena Madureira foi, durante muito tempo, a capital do Território Federal. Lá, cinco anos depois da incorporação do Acre ao Brasil, instalaram-se as primeiras e as mais importantes instituições políticas acreanas. Seu Tribunal de Apelação tinha jurisdição sobre todo o território. Ali funcionou, durante a República Velha, a primeira seção da Justiça Federal, a primeira Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, assim como a primeira Delegacia de Agricultura e a primeira administração dos Correios e Telégrafos. Foram contribuições decisivas para o progresso que não se fez esperar, representado pelo advento de avanços como a iluminação elétrica, o primeiro hospital, a usina de beneficiamento da borracha, o serviço de bondes de tração animal, que conheceram seu período de maior esplendor ainda no início da primeira guerra mundial. Ao fim do conflito, porém, Sena padeceu uma fase de estagnação, decorrente da retirada de, virtualmente, todas as repartições federais de seu território. A transição foi dura, amarga e deixou suas seqüelas. Mas nada disso abateu a têmpera rija dos seus habitantes, que a transformaram numa das mais belas áreas urbanas de nossas cidades, caracterizada por ruas e avenidas amplas, que delimitam o recinto urbano, mostrando ao visitante o pioneirismo dos que as projetaram.

Em ambas as cidades, Srs e Srs. Senadores, ainda é predominante a presença e a contribuição dos brasileiros e estrangeiros que fizeram do meu Estado uma das regiões de maior dinamismo cívico, cultural e político do País. Entre eles alistam-se, em primeiro lugar, as quatorze nações indígenas, que hoje, integradas ao esforço de desenvolvimento regional, tratam de conservar sua cultura e de manter vivos os aportes que, como em toda a Amazônia, deram à cultura alimentar, como em outras partes do Brasil. A seu lado, as levas de migrantes nordestinos, em especial os cearenses que, na esteira das secas do último quartel do séc. XIX e na década de 40 do séc.

XX, com a epopéia dos “soldados da borracha”, protagonizaram o maior êxodo de que se tem notícia na história contemporânea do Brasil. Estes últimos foram os combatentes anônimos, desconhecidos e durante anos esquecidos, na retaguarda do maior conflito que conheceu o mundo na era contemporânea. O Acre, e como o Acre, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, são fruto dessa intensa miscigenação, desse subsídio cultural e humano, a que se somam, ao lado de brasileiros de quase todas as regiões do País, colônias muito expressivas de libaneses e seus descendentes, cuja contribuição é hoje tão reconhecida quanto celebrada em todo o Estado.

A todos, Sr. Presidente, saúdo com efusão e alegria, no centenário dessas duas emblemáticas e resplandecentes cidades das quais tanto nos orgulhamos os acreanos de todos os rincões. Foram eles que transformaram em paz a esperança da paz, em desenvolvimento o afã pelo progresso, em amizade a harmonia entre os povos e em perseverança a superação dos desafios que estamos vencendo, na luta cotidiana em que todos nos empenhamos por mais democracia, mais liberdade, mais entendimento, mais cooperação, mais participação e mais solidariedade. São atributos, Sr. Presidente, que fizeram de Cruzeiro do Sul e de Sena Madureira não só dois municípios e duas cidades, mas duas prósperas comunidades de que tanto nos orgulhamos e que tanto nos envaidece, como acreanos e como brasileiros.

Com essas palavras, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, presto aqui a minha singela homenagem às comemorações do centenário de fundação destas duas queridas cidades do meu Estado: Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.

Desejo enviar o meu abraço fraterno aos meus concidadãos do Acre, em especial àqueles que lutam, trabalham, dão duro para fazer com que Sena Madureira e Cruzeiro do Sul se tornem cidades cada vez mais acolhedoras e agradáveis. Expresso também os meus parabéns pelo transcurso dessas datas que comemoraremos no dia 25 de setembro, em Sena Madureira, e no dia 28 de setembro, em Cruzeiro do Sul. Estou solidário com a população dessas duas cidades e festejando desde já.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão; Sr. Senador Geraldo Mesquita Júnior, que propôs, de maneira muito bem lembrada, esta homenagem às duas cidades do Acre; Sr. convidado especial, Senador e Governador do nosso

Estado, Geraldo Mesquita, pai de Geraldo Mesquita Júnior, quero agradecer, de todo coração, o texto que recebi do Dr. Jones Dari Goettert, Professor do Departamento de Geografia da Ufac – Universidade Federal do Acre, que passo a ler na íntegra:

Cruzeiro e Sena: cem anos fazendo do Acre, o Acre

Desde 1822, setembro é o mês da Independência... Mas somos todos sabedores que Dom Pedro I, às margens do rio Ipiranga, em seu “Independência ou Morte”, fez muito mais um favor a Portugal do que um feito extraordinário para o Brasil. O latifúndio e a monocultura continuaram tão fortes, ao lado da escravidão, mesmo depois do Brasil pretendamente livre.

Em 1850, ainda sob o império da herança portuguesa, o governo de Dom Pedro II edita a Lei de Terras, que fazia a terra cativa – que só poderia ser adquirida pela compra – no embalo das articulações que levariam, em 1888, à libertação dos escravos: livres as mulheres e homens, agora cativa era a terra. Não adiantava teimar: a lógica do latifúndio perduraria.

Foi ali, no contexto da segunda metade do século XIX, que milhares e milhares de pessoas cruzaram a parte setentrional do Brasil rumo à Amazônia da borracha. O “ouro branco” ou o “ouro negro” fez com que nordestinos, principalmente, deixassem sua terra para o trabalho nos seringais, que se formavam às margens dos rios e igarapés do extremo oeste do Brasil.

As seringueiras, no entanto, não obedeceram os limites internacionais para crescerem. Sua territorialidade excedia o Brasil e milhares de brasileiros atravessaram para terras bolivianas e peruanas. A luta pela anexação do Acre ao Brasil completou o seu centenário há pouco mais de um ano. Os cem anos do Acre, no entanto, também podem ser pensados a partir da constituição de seus municípios e cidades, como parte de um processo de reocupação, fixação e produção de lugares, de jeitos e de sujeitos. É nesse contexto que surgem, como a expressão da vida social, econômica, política e cultural, dois importantes municípios acreanos: Cruzeiro do Sul e Sena Madureira.

Ambos em 1904. Ambos em setembro. Um, parte do oeste acreano. Outro, parte do leste do Estado. Os dois, como resultado do trabalho de mulheres e homens da borracha, da castanha, da farinha de mandioca e do mandim, do rio Juruá, do rio Moa, do rio Iaco,

do rio Caeté e do rio Macauã. De mulheres e homens, também das etnias indígenas – aqui, em especial, a etnia Náua – que, na resistência, tem assegurados os seus territórios feitos lugares da diversidade, da produção de saberes e fazeres que devemos, sempre, buscar apreender em nosso próprio pensamento e prática.

Cruzeiro do Sul: 100 anos de tempos e lugares por entre rios, gentes e estrelas

Cruzeiro do Sul é o centro de um Acre ainda movido, em grande medida, por rios e igarapés. Cortado pelo rio Juruá, Cruzeiro do Sul condensa, em grande medida, as relações construídas em todo o oeste acreano, envolvendo Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, mas também os municípios de Guajará e Eirunepé, no Amazonas.

Cruzeiro do Sul surgia, no final do século XIX, como seringal, como “centro brasileiro”, assumindo, geoestrategicamente, um papel de destaque na exploração do alto Juruá e afluentes. Em 1904, surgia definitivamente, quase um ano após a anexação do território acreano ao Brasil, exatamente em 28 de setembro, uma das principais cidades e Municípios da Amazônia sul ocidental: mulheres e homens, como Gregório Thaumaturgo de Azevedo, fizeram surgir Cruzeiro do Sul.

Contudo, os cem anos de Cruzeiro do Sul não se resumem aos homens e mulheres de sua história política. Importante, mas a política sul-cruzeirense é parte de sua economia, sociedade e cultura. Componentes indissociáveis que têm na participação de cada morador, do centro ou dos bairros, das colônias ou dos seringais, sujeitos que fizeram e refazem a vida que se escreve em cada palmo das terras e rios do oeste acreano.

Terras e rios que fazem, a cada mês de agosto, surgir barcos e mais barcos em comunhão durante o Novenário de Nossa Senhora da Glória, que tem sido, há anos e anos, um dos principais momentos de encontro, de religiosidade, de visitas e de turismo em Cruzeiro do Sul. Momento que reúne tantos sul-cruzeirenses como gentes distantes, que cruzam o oeste acreano e que cruzam o próprio Estado, e muitas e muitos, também o Brasil. Uma cidade que, no Novenário e em todos os outros momentos, tem sido acolhedora de gentes das mais diversas paragens, que encontram, ali onde o Moa encontra o Juruá, um lugar para viver.

Terras e rios que trazem, a cada dia, a mandioca que faz a farinha ou a farinha que faz, de Cruzeiro do Sul, o lugar onde se produz, se não a melhor, uma das mais maravilhosas farinhas de mandioca do Brasil. Das mãos de mulheres e homens que plantam a rama, que cultivam o mandiocal, que arrancam a raiz, que descascam e fazem, em cada ponto do oeste acreano, a farinha que se desmancha na boca de milhares de pessoas dali e de longe. A farinha que vem ao lado do feijão, da banana e da melancia, vendidas e compradas no mercado público, de onde se vê e se sente a arquitetura fantástica da Catedral abençoando as ruas e os bairros sul-cruzeirenses, abençoando as palafitas do Bairro da Lagoa, abençoando os catraieiros que levam e trazem, abençoando os estivadores do porto do Quirino e as meninas e meninos que se banham nas águas do Juruá, nos verões onde as águas mostram o fundo e não invadem as ruas próximas.

Uma Cruzeiro do Sul que vai se fazendo nos banhos do rio Moa ou nos banhos do igarapé Preto, por onde as águas frias parecem se aquecer com os corpos quentes dos finais de semana.

Uma Cruzeiro do Sul que, topograficamente, caracteriza-se por “ondas” que sobem e que descem, comparadas às pequenas ondas que se formam pela passagem de dezenas de catraias do rio Juruá. Nas “ondas” da cidade, no entanto, o centro e a periferia também participam dos contrastes, ambigüidades e contradições que reúnem riqueza e pobreza, que dividem pobres de ricos, que separam casas grandes e casas pequenas e que prefiguram a necessidade de uma atuação importante na consolidação de mudanças significativas que atinjam a maioria de suas gentes, desde os fortes grupos econômicos aos grandes e imensos contingentes de pessoas que anseiam por um lugar melhor, seja na cidade, no campo ou na floresta.

Uma Cruzeiro do Sul desconhecida para parte importante da população acreana, em especial pela dificuldade de acesso durante a maior parte do ano em função da não completa pavimentação da rodovia BR-364. Esse desafio, contudo, está sendo arduamente vencido e a conclusão da pavimentação, para os próximos anos, tenderá a estreitar não apenas os compromissos e laços políticos e econômicos entre os extremos acreanos, mas fundamentalmente a contribuir para o encontro entre acreanos de seus 22 municípios, em que xapurienses e rio-branquenses visitem Cruzeiro do Sul e em

que gentes de Cruzeiro do Sul possam, rapidamente e economicamente, visitar a capital, Assis Brasil, Acrelândia e outros municípios.

Por isso, as obras da pavimentação da BR-364 podem e devem continuar, apontando e apostando no sentido da viabilização do encontro entre gentes tão próximas porque, moradoras do Estado, mas ao mesmo tempo tão distantes pelas dificuldades até então encontradas. O projeto de um Acre melhor envolve, necessariamente, o oeste do Estado e, entre os seus municípios, Cruzeiro do Sul aponta decisivamente para cima, para as estrelas que formam, junto com o município e suas gentes aqui embaixo, o Cruzeiro que brilha mesmo em noites de chuva, porque atrás das nuvens, tanto para baixo como para cima, as estrelas reais e a estrela de cada gente sul-cruzeirense se fazem mais belas no brilho e na alegria em celebrar e comemorar um século de existência.

Eu pediria só mais um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Sena Madureira: 100 anos de tempos e lugares por entre rios, estradas e ruas.

Cem anos. Quatro gerações. Rios. Dezenas e dezenas de igarapés. Estradas de seringa. Ruas da cidade. Rodovia que liga a leste e a oeste. Iaco que liga ao Purus. Purus que liga o Estado do Amazonas. Do rio de mesmo nome que liga o mar. Na ponta inversa, o alto Iaco liga ao Peru. Iaco, Macauã e Caeté, que deslizam meandricamente na direção sudoeste-nordeste. Inversamente, há mais de um século e durante toda a história de Sena, homens e mulheres remaram rios e igarapés acima, muitos e muitas deixando suas vidas como parte importante de um lugar que se fez seringal, que se fez vila e que se fez cidade. Que se fizeram varadouros, tapiris, barracões e pelas e mais pelas de borrachas: o trabalho feito “bola” escura navegando para rodar os automóveis de Detroit, de Londres e de Paris.

Sena Madureira, em homenagem ao coronel Antônio, participante da Guerra do Paraguai. Sena, do seringal “Santa Fé”, na foz do rio Iaco, lembrando a importante participação de Manuel Urbano da Encarnação. Sena, do “governo revolucionário” de 1912. Sena, da capital do Território do Acre entre 1913 e 1915. Sena, das cenas políticas e de sua economia. De sua sociedade e de sua cultura. De suas milhares de gentes, de ontem e de hoje.

Em 2000 eram 29.412 pessoas espalhadas por seu território. Mais da metade, 16.148,

na cidade. Mais de 13 mil na zona rural feita de campo, de agricultura e de floresta. E também feita de aldeias: quase 800 índios e índias. Uma Sena feita de suas milhares de gentes, muito mais de 29.412, porque muitas e muitos fazem parte da terra que fez brotar as seringueiras, mas também as cruzes que marcam os corpos da morte da velhice e da morte prematura de mulheres e homens que trouxeram e deixaram, desde tempos imemoriais até hoje, passando pelos auge e crises da atividade gumífera, “a força que nunca seca” e o trabalho que se faz casa, que se faz canoa, que se faz rio e que se faz bairro, principalmente comunidades e cidades.

Sena que vira Cavalhada: corrida para acertar a argola. Que vira Arraial da Igreja no mês de maio. Que vira aniversário da cidade, que vira festa junina, que vira quadrilhas de dança, que vira Carnaval. Que vira encontro a cada ano, trazido e revivido por gentes que trouxeram do Nordeste relações de solidariedade e de fraternidade. Também do Sudeste, do Sul, do Centro-Oeste e do Norte. De lugares e gentes que fazem brotar a vida mesmo em meio aos contrastes da riqueza e da pobreza, da concentração da terra pelo latifúndio e da Floresta Nacional do Macauã, onde muitos fazem do rio e da terra a vida.

Vou saltar para finalizar, Sr. Presidente. É um texto prolongado, mas é um texto que achei bonito.

Só para encerrar:

Uma volta para casa, para Sena Madureira, depois que todas e todos tenham, festiva e alegremente, acertado a argola feita *Cavalhada* e terem comido, em abundância, os mandis que saciam a fome biológica e também a “fome” da esperança, por cem anos melhores que virão pelo trabalho e dedicação de suas gentes, como muito bem os últimos cem anos demonstraram.

A todas e a todos, de Cruzeiro do Sul e de Sena Madureira, os parabéns da alegria por um século de vida, e os parabéns da coragem, pelos cem próximos anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

Cruzeiro e Sena: cem anos fazendo do Acre, o Acre

Senhor Presidente, Senhores Senadores e Senhoras Senadoras,

Desde 1822, setembro é o mês da Independência... Mas, somos todos sabedores que Dom Pedro I, às margens do rio Ipiranga, em seu "independência ou morte", fez muito mais um favor à Portugal do que um feito extraordinário para o Brasil. O latifúndio e a monocultura continuaram tão fortes, ao lado da escravidão, mesmo depois do Brasil pretensamente livre.

Em 1850, ainda sob o império de herança portuguesa, o governo de Dom Pedro II edita a Lei de Terras, que fazia a terra cativa - que só poderia ser adquirida pela compra - no embalo das articulações que levariam, em 1888, à libertação dos escravos: livres as mulheres e os homens, agora cativa era a terra. Não adiantava teimar: a lógica do latifúndio perduraria.

Foi ali, no contexto da segunda metade do século XIX, que milhares e milhares de pessoas cruzam a parte setentrional do Brasil rumo à Amazônia da borracha. O "ouro branco" ou o "ouro negro" fazendo com que nordestinos, principalmente, deixassem sua terra para o trabalho nos seringais, que se formavam às margens dos rios e igarapés do extremo oeste do Brasil.

As seringueiras, no entanto, não obedeceram os limites internacionais para crescerem. Sua territorialidade excedia o Brasil e

milhares de brasileiros atravessaram para terras bolivianas e peruanas. A luta pela anexação do Acre ao Brasil completou o seu centenário, há pouco mais de um ano. Os cem anos do Acre, no entanto, também podem ser pensados a partir da constituição de seus municípios e cidades, como parte de um processo de reocupação, fixação e produção de lugares, de *jeitos* e de *sujeitos*. É nesse contexto que surgem, como expressão da vida social, econômica, política e cultural, dois importantes municípios acreanos: Cruzeiro do Sul e Sena Madureira.

Ambos em 1904. Ambos em setembro. Um, parte do oeste acreano. Outro, parte do leste do Acre. Os dois, como resultado do trabalho de mulheres e homens *da borracha*, da *castanha*, da *farinha de mandioca*,^é do *mandim*, do Juruá,^{do} Moa, do Iaco, do Caeté e do Macauã. De mulheres e homens, também, das etnias indígenas - aqui, em especial, a etnia Náua - que, na resistência, têm assegurados os seus territórios feitos lugares da diversidade, da produção de *saberes* e *fazeres* que devemos, sempre, buscar apreender em nosso próprio pensamento e prática.

Cruzeiro do Sul: 100 anos de tempos e lugares por entre rios, gentes e estrelas.

Cruzeiro do Sul é o centro de um Acre ainda movido, em grande medida, por rios e igarapés. Cortado pelo Juruá, Cruzeiro do Sul condensa, em grande medida, as relações construídas em todo o oeste acreano, envolvendo Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto

Walter e Marechal Thaumaturgo, mas também Guajará e Eurinépê, no Amazonas.

Cruzeiro do Sul surgia, no final do século XIX, como seringal, como "Centro Brasileiro", assumindo, geo-estrategicamente, um papel de destaque na exploração do alto Juruá e afluentes. Em 1904 surgia definitivamente, quase um ano após a anexação do território acreano ao Brasil, em 29 de setembro, uma das principais cidades e municípios da Amazônia sul ocidental: mulheres e homens, como Gregório Thaumaturgo de Azevedo, fizeram surgir Cruzeiro do Sul.

Contudo, os cem anos de Cruzeiro do Sul não se resumem aos homens e mulheres de sua história política. Importante, mas a política sul-cruzeirense é parte de sua economia, sociedade e cultura. Componentes indissociáveis que tem na participação de cada morador, do centro ou dos bairros, das colônias ou dos seringais, sujeitos que fizeram e re-fazem a vida que se inscreve em cada palmo das terras e rios do oeste acreano.

Terras e rios que fazem, a cada mês de agosto, surgirem barcos e mais barcos em *comunhão* durante o Novenário de Nossa Senhora da Glória, que tem sido, há anos e anos, um dos principais momentos de encontro, de religiosidade, de visitas e de turismo em Cruzeiro do Sul. Momento que reúne tanto sul-cruzeirenses como *gentes* distantes, que cruzam o oeste acreano e que cruzam o próprio estado e, muitas e muitos, também o Brasil. Uma cidade que, no Novenário e em todos os outros momentos, tem sido acolhedora de *gentes* das

mais diversas paragens, que encontram, ali onde o Moa encontra o Juruá, um lugar para viver.

Terras e rios que trazem, a cada dia, a mandioca que faz a farinha ou a farinha que faz, de Cruzeiro do Sul, o lugar onde se produz, senão a melhor, umas das mais maravilhosas farinhas de mandioca do Brasil. Das mãos de mulheres e homens que plantam a rama, que cultivam o mandiocal, que arrancam a raiz, que descascam e fazem, em cada ponto do oeste acreano, a farinha que se desmancha na boca de milhares de pessoas dali e de longe. A farinha que vem ao lado do feijão, da banana e da melancia, vendidas e compradas no mercado público, de onde se vê e se sente a arquitetura fantástica da Catedral abençoando as ruas e bairros sul-cruzeirenses, abençoando as palafitas do Bairro da Lagoa, abençoando os catraieiros que levam e trazem, abençoando os estivadores do *porto do Quirino* e as meninas e meninos que se banham nas águas do Juruá, nos verões onde as águas mostram o fundo e não invadem as ruas próximas.

Uma Cruzeiro do Sul que vai se fazendo nos banhos do rio Moa ou nos banhos do igarapé Preto, por onde as águas frias parecem se aquecer com os corpos quentes dos finais de semana.

Uma Cruzeiro do Sul que, topograficamente, caracteriza-se por ondas que sobem e que descem, comparadas às pequenas ondas que se formam pela passagem das dezenas de catraias do Juruá. Nas ondas da cidade, no entanto, o centro e a periferia também

participam dos contrastes, ambigüidades e contradições que reúnem riqueza e pobreza, que dividem pobres de ricos, que separam casas grandes e casas pequenas e que prefiguram a necessidade de uma atuação importante na consolidação de mudanças significativas que atinjam a maioria de suas *gentes*, desde os fortes grupos econômicos aos grandes e imensos contingentes de pessoas que anseiam por um lugar melhor, seja na cidade, no campo ou na floresta.

Uma Cruzeiro do Sul desconhecida para parte importante da população acreana, em especial, pela dificuldade de acesso durante a maior parte do ano em função da não completa pavimentação da rodovia BR-364. Este desafio, contudo, está sendo arduamente vencido e a conclusão da pavimentação, para os próximos anos, tenderá a estreitar não apenas os compromissos e laços políticos e econômicos entre os extremos - e o centro - acreanos, mas, fundamentalmente, a contribuir para o encontro entre acreanos de seus vinte e dois municípios, em que xapurienses e rio-branquenses visitem Cruzeiro do Sul e em que *gentes* de Cruzeiro do Sul possam, rápida e economicamente, visitar a capital, Assis Brasil e Acrelândia, por exemplo.

Por isso, as obras da pavimentação da BR-364 podem e devem continuar, apontando e apostando no sentido da viabilização do encontro entre *gentes* tão próximas, porque moradoras deste estado, mas ao mesmo tempo tão distantes pelas dificuldades até então encontradas. O projeto de um Acre melhor envolve, necessariamente, o oeste do estado e, entre os seus municípios,

Cruzeiro do Sul aponta decisivamente para *cima*, para as estrelas que formam, junto com o município e suas *gentes*, aqui em baixo, o *cruzeiro* que brilha mesmo em noites de chuva, porque, atrás das nuvens, tanto *pra baixo* como *pra cima*, as estrelas reais e as *estrelas* de cada *gente* sul-cruzeirense se fazem mais belas no brilho e na alegria em celebrar e comemorar um século de existência.

Sena Madureira: 100 anos de tempos e lugares por entre rios, estradas e ruas.

100 anos. Quatro gerações. Rios. Dezenas e dezenas de igarapés. Estradas de seringa. Ruas da cidade. Rodovia que liga a leste e a oeste. Iaco que liga o Purus. Purus que liga o estado do Amazonas. Do rio de mesmo nome que liga o mar. Na *ponta inversa*, o alto Iaco liga ao Peru. Iaco, Macauã e Caeté, que deslizam *meandricamente* na direção sudoeste-nordeste. Inversamente, há mais de um século e durante toda a história de *Sena*, homens e mulheres *remaram* rios e igarapés acima, muitos e muitas deixando suas vidas como parte importante de um lugar que se fez seringal, que se fez vila e que se fez cidade. Que se fizeram varadouros, tapiris, barracões e *pelas* e mais *pelas* de borracha: o trabalho feito "bola" escura navegando para rodar os automóveis de Detroit, de Londres e de Paris.

Sena Madureira, em homenagem ao coronel Antônio, participante da Guerra do Paraguai. *Sena*, do seringal "Santa Fé", na foz do rio Iaco, lembrando a importante participação de Manuel

Urbano da Encarnação. Sena, do "governo revolucionário" de 1912. Sena, da capital do Território do Acre entre 1913 e 1915. Sena, das cenas políticas e de sua economia. De sua sociedade e de sua cultura. De suas milhares de gentes, de ontem e de hoje.

Em 2000 eram 29.412 pessoas espalhadas pelo território de *sena-madureirense*. Mais da metade, dezesseis mil, cento e quarenta e oito, na cidade. Mais de treze mil na *zona rural* feita de campo, de agricultura e de floresta. E, também, feita de aldeias: quase oitocentos índios e índias. Uma Sena feita de suas milhares de gentes, muito mais de vinte nove mil e quatrocentos e doze, porque muitas e muitos fazem parte da terra que fez brotar as seringueiras, mas também as cruzes que marcam os corpos da morte da velhice e da morte prematura, de mulheres e homens que trouxeram e deixaram, desde tempos imemoriais até hoje, passando pelos *auges* e *crises* da atividade gumífera, a "força que nunca seca" e o trabalho que se faz casa, que se faz canoa, que se faz *riô* e que se faz bairro, comunidades e cidade.

A cidade que surgiu pelo trabalho e pela vontade de suas gentes, primeiro à margem direita do laco e, depois, espalhando-se pela margem esquerda. À direita, o "Segundo Distrito": olhado do lado de lá, do *centro*, parece um lugar distante, desprovido de muito e feito passagem pela catraia, até a ponte fazer a ponte entre os lados de um mesmo *chão*, de uma mesma geografia e de uma mesma história. E como o "Segundo Distrito" vê o *centro*? O lugar de tudo, de todos, do comércio e da prefeitura, do hospital e da prosperidade?

As mulheres e homens dele, *do lado de lá*, vêem o que outras e outros desconhecem: a margem oposta, que também é uma aposta nas melhorias das condições de vida, uma aposta na *ligação* mais efetiva de um para o outro lado.

Ali no *meio*, entre as duas margens, o rio Iaco. Que desce e que faz subir. Os barcos de ontem e de hoje. A esperança, a vida e a borracha. A banana e a farinha de mandioca. O feijão e a melancia. O rio do mandim. Da festa de setembro que faz emergir o banho e a fumaça do peixe assada, frito, cozido. Comido. A festa que une e reúne *gentes* de Sena, da capital e outros *cantos*. Do mandim que desce com a cerveja e com a cachaça. Que vira festa, que vira alegria.

Que vira Cavalhada: corrida para acertar a argola. Que vira Arraial da Igreja no mês de maio. Que vira aniversário da cidade, que vira festa junina, que vira quadrilhas de dança, que vira Carnaval. Que vira encontro a cada ano, trazido e revivido por *gentes* que trouxeram do Nordeste relações de solidariedade e de fraternidade. Também do Sudeste, do sul, do Centro-Oeste e no Norte. De lugares e *gentes* que fazem brotar a vida mesmo em meio aos contrastes da riqueza e da pobreza, da concentração da terra pelo latifúndio e da Floresta Nacional do Macauã, onde muitos fazem do rio e da terra, a vida.

Dos rios Caeté, Macauã e Iaco. Para além do *perímetro urbano*, para bem ali, na São Sebastião, na Iracema ou na São Pedro, do Caeté. Na Liberdade ou na Santa Luzia do Macauã. Na Nova Olinda,

da Jatobá ou na Santa Clara, do Iaco. De um território feito de *pedaço* da Reserva Extrativista Chico Mendes, da Reserva Extrativista Cazumbá/Iracema, das Florestas Nacionais Macauã e do São Francisco... De territórios e lugares pensados e vividos na mobilidade e na permanência, *escorregando* pelas águas e multiplicando *Sena* na diversidade de suas *gentes*.

Dos igarapés Canamuri, Maloca, Espera-Aí, Quatipari, Meireles, Balseirão, das Mercês e muitos e muitos outros, como "veias" se ligando a artérias e fazendo, pelo movimento de mulheres e homens, território da produção de *fazeres*, de *orações*, de *bênçãos*, de *casamentos*, de *despedidas*, de *saudades*... Mas, também, de dificuldades dadas pela distância, pelo isolamento, pela *marcha* feita rios acima ou abaixo, *vendo* no horizonte pouco mais do que as águas que baixam no verão e que sobem no inverno. Feito esperanças que vem e que vão. Que vem da floresta. Que vão na migração temporária ou definitiva para lugares de maiores e melhores perspectivas de trabalho, de renda e de vida.

De uma *Sena Madureira* que também se manifesta no centro da cidade, na praça, e vai trilhando, por passos mais lentos ou mais rápidos, as ruas dos bairros Vila Militar, Cidade Nova, Cohab, Cafetal, da Vitória, Nogueira, do Bosque e do C. S. U., do São Felipe, do Cristo Redentor e do Rosa Gonçalves, do Ana Vieira e do Jorge Alves Júnior, até o "Segundo Distrito", dos bairros Niterói e São Francisco. Em cada bairro, as ruas se fazem caminho para as chegadas e para as saídas, assim como o Iaco, o Caeté e o Macauã, que *curvam* a terra e fazem

do Purus, ali *adiante*, um rio novo, mesmo que há quilômetros e quilômetros de suas nascentes.

Porque, em cada rua, estrada e rio, em cada lugar de Sena, o movimento de cada *gente*, mulher ou homem, fez e continua a fazer, dos últimos cem anos, um século de alegrias, trabalho, de esperança e vida.

Por isso, o aniversário, no dia 25 de setembro, é também a expressão da *ausência* e da *presença*. A *ausência* de milhares e milhares de pessoas que fizeram, no passado, parte dos lugares de Sena e que deixaram, ao partir, *pedaços* de vida, de perspectivas e de esperança. A *ausência* do passado, contudo, que se faz na *presença* do presente e do futuro. A *presença* dada pela construção e reconstrução da esperança, das expectativas frente ao agora e ao devir. A *presença* dada em cada corpo e coração, de trabalhadoras e trabalhadores que insistem, prazerosamente, em continuarem vivendo e desejando um lugar melhor para si e para as *gentes* próximas.

Assim, vão fazendo de cada instante, para antes e depois do dia vinte e cinco de setembro, momentos de um aniversário que se completará na renda melhor distribuída, na riqueza social e igualmente repartida, nas filhas e filhos que, nas férias, possam rever as mães e os pais em uma terra mais feliz, na transformação da concentração do dinheiro em concentração da festa pela amizade e alegrias livres, onde todos possam voltar para casa sem a

preocupação entristecedora do desemprego, do dinheiro que não chega e da comida que não sacia.

Uma volta para casa, para Sena Madureira, depois que todas e todos tenham, festiva e alegremente, acertado a argola feita *Cavalhada* e terem comida, em abundância, os *mandins* que saciam a fome biológica e também a "fome" da esperança, por cem anos melhores que virão pelo trabalho e dedicação de suas *gentes*, como muito bem os últimos cem anos demonstraram.

A todas e a todos, de Cruzeiro do Sul e de Sena Madureira, os parabéns da alegria por um século de vida, e os parabéns da coragem, pelos cem próximos anos.

Era o que tinha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido.

A Presidência se associa às homenagens prestadas às Cidades de Cruzeiro do Sul e de Sena Madureira pelo centenário de fundação.

A Presidência, ao mesmo tempo em que cumprimenta os dois oradores, recebe aqui do Senador Geraldo Mesquita duas obras que contam a história das duas cidades.

Está encerrada a Hora do Expediente dedicada a homenagear as referidas cidades.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.361, DE 2004

Da Comissão De Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 142, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Gregório de Souza Ba-

bêlo Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga da Senhora Anália Francisca Ferreira Martins.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em votação secreta realizada em 14 de setembro de 2004, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Gérson Camata, sobre a Mensagem Nº 142, de 2004, opina pela aprovação da indicação do Senhor Gregório de Souza Babêlo Neto, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga da senhora Anália Francisca Ferreira Martins, por 14 votos favoráveis, 00 contrário(os) e 1 abstenção (ões).

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2004.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

MENSAGEM (SF) Nº 142, DE 2004.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/09/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: JOSÉ JORGE

RELATOR: GERSON CAMATA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

DELcídio AMARAL	1-ROBERTO SATURNINO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	2-VAGO
SERYS SLHESSARENKO	3-VAGO
SIBÁ MACHADO	4-ANA JÚLIA CAREPA
FÁTIMA CLEIDE	5-IDELI SALVATTI
DUCIOMAR COSTA	6-FERNANDO BEZERRA
MAGNO MALTA	7.MARCELO CRIVELLA

PMDB

GERSON CAMATA	1-MÃO SANTA
MÁRIO CALIXTO	2-LUIZ OTÁVIO
VALDIR RAUPP	3-PEDRO SIMON
VALMIR AMARAL	4-RENAN CALHEIROS
GILBERTO MESTRINHO	5-NEY SUASSUNA
JOSÉ MARANHÃO	6-ROMERO JUCÁ

PFL

JOÃO RIBEIRO	1-CÉSAR BORGES
JOSÉ JORGE	2-JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	3-EFRAIM MORAIS
PAULO OCTÁVIO	4-MARIA DO CARMO ALVES
RODOLPHO TOURINHO	5-ROSEANA SARNEY

PSDB

LEONEL PAVAN	1-LUIZ PONTES
SÉRGIO GUERRA	2-ARTHUR VIRGÍLIO
TEOTÔNIO VILELA FILHO	3-VAGO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS
-----------------	--------------

PPS

VAGO	1-MOZARILDO CAVALCANTI
------	------------------------

RELATÓRIO

Relator: Senador **Gerson Camata**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 142, de 2004 (nº 486, de 13 de agosto de 2004, na origem), submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor Gregório De Souza Rabelo Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, na vaga da Senhora Anália Francisca Ferreira Martins.

O Senhor Gregório de Souza Rabelo Neto é cidadão brasileiro, nascido em Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão, e reside em Brasília. É bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal, com especialização em Direito Público: Direito Constitucional e Administrativo e curso de pós-graduação em Direito Econômico e de Empresas, em andamento, pela Fundação Getúlio Vargas.

Funcionário público de carreira há 31 anos, atualmente presta assessoria parlamentar na Câmara dos Deputados, junto ao gabinete do Deputado Silas Brasileiro.

Tendo ingressado no serviço público da União em 1973, na então Empresa Brasileira de Turismo – hoje Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) – como Técnico Especializado, galgou, dentro da empresa, os mais diversos postos. Exerceu, por oito anos, a função de assessor técnico e, posteriormente, a de assessor parlamentar. Foi responsável por toda a parte técnica das atividades de turismo da Delegacia Regional do Centro-Oeste, de 1976 a 1986, e pela orientação da aplicação do Fundo Geral de Turismo nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, junto à Delegacia da Embratur em Brasília, durante oito anos. O diligente trabalho junto à Embratur rendeu-lhe, em 1994, o Diploma de Honra ao Mérito por serviços prestados ao Governo.

Dada sua vasta experiência profissional e o elevado conceito que detém no trato dos negócios públicos, o Senhor Gregório Rabelo Neto foi, por diversas vezes, convidado a colaborar em outros setores da administração, ocupando cargos de destaque nos seguintes Ministérios:

– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares (junho/2000 a dezembro/2002);

– Ministério do Esporte e Turismo – Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares (fevereiro/99 a junho/2000);

– Ministério da Indústria e Comércio – Coordenação de Assuntos Parlamentares, gabinete do Ministro (julho/88 a outubro/88);

– Ministério da Educação e Cultura – Assessoria Especial do Ministro (maio a dezembro/87);

– Ministério de Minas e Energia – Conselho Nacional do Petróleo, Diretoria de Abastecimento (janeiro/87 a julho/88).

A análise do seu currículum vitae, indica tratar-se de candidato cuja formação acadêmica e profissional o credenciam fartamente ao pleno desempenho do cargo para o qual foi indicado pelo Exmº. Senhor Presidente da República.

Isso posto, submetemos à apreciação e julgamento desta doura comissão a indicação do Senhor Gregório de Souza Rabelo Neto, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, f, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Sala da Comissão, 14 de setembro de 2004.

– **Gerson Camata**, Relator.

PARECER Nº 1.362, DE 2004

Da comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 149, de 2004 (nº 527/2004, na origem), que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Ambiental do Estado do Espírito Santo – Projeto Águas Limpas.

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Com a Mensagem a nº 149, de 2004, o Presidente da República submete à apreciação desta Casa o pedido de autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A operação, destinada ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Ambiental do Estado do Espírito Santo – Projeto Águas Limpas, contém as seguintes características, conforme documento às fls. 13 a 20 do processo:

a) Mutuário: Estado do Espírito Santo;

b) Mutuante: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

c) Garantidor: República Federativa do Brasil;

d) Valor: equivalente a até US\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

e) Modalidade: Fixed Spread Loan (FSL), com possibilidades de conversão de moeda, conversão da taxa de juros flutuante para fixa ou vice-versa e de estabelecimento de tetos, pisos e bandas para a flutu-

ação da taxa de juros, todas eventualmente aplicáveis à totalidade ou a partes do empréstimo;

f) Desembolso: conforme a execução do projeto, até 30-9-2008;

g) Amortização: vinte quatro parcelas semestrais e consecutivas, vencíveis a cada 15 de maio e 15 de novembro, entre 15-11-2009 e 15-5-2021, sendo as vinte e três primeiras parcelas no valor de US\$ 1.501.200,00 (4,17%) e a vigésima quarta no valor de US\$ 1.472.400,00 (4,09 %);

h) Juros: exigidos semestralmente, vencíveis em 15 de maio e 15 de novembro, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual inicialmente flutuante (LIBOR seis meses mais spread a ser fixado um dia antes da assinatura do contrato);

i) Comissão à Vista: um por cento sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

j) Comissão de Compromisso: oitenta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e setenta e cinco centésimo por cento ao ano, em diante.

Além da mensagem do presidente da República, acompanhada da Exposição de Motivos EM nº 1 15/2004-MF, de 20 de agosto de 2004, do Ministro da Fazenda, instruem o processo, entre outros documentos, os pareceres favoráveis da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional, respectivamente nº PGFN/COF/nº 1267/2004, de 20-8-04, STN/COREF/GERFI nº 398/2004, de 16-7-04 e nº 22/2004/STN/COPEM/GTBHO, de 12-4-04, bem como a carta de credenciamento nº Decec/Diope/Sucre-2004/196, de 30-7-2004, do Banco Central do Brasil, Ofício do Governador do Estado, G/nº, sem data, cópia da Lei Estadual nº 7.728, de 29-3-2004, autorizando a operação e a concessão de contragarantias à União, Certidões nº 57, 22, 12 e 6, de 2004, todas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo; Pareceres Técnico-Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado e da Companhia Espírito Santense de Saneamento (co-executora e supervisora do projeto) favoráveis à operação de crédito, cópias das minutas dos contratos de empréstimo e de garantia e informações sobre os limites de endividamento da União.

II – Análise

O empréstimo em exame envolve a União, pela concessão de garantia, e o Estado do Espírito Santo, como tomador junto ao Bird. Assim, a operação sujeita-se aos limites e condições estabelecidos pelas Resoluções nº 96, de 1989, 40 e 43, de 2001, todas do Senado Federal.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria do Tesouro Nacional manifestaram-se favo-

ravelmente à contratação, destacando-se as seguintes informações:

a) o projeto foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX);

b) o Projeto Águas Limpas tem como objetivo a otimização da capacidade das plantas de tratamento de esgoto recém instaladas na Região Metropolitana da Grande Vitória, visando ampliar a oferta de água potável, a qualidade dos recursos e aperfeiçoar as instituições envolvidas no gerenciamento e na prestação de serviços relacionados aos recursos hídricos. O projeto está estruturado em torno dos seguintes componentes: a) abastecimento de água; b) esgotamento sanitário; c) fortalecimento institucional e d) supervisão e gerenciamento.

c) A coordenação geral de operações de crédito de estados e municípios pronunciou-se favoravelmente ao pleito estadual, uma vez que o estado atende aos requisitos mínimos previstos no art. 32 da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal;

d) As leis estaduais (nº 7.700, de 23-12-2003, e 7.725, de 15-1-2004) inclui as ações do Projeto no Plano Plurianual do estado para 2004/07 e no Orçamento anual deste exercício de 2004;

e) A Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN)

também deverá aportar recursos financeiros anuais de contrapartida ao projeto, no valor total de US\$ 26,316 milhões, sendo US\$ 856 mil para o presente exercício;

f) A Lei Estadual nº 7.728, de 29-3-2004, autorizou o Poder Executivo a contratar a operação de crédito e a vincular receitas como contragarantia à garantia a ser concedida pela União;

g) Os limites de endividamento da União e do estado estão sendo atendidos conforme registra o item b.7 do Parecer da PGFN, às fls. 4 do processo;

h) A operação de crédito está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Espírito Santo, sendo que o estado encontra-se adimplente quanto às metas e compromissos estabelecidos pelo programa, apresenta classificação B quanto à capacidade de pagamento e, portanto, está habilitado a receber garantia da União e não oferece risco ao Tesouro Nacional superior àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com organismos multilaterais de crédito;

i) o Banco Central credenciou a operação de crédito;

j) consulta eletrônica pela STN não indicou a existência de débitos em nome do Governo do Estado junto à União ou suas entidades controladas;

k) observou-se, conforme órgãos da STN, o cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 2000, pelo pleiteante;

l) Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo atesta o cumprimento dos limites cons-

titucionais relativos aos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e aos gastos com saúde, em 2003, bem como a inexistência de qualquer irregularidade referente ao exercício da competência tributária;

m) O estado apresentou Certidões Positivas de Débito com Efeito de Negativa da Previdência Social, Dívida Ativa de Tributos e Contribuições Federais, bem como de Regularidade Previdenciária e do FGTS.

Cumpre observar que os limites relativos aos dispêndios com o serviço da dívida e ao montante da dívida consolidada (incisos II e III do art. 7º, da Res. nº 43/2001) não se aplicam às operações de crédito previstas nos Programas de Ajuste Fiscal, como é o caso sob exame. Ainda assim, a STN calculou os limites e observou que todos estariam sendo cumpridos com a presente contratação.

Quanto ao mérito, importa ressaltar que o Projeto Águas Limpas tem como objetivo "a otimização da capacidade das plantas de tratamento de esgoto recém instaladas na região metropolitana da Grande Vitória, visando ampliar a oferta de água potável, a qualidade dos recursos hídricos, proteger e recuperar os mananciais e as condições sanitárias dos núcleos urbanos e aperfeiçoar as instituições envolvidas no gerenciamento e na prestação de serviços relacionados aos recursos hídricos."

Por outro lado, conforme Parecer Técnico-Jurídico nº 4/2004, da Secretaria de Estado da Fazenda, às fls. 47 a 52 do processo, o projeto está inserido no programa de saneamento ambiental do estado, com expressivos resultados sócio-econômico-ambientais e envolverá recursos da ordem de US\$62,3 milhões, dos quais o BIRD financiará US\$36 milhões e o restante terá como contrapartida recursos locais, isto é, do próprio estado e da sua companhia.

Estão previstos desembolsos entre março de 2005 e setembro de 2009, com retornos entre março de 2009 e setembro de 2020. O custo efetivo da operação está estimado em 2,87%, flutuante conforme variação da LIBOR e da margem aplicada pelo BIRD. O custo estimado é considerado, pela STN, aceitável.

III – Voto

Dante do exposto, votamos pela aprovação do pleito do Estado do Espírito Santo, com a garantia da União, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33, DE 2004

Autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao financiamento parcial do Programa de Sa-

neamento Ambiental do Estado do Espírito Santo – Projeto Águas Limpas.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Espírito Santo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação a que se refere o caput serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Ambiental do Estado do Espírito Santo – Projeto Águas Limpas.

Art. 2º É a União autorizada a conceder garantia à operação de crédito a que se refere o artigo anterior, tendo como contragarantia oferecida pelo Governo do Estado do Espírito Santo quotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, e outras garantias admitidas em direito, nos termos do § 4º do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 3º A operação de crédito referida nos arts. 1º e 2º desta resolução contém as seguintes características e condições básicas:

I – Mutuário: Estado do Espírito Santo;

II – Mutuante: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: equivalente a até US\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Modalidade: Fixed Spread Loan (FSL), com possibilidades de conversão de moeda, conversão da taxa de juros flutuante para fixa ou vice-versa e de estabelecimento de tetos, pisos e bandas para a flutuação da taxa de juros, todas eventualmente aplicáveis à totalidade ou a partes do empréstimo;

VI – Desembolso: conforme a execução do projeto, até 30-9-2008;

VII – Amortização: vinte e quatro parcelas semestrais, consecutivas, vencíveis a cada 15 de maio e 15 de novembro, entre 15-11-2009 e 15-5-2021, sendo as vinte e três primeiras parcelas no valor de US\$1.501.200,00 (4,17%) e a vigésima quarta no valor de US\$1.472.400,00 (4,09%);

VIII – Juros: exigidos semestralmente, vencíveis em 15 de maio e 15 de novembro, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual inicialmente flutuante (LIBOR 6 meses mais spread a ser fixado um dia antes da assinatura do contrato);

IX – Comissão à Vista: um por cento sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

X – Comissão de Compromisso: oitenta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e setenta e cinco centésimos por cento ao ano, em diante.

Parágrafo único. As datas de desembolsos, de pagamentos do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

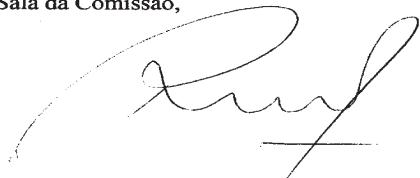
Art. 4º A realização da contratação da operação de crédito a que se refere esta resolução fica condicionada à prévia formalização do contrato de contra-

garantia entre o estado e a União, vinculando-se as receitas referidas no art. 2º desta resolução.

Art. 5º O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 149, DE 2004.

NÃO - TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/09/04, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS):

PRESIDENTE:

RELATOR (A):

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-FATIMA CLEIDE (PT)
ANA JULIA CAREPA (PT)	2-FLAVIO ARNS (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	3-SERYS SLHESSARENKO (PT)
DELCIDIO AMARAL (PT)	4-DUCIOMAR COSTA (PTB)
ROBERTO SATURNINO (PT)	5-CRISTOVAM BURARQUE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	6-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	7- -VAGO-
FERNANDO BEZERRA (PTB)	8- -VAGO-

PMDB

RAMEZ TEBET	1-HELIO COSTA
MAO SANTA	2-LUIZ OTAVIO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-VALMIR AMARAL
ROMERO JUCA	4-GERSON CAMATA
JOAO ALBERTO SOUZA	5-SERGIO CABRAL
PEDRO SIMON	6-NEY SUASSUNA
VALDIR RAUPP	7-MAGUITO VILELA

PFL

CESAR BORGES	1-ANTONIO CARLOS MAGALHAES
EFRAIM MORAIS	2-DEMOSTENES TORRES
JONAS PINHEIRO	3-EDISON LOBAO
JORGE BORNHAUSEN	4-JOSE AGripino
PAULO OCTAVIO	5-JOSE JORGE
RODOLPHO TOURINHO	6-MARCO MACIEL

PSDB

ANTERO PAES DE BARROS	1-ARTHUR VIRGILIO
SERGIO GUERRA	2-ALVARO DIAS
EDUARDO AZEREDO	3-LUCIA VANIA
TASSO JEREISSATI	4-LEONEL PAVAN

PDT

ALMEIDA LIMA	1-OSMAR DIAS
--------------	--------------

PPS

PATRICIA SABOYA GOMES	1-MOZARILDO CAVALCANTI
-----------------------	------------------------

PARECER Nº 1.363, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 146, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Eduardo Weguelin Vieira para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga de Luiz Antonio de Sampaio Campos.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 24 de agosto de 2004, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Fernando Bezerra sobre a Mensagem nº 146, de 2004, opina pela aprovação da indicação do Senhor Sérgio Eduardo Weguelin Vieira, para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por 14 votos favoráveis, 1 contrário(s) e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2004.

PRESIDENTE:

RELATOR (A):

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-FÁTIMA CLEIDE (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-FLÁVIO ARNS (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	3-SERYS SLHESSARENKO (PT)
DELCIDIO AMARAL (PT)	4-DUCIOMAR COSTA (PTB)
ROBERTO SATURNINO (PT)	5-CRISTOVAM BUARQUE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	6-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	7-VAGO-
FERNANDO BEZERRA (PTB)	8-VAGO-

PMDB

RAMEZ TEbet	1-HÉLIO COSTA
MÃO SANTA	2-LUIZ OTÁVIO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-VALMIR AMARAL
ROMERO JUCÁ	4-GERSON CAMATA
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-SÉRGIO CABRAL
PEDRO SIMON	6-NEY SUASSUNA
VALDIR RAUPP	7-MAGUITO VILELA

PFL

CÉSAR BORGES	1-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
EFRAIM MORAIS	2-DEMÓSTENES TORRES
JONAS PINHEIRO	3-EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	4-JOSÉ AGRIPINO
PAULO OCTAVIO	5-JOSÉ JORGE
RODOLPHO TOURINHO	6-MARCO MACIEL

PSDB

ANTERO PAES DE BARROS	1-ARTHUR VIRGILIO
SÉRGIO GUERRA	2-ÁLVARO DIAS
EDUARDO AZEREDO	3-LÚCIA VÂNIA
TASSO JEREISSATI	4-LEONEL PAVAN

PDT

ALMEIDA LIMA	1-OSMAR DIAS
--------------	--------------

PPS

PATRÍCIA SABOYA GOMES	1-MOZARILDO CAVALCANTI
-----------------------	------------------------

RELATÓRIO

Relator: Senador **Fernando Bezerra**

Com a Mensagem nº 146, de 2004, e em conformidade o disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Sergio Eduardo Weguelin Vieira, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na vaga de Luiz Antonio de Sampaio Campos.

Conforme currículum vitae anexo à mensagem, o Sr. Sergio Eduardo Weguelin Vieira nasceu em 27 de maio de 1955, em Montevidéu, no Uruguai e tem nacionalidade brasileira.

Sua formação acadêmica inclui a graduação em Economia, pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, com mestrado em Economia Política, pela The New School for Social Research, de Nova York, nos Estados Unidos da América. Consta também o curso de graduação em Engenharia Civil – até o 4º ano – nas Universidades de Brasília e Federal do Rio de Janeiro.

Quanto à experiência profissional, destacam-se as seguintes informações:

– atuação no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social:

a) Gerente Executivo da Área de Desenvolvimento de novos Produtos; e

b) Chefe do Departamento de Mercado de Capitais, desde março de 2003.

– atuação no BNDES Participações S.A – Bndespar:

a) Economista na Área de Planejamento;

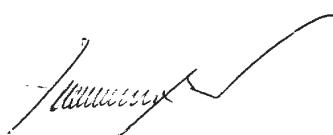
b) Gerente de Investimentos; e

c) Superintendente de Mercado de Capitais.

Segundo os dados curriculares, o Sr. Sergio Weguelin é colaborador do Jornal do Brasil e professor de inglês. Participou, ademais, em seminários no Brasil e no exterior, como representante do BNDES e da Bndespar, assim como em diversos cursos e programas de especialização e atualização profissional voltados, em sua maioria, para a área de mercado de capitais.

Relatamos, assim, os dados e informações relevantes contidos na mensagem presidencial, de modo a subsidiar a competente deliberação dos membros desta comissão sobre a indicação do nome do Sr. Sergio Eduardo Weguelin Vieira, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os pareceres lidos vão à publicação.

O Parecer nº 1.362, de 2004, que acaba de ser lido, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 149, de 2004, conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 33, de 2004, que *autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Ambiental do Estado do Espírito Santo – Projeto Águas Limpas.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 10 de setembro de 2004, e publicou no dia 13 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 213, de 2004, que “institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades benéficas de assistência social no ensino superior, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Sérgio Guerra (PSDB)

Paulo Octávio (PFL)

José Agripino (PFL)

Demóstenes Torres (PFL)

Arthur Virgílio (PSDB)

Antero Paes de Barros (PSDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Lúcia Vânia (PSDB)

PMDB

Renan Calheiros

Luiz Otávio

Hélio Costa

Ney Suassuna

Sérgio Cabral

Garibaldi Alves Filho

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB)

Ideli Salvatti (PT)

Sérgio Zambiasi (PTB)

Fátima Cleide (PT)

Tião Viana (PT)

Sibá Machado (PT)

Fernando Bezerra (PTB)

Jefferson Péres	PDT	Almeida Lima
Magno Malta	PL(1)	Aelton Freitas
Mozarildo Cavalcanti	PPS(2)	vago
(1)O PL se desligou do Bloco de Apoio ao Governo em 13-4-2004 (2)Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.		

- Instalação da Comissão: 15-9-2004
- Emendas: até 19-9-2004 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 13-9-2004 a 26-9-2004 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 26-9-2004
- Prazo na CD: de 27-9-2004 a 10-10-2004 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 10-10-2004
- Prazo no SF: de 11-10-2004 a 24-10-2004 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 24-10-2004
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 25-10-2004 a 27-10-2004 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 28-10-2004 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 11-11-2004 (60 dias)

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
Arlindo Chinaglia	<u>PT</u>	Fernando Ferro
Angela Guadagnin		Ivan Valente
José Borba	PMDB	André Luiz
Mendes Ribeiro Filho		Gustavo Fruet
José Carlos Aleluia	PFL	José Roberto Arruda
Rodrigo Maia		Onyx Lorenzoni
Pedro Henry	PP	Celso Russomanno
Custódio Mattos	<u>PSDB</u>	Alberto Goldman
José Múcio Monteiro	PTB	Ricarte de Freitas
Sandro Mabel	Bloco (PL/PSL)	Miguel de Souza
Júlio Delgado	PPS	Lupércio Ramos
Renato Casagrande	PSB	Dr. Evilásio
Edson Duarte	PV*	Deley

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 13-9-2004
- Designação da Comissão: 14-9-2004

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2004

Dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º e 5º do artigo 50, da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e inclui o § 6º, a este mesmo artigo, para adequar esta lei ao Plano de Equivalência Salarial por Comprometimento de Renda da Lei nº 692, de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os parágrafos 2º, 3º e 5º do art. 50 Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A exigibilidade do valor controvérsio poderá ser suspensa mediante depósito do montante correspondente, nas condições determinadas pelo juiz, que deverá determinar o índice de reajuste aplicado. (NR)”

§ 3º Em havendo concordância do réu, o autor poderá efetuar o depósito de que trata o § 2º deste artigo, corrigidas pelo índice determinado:

I – na própria instituição financeira credora, oficial ou não; ou

II – em instituição financeira indicada pelo credor, oficial ou não, desde que estes tenham pactuado nesse sentido. (NR)”

“§ 5º O juiz poderá suspender liminarmente a exigibilidade da obrigação principal, presente a verossimilhança da alegação de

valores pagos a maior, facultando ao juiz determinar que se preste garantia. (NR)"

Art. 2º O art. 50 da Lei 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a conter o seguinte parágrafo 6º:

"§ 6º Dispensado o depósito do valor controvértido, ou não, o juiz deverá adequar este valor ao que estabelece o Plano de Equivalência Salarial por Comprometimento de Renda de que trata a Lei nº 8.692, de 1993".

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por escopo a flexibilização dos procedimentos judiciais que versem sobre empréstimo, financiamento ou alienação imobiliários. É que, com a entrada em vigor da Lei nº 10.931 de 2 de agosto de 2004, restou configurado, um gravame desproporcional ao mutuário do sistema financeiro da habitação. Pois, nos termos dos parágrafos 2º, 3º e 5º do art. 50 da citada lei, os mutuários inadimplentes estariam impossibilitados de pedir revisão das cláusulas contratuais abusivas.

Propõe-se como solução que não se exija do mutuário, em relação ao valor controvértido, o depósito integral deste da forma como foi contratado. Se o mutuário já está questionando judicialmente o valor das prestações é porque não concorda com a legalidade deste, não havendo porque continuar a pagar tal valor, se o juiz convencer-se desde então que outro índice deve ser aplicado.

Entendendo assim, não há porque, também, manter as condições contratuais para um eventual depósito da parte controvértida. O § 3º deve ser modificado, então, para permitir que o juiz fixe um outro índice mais justo, propiciando o pagamento de atrasados pelo inadimplente.

Em relação à modificação do § 5º, vislumbrando o juiz que houve pagamento a maior, estando esta situação suficientemente comprovada pelas provas nos autos, o juiz poderá suspender liminarmente a exigibilidade da obrigação, facultando, para tanto, que o devedor preste garantia. Isto evita que o autor da ação, o devedor, continue pagando um valor que ao final será declarado ilegal, ensejando outras liquidações na execução do processo.

O art. 2º deste projeto pretende adequar a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004 ao Plano de Equivalência Salarial por Comprometimento de Renda

– PES/PCR, previsto na Lei nº 8.692, de 1993, que impõe o respeito ao comprometimento da renda do contratado, ou seja, em hipótese alguma o valor do encargo mensal pode ultrapassar um dado percentual da renda do mutuário. De acordo com a Lei nº 10.931, os mutuários inadimplentes terão de pagar as prestações em atraso pelos valores cobrados pelo banco com juros e correção, mesmo que estejam em total desacordo com os reajustes salariais do mutuário. Desta forma, eles perdem a capacidade financeira de pagar as prestações. Assim, o que se quer é a aplicação da lei que determina os reajustes das prestações pelo aumento salarial da categoria profissional à qual pertença o mutuário.

Enfim, vale destacar que o projeto aperfeiçoa os procedimentos judiciais que versem sobre empréstimo, financiamento ou alienação imobiliários, sendo estas as razões que me levam à proposição do anexo projeto de lei, o qual solicito apoio dos meus nobres pares.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.
– Senador **Leonel Pavan**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, letra de crédito imobiliário, cédula de crédito imobiliário, cédula de crédito bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.

Art. 50. Nas ações judiciais que tenham por objeto obrigação decorrente de empréstimo, financiamento ou alienação mobiliários, o autor deverá discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controvértida, quantificando o valor incontroverso, sob pena de inépcia.

§ 1º O valor incontroverso deverá continuar sendo pago no tempo e modo contratados.

§ 2º A exigibilidade do valor controvértido poderá ser suspensa mediante depósito do montante correspondente, no tempo e modo contratados.

§ 3º Em havendo concordância do réu, o autor poderá efetuar o depósito de que trata o § 2º deste artigo, com remuneração e atualização nas mesmas condições aplicadas ao contrato:

I – na própria instituição financeira credora, oficial ou não; ou

II – em instituição financeira indicada pelo credor, oficial ou não, desde que estes tenham pactuado nesse sentido.

§ 4º O juiz poderá dispensar o depósito de que trata o § 2º em caso de relevante razão de direito e risco de dano irreparável ao autor, por decisão fundamentada na qual serão detalhadas as razões jurídicas e fáticas da ilegitimidade da cobrança no caso concreto.

§ 5º É vedada a suspensão liminar da exigibilidade da obrigação principal sob a alegação de compensação com valores pagos a maior, sem o depósito do valor integral desta.

LEI Nº 8.692, DE 28 DE JULHO DE 1993

Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

Art. 1º É criado o Plano de Comprometimento da Renda (PCR), como modalidade de reajustamento de contrato de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. (Vide Medida Provisória nº 2.223, de 4-9-2001)

Art. 2º Os contratos de financiamento habitacional celebrados em conformidade com o Plano de Comprometimento da Renda estabelecerão percentual de no máximo trinta por cento da renda bruta do mutuário destinado ao pagamento dos encargos mensais. (Vide Medida Provisória nº 2.223, de 4-9-2001)

Parágrafo único. Define-se como encargo mensal, para efeitos desta lei, o total pago, mensalmente, pelo beneficiário de financiamento habitacional e compreendendo a parcela de amortização e juros, destinada ao resgate do financiamento concedido, acrescida de seguros estipulados em contrato. (Vide Medida Provisória nº 2.223, de 4-9-2001)

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O projeto lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 34, DE 2004**

Da divulgação de imagens de pessoas desaparecidas pela TV Senado.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A TV Senado veiculará imagens de pessoas desaparecidas e informações que permitam a comunicação entre o solicitante do aviso de desaparecimento e quem tiver notícias a respeito da pessoa procurada.

Parágrafo único – para a divulgação do disposto no caput será disponibilizado um tempo, não inferior a 15 minutos diários, em uma só mostra ou intercalado.

Art. 2º Cabe à Secretaria de Comunicação Social autorizar a implementação deste serviço, bem como outras providências cabíveis para o cumprimento das disposições constantes do art. 1º.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

O objetivo deste projeto é singelo.

Trata-se de tornar obrigatória para a TV Senado a veiculação de imagem de pessoa desaparecida e de informações que permitam a comunicação entre o solicitante do aviso de desaparecimento e quem tiver notícias a respeito da pessoa procurada.

A TV Senado já vem desempenhando satisfatoriamente suas atribuições de exibir ao povo a atuação dos seus representantes no Senado Federal.

Também, incluem-se entre os programas da TV Senado os que têm por objetivo responder indagações que são encaminhadas por qualquer pessoa a respeito de proposições legislativas ou normas legais de ampla repercussão na sociedade. Tais atividades de comunicação interativa constituem prestação de serviço social que vai ao encontro do fortalecimento da cidadania.

Pretendemos com este projeto ampliar o espaço que a TV Senado direciona ao atendimento do cidadão e contribuir para a solução de casos de desaparecimento de pessoas que tanto afligem as famílias afetadas.

A medida não implica despesas adicionais e praticamente não exige modificação na programação da TV Senado, pois as mensagens dessa natureza são simples, de curta duração e não entedia o telespectador.

Em face do exposto, acreditamos que o projeto seja bem acolhido pelos nossos pares, pois, se a medida vier contribuir para a felicidade de alguns poucos lares brasileiros, ainda assim terá atingido plenamente o seu objetivo.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.
– Senador **Valmir Amaral**, PMDB-DF.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– O projeto lido ficará perante a mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos regimental.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2004**

**Altera a Constituição Federal para
acrescentar hipótese de nacionalidade
originária.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 12 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

I –

c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, menores de idade, desde que registrados em repartição brasileira competente;

d) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, maiores de idade, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;

..... (NR)”

Art. 2º Esta emenda à constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com o texto da Constituição Federal, são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; e os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira. Essa fórmula, resultado a Emenda Constitucional de Revisão nº 3/94, criou como inconveniente a possibilidade de que filho de pai brasileiro ou mãe brasileira nascido em país que não se pauta pelo princípio do *jus soli* para a concessão de nacionalidade originária, venha a tornar-se apátrida até que venha a residir no Brasil e faça a opção pela nacionalidade brasileira.

Ao se prever na Constituição a concessão automática, a título precário, da nacionalidade brasileira ao indivíduo menor de idade, nascido no exterior, de pai ou mãe brasileira, desde que registrado em repartição brasileira competente, o Brasil concede a esse menor a proteção jurídica que, de outra forma, lhe faltaria caso o país de nascimento não adote o princípio do *jus soli* ou até quando seus pais ou tutores, por quaisquer eventualidades, não venham a residir no Brasil, não propiciem a vinda do menor ao País, ou ainda, não o façam representar no intuito de que adquira a nacionalidade originária brasileira. Essa proteção é, portanto, galgada em precaução de natureza humanitária.

A nova fórmula proposta concilia, ainda, o intuito do Poder Constituinte Originário de, com base na prerrogativa absoluta do Estado em dispor sobre os critérios de concessão de nacionalidade original e derivada, pretendeu tornar o mais coerente possível a condição jurídica de brasileiro nato com o compromisso e o interesse autêntico e real de seu titular em vincular-se à vida e aos destinos do país. Após a maioridade, o indivíduo nascido no exterior, de pai brasileiro ou mãe brasileira, perde a nacionalidade brasileira concedida a título precário, a menos que proceda conforme a atual disciplina da Constituição: venha a residir no Brasil e opte pela nacionalidade brasileira. A maioridade, é, contudo, o momento no qual o indivíduo, liberto de quaisquer situações impeditivas ao pleno desenvolvimento de sua personalidade, tem condições de expressar diretamente sua vontade e de vincular-se à sociedade brasileira se assim o pretender.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.
– Senador **Rodolfo Tourinho**.

Wélio Costa
Heroísa Helena
Net Suassuna
Ideia Almeida
Guilherme
Flávia Dias
Jair Sônia
Sueimara e f
Juvenal da Fonseca
Rafaela Paes
César Borges
Edison Camata
Eduardo Suplicy
Romero Jucá
1951-1966
Eduardo Suplicy
Veloso Amorim
Heitor Freitas
Ramir Sebet
VALDEMAR APP
Antônio Carlos (Cacá) Alcântara

Flávio Arns
José Jorge
Demostenes Torres
Sérgio Rezende
Tasso Teles
José Bonifácio
GARIBOLDI
Antônio Carlos Magalhães

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.222, DE 2004

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno requeiro seja consignado voto de aplauso em homenagem aos 15 anos de reconhecimento da UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, na pessoa do reitor professor Dr. José Roberto Provesi.

Justificação

A Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI – é um capítulo de 15 anos da história de quatro décadas do ensino superior em Itajaí.

Mantida pela Fundação Univali, entidade filantrópica instituída pelo poder público municipal, a universidade é a maior instituição de ensino superior de Santa Catarina, que dispõe sua infra-estrutura acadêmica e seus mais de 50 cursos a um universo de 30 mil alunos, distribuídos em seis campus espalhados pelo litoral centro-norte catarinense.

Contando com um quadro de 1.800 professores – cerca de 80% deles pós-graduados –, a Univali assume, na prática do ensino pesquisa e extensão, o desafio institucional de não só elevar os padrões de qualificação profissional, mas também de ser um vetor de progresso regional, forjando, por conta da dimensão humanística de sua formação acadêmica, cidadãos mais conscientes de seu papel incisivo nas transformações da vida social.

A história da Univali começa em 22 de setembro de 1964, com a Sociedade de Ensino Superior, que implantou as duas primeiras faculdades em Itajaí: a de Ciências Jurídicas e Sociais e a de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1968, evolui para AMECCI – Autarquia Municipal de Educação e Cultura da Cidade de Itajaí, que se transforma, em 1970, em FEPEVI – Fundação de Ensino Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí.

Em 1986, as faculdades isoladas de Ciências Jurídicas e Sociais, de Filosofia, Ciências e Letras, de Ciências Administrativas, Econômicas e Contábeis e de Enfermagem e Obstetrícia passam a funcionar de forma unificada, sob a denominação de FILCAT – Faculdades Integradas do Litoral Catarinense. E em 1989, após 25 anos do marco inicial do Ensino Superior em Itajaí, a Univali é finalmente reconhecida como Universidade do Vale do Itajaí.

Sala de Sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Leonel Pavan**.

REQUERIMENTO 1.223, DE 2004

Requer voto de pesar pelo falecimento da jornalista Zeneide Gomes Cruz, a Neidinha do *Amazonas em Tempo* e da Secretaria de Comunicação do Município de Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de pesar, pelo falecimento da técnica em fotojornalismo Zeneide Gomes Cruz, a Neidinha que dedicou 20 anos de sua vida ao fotojornalismo em jornais do Amazonas e na Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Manaus. Requeiro também que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família da jornalista e à direção do jornal Amazonas em Tempo.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro justifica-se pela dedicação de Zeneide Gomes Cruz, a Neidinha do jornal **Amazonas em Tempo**, na tarefa de laboratorista. Sua passagem pelo jornalismo amazonense foi exemplar, pelo que rendemos essa homenagem à memória da jornalista.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2004

Requer informações ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República acerca de denúncias de privilégios relacionados a telefones celulares.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, informações acerca de denúncia da jornalista Mônica Bergamo, na Folha de S.Paulo, segundo a qual o Governo teria solicitado à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN a produção de telefones celulares privilegiados e protegidos com criptografia, para ministros e outros servidores diretos da Presidência da República.

Requeiro mais que a resposta a este requerimento especifique o significado desse projeto, custos e destinação exata, bem como que se indique a motivação para esse privilégio.

Justificação

O jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 10 de setembro de 2004, denuncia, na coluna da jornalista Mônica Bergamo que a Agência Brasileira de Inteligência determinou o desenvolvimento, produção e/ou aquisição de telefones privilegiados e protegidos com recursos de criptografia, para uso de ministros e outros auxiliares do Governo. Trata-se de privilégio que favorece auxiliares palaciano, tudo levando a crer que essa determinação, se implantada anteriormente, teria beneficiado o próprio Waldomiro Diniz, que trabalhava no Gabinete do Ministro-Chefe da Casa Civil e acabou sendo descoberto ao praticar corrupção em ligação com o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Por representar privilégio para poucos – os que convivem no Planalto e nos ministérios – a medida planejada pelo Governo simplesmente mostra que, aos simples cidadãos brasileiros, qualquer proteção passa ao largo. Ao Senado, em sua prerrogativa de órgão fiscalizador dos atos do Governo, é importante conhecer pormenores a respeito, inclusive quanto à existência de motivos que justifiquem o projeto.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.225, DE 2004

Requer Voto de Aplauso à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, pela iniciativa de homenagear, com sessão de desagravo, o Deputado Arlindo Porto, cassado e preso pelo regime militar, em 1964.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, pela iniciativa de realizar, este mês, sessão de desagravo ao Deputado Arlindo Porto, que, em 1964, foi preso e cassado pelo regime militar brasileiro.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora formulou, justifica-se diante da elogiável iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, que, este mês, realizará sessão de desagravo ao Deputado Arlindo Porto, que,

acusado de práticas subversivas, foi preso e cassado pelo regime militar implantado no Brasil em 1964.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.226, DE 2004

Requer voto de aplauso ao Vereador Fabrício Lima, pela iniciativa de recorrer à Justiça contra ato da Câmara Municipal de Manaus, de não realizar sessões num período em que há suspeitas de corrupção praticados em licitações do Estado do Amazonas.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Vereador Fabrício Lima (PSDB), por sua iniciativa de recorrer ao Poder Judiciário, com Mandado de Segurança diante da decisão da Câmara Municipal de Manaus deliberou suspender, por um período, suas sessões, numa espécie de “recesso branco” exatamente quando há denúncias de atos de corrupção em licitações públicas. Tais denúncias são, inclusive, objeto de Ação Popular impetrada pelo Ministério Público Estadual, na Vara da Fazenda Pública.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento do homenageado e à Câmara Municipal de Manaus.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora formulou justifica-se diante da elogiável iniciativa do Vereador Fabrício Lima, recorrendo ao Judiciário contra a decisão da Câmara Municipal de suspender sessões num período em que poderia atuar, segundo diz o jornal **A Crítica**, como caixa de ressonância num momento em que vêm a público informações sobre práticas lesivas ao erário, em licitações públicas. A iniciativa foi bem recebida pela sociedade amazonense, merecendo elogiosas referências do citado jornal.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 1.227, DE 2004

Requerem Voto de Aplauso pelo transcurso do 10º aniversário de criação da Revista Carta Capital.

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso pelo transcurso

do 10º aniversário de criação da Revista Carta Capital Requeremos, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do editor da Revista, jornalista Mino Carta e, por seu intermédio, a todos os seus redatores, repórteres, gráficos, funcionários administrativos e de infra-estrutura.

Justificação

A homenagem que ora formulamos justifica-se pelo excelente desempenho da Revista **Carta Capital**, uma publicação noticiosa que registra numerosas vitórias ao longo de sua existência.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2004.
_ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB _ Senador **José Agripino**, Líder do PFL _ Senador **Sérgio Guerra**, Líder da Minoria.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*.)

REQUERIMENTO Nº 1.228, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao jornal **Amazonas em Tempo**, pelo transcurso de seu 17º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornal **Amazonas em Tempo**, conduzida pelo jornalista Hermengardo Junqueira, seu diretor, seu filho, jornalista Rodrigo Junqueira, editor. Os dois são os continuadores da luta despendida pelo fundador do importante veículo de comunicação do Amazonas, o empresário Marcílio Junqueira. Ele, com persistência e competência foi fundamental na consolidação do projeto do **Amazonas em Tempo**, hoje um jornal bem feito, sério e isento.

Requeiro, também, que, deste Voto de Aplauso, seja cientificado o dirigente do Jornal e, por seu intermédio, todos os integrantes de sua equipe editorial, gráfica e administrativa.

Justificação

A homenagem que ora formulamos justifica-se diante de uma iniciativa vitoriosa e que, como estou informado, foi acolhida com grande interesse no interior brasileiro, público-alvo da publicação. Editado com zelo e com critério exclusivamente jornalístico, esse órgão vem prestando inestimável serviço à democracia brasileira, com a divulgação dos fatos que ocorrem nesta Casa.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*.)

REQUERIMENTO Nº 1.229, DE 2004

Requer Voto de Aplauso às vítimas do Edifício Palace II, no Rio de Janeiro, pelo gesto de altruísmo representado pela doação ao ex-Deputado Sérgio Naya de parte do lucro obtido na venda de imóvel da indenização que lhes foi paga.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso às vítimas – na pessoa da presidente da Associação das Vítimas do Palace II, Senhora Rauliete Barbosa – do desabamento do edifício Palace II, no Rio de Janeiro, pelo gesto altruístico de doar ao ex-Deputado Sérgio Naya parte do lucro obtido com a venda de imóvel (Hotel St. Peter, em Brasília) que receberam, a título de indenização pelos prejuízos sofridos.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Sra Rauliete e do advogado das vítimas, Nélio Andrade.

Justificação

A homenagem que ora formulamos justifica-se pela forte conotação de altruísmo de que se reveste o gesto das vítimas do desabamento do edifício Palace II, o que, talvez, represente o maior castigo de todos quantos foram direcionados ao ex-deputado, responsável pela construtora do edifício que desabou.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*.)

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2004

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da atriz Miriam Pires, ocorrido no dia 6 de setembro de 2004.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 6 de setembro de 2004, da atriz Miriam Pires que todo o País conhecia, nela reconhecendo um dos grandes valores artísticos.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar do Senado seja comunicado aos familiares da atriz e à Rede Globo de Televisão.

Justificação

Figura sempre dedicada à cultura, especialmente ao teatro e à televisão, Miriam Pires encantava o Brasil com sua sempre correta atuação, inclusive nas novelas da Rede Globo, como a recente “Senhora do

Destino", em curso, na qual interpretava a personagem Dona Clementina.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Solicito a palavra, Sr. Presidente, em nome da Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a, a partir deste momento, tem direito à palavra, por cinco minutos, pela Liderança do PFL.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Orçamento é a peça fundamental de uma nação. É exatamente na proposta orçamentária que o Governo destaca suas prioridades.

Vejo, com tristeza e com revolta, que o Estado de Santa Catarina não se encontra nas prioridades do Governo. Somos um Estado exportador. A nossa balança comercial, em 2003, apontou um superávit de US\$1,4 bilhão; este ano até julho, de US\$1,84 bilhão. Entretanto, o Governo do Presidente Lula não colocou um só centavo para o ressarcimento aos Estados do ICMS arrecadado nos produtos exportáveis – e logo no momento em que a exportação tem sustentado este País.

Lamentavelmente, diferentemente do Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que reagiu à retirada dos recursos no Orçamento da Lei Kandir; do Governador Aécio Neves, que diz que eles vão acabar com a Federação; do Governador Geraldo Alckmin, que se coloca de forma incisiva no sentido de não quebrar com a Federação, o Governador de Santa Catarina fica quieto, mudo, não dá uma palavra contra um Governo que discrimina o Estado que S. Ex^a governa; não faz jus à tradição dos homens públicos de Santa Catarina!

Repelir a discriminação é, sem dúvida alguma, uma obrigação de um governante. Mas não ficou aí apenas a falta de prioridade do Governo Lula para com meu Estado. Trata-se de um Estado exportador, repito, que tem dois portos absolutamente indispensáveis às nossas atividades e que estão vendo navios paralisados fora da barra por falta de berço, por falta de mecanismos para acelerar os produtos exportáveis.

Quanto a São Francisco do Sul e a minha terra, Itajaí, vejo com desprazer que, no Orçamento da União, a primeira cidade, administrada pelo Estado Santa Catarina, e a outra, administrada – e muito bem – pela

prefeitura, nenhuma das duas terá um único centavo no Orçamento da União.

As duas rodovias que desembocam nesses portos, a BR-470, que desemboca no Porto de Itajaí, e a BR-280, no Porto de São Francisco, não mereceram do Governo do Presidente Lula e de seu aliado o Governador Luiz Henrique um único centavo!

O atual Governo encontrou a BR-101 em fase de licitação, suspendeu sua prioridade e prometeu novamente licitá-la, o que, até agora, não saiu do papel. A duplicação do trecho de Palhoça a Osório, indispensável àquela gente e corredor da morte já de 110 pessoas neste ano, obra que também irá atender ao Estado de V. Ex^a, Sr. Presidente, o Rio Grande do Sul, não mereceu a prioridade do Governo Lula. Foram alocados, no trecho de Santa Catarina, R\$90 milhões para uma obra orçada em R\$3 bilhões.

O Ministério do Planejamento apresenta um mapa que vem colaborar com o que disse o Presidente Lula, em Itajaí: "Isto é obra para PPP". A PPP nem foi aprovada no Congresso Nacional e está em discussão, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Licitações. Os catarinenses estão sendo discriminados. Na realidade, não estamos sendo atendidos. O Orçamento da União, que é o centro das prioridades, coloca-nos de lado da Federação. No Governo Lula, nós nos tornamos o zero da BR-101. Mas a nossa voz não há de faltar no Congresso Nacional. As nossas emendas serão apresentadas. Acredito que a Bancada de Santa Catarina não vai ter a mesma posição de ficar submissa, como ficou o Governador do Estado. Levaremos à frente os nossos projetos, vamos continuar a reclamar da discriminação e vamos repelir este Governo, seu Partido e seus aliados, que não merecem que o povo catarinense lhes dê preferência e votos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas, que falará pela Liderança do PL.

Na ausência do Líder, V. Ex^a legitimamente é o Líder maior.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Pela Liderança do PL.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna para mais uma vez tratar do importante Projeto de Lei de Biossegurança, que tramita nesta Casa e nos desafia a encontrar soluções que não determinem entraves ao crescimento do agronegócio e, por outro lado, garantam a preservação de recursos naturais. Já estamos, desde o mês de fevereiro, discutindo os limites a serem impostos pelo projeto, e seria lamentável os produtos transgênicos serem alvo, novamente, de uma medida provisória.

Desta forma, torna-se uma questão fundamental para o Senado Federal votarmos o quanto antes este

projeto, para que ele volte à Câmara dos Deputados e seja encaminhado para a sanção presidencial o mais breve possível. O Brasil já perdeu tempo, dinheiro e desperdiçou conhecimento científico devido à ausência de normas legais adequadas às pesquisas, produção e comercialização de produtos transgênicos.

Sinto a necessidade de as partes envolvidas na discussão do projeto abrirem mão de enfrentamentos e posições radicais. O meio ambiente e a produção rural não podem jamais ser encarados como adversários, pois é objetivo de ambos colaborar para o bem social.

Não é minha intenção, nem dos demais Senadores que defendem as bandeiras agrícolas nesta Casa, votar pela aprovação de um projeto que envolva riscos para o meio ambiente. Entretanto, é inadmissível que este setor, que tanto contribui para o crescimento econômico do País fique impedido de se desenvolver por excesso de zelo de determinados órgãos ambientais. Uma palavra muito ouvida nesta discussão é *lobby*, mas, convenhamos, existe de lado a lado e cabe a nós separar o joio do trigo. O Senador Osmar Dias foi feliz em seu discurso de ontem, criticando aqueles que tentam levar o debate para outro patamar.

Como já relatei aqui nesta tribuna, existem inúmeras pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que aguardam há anos autorização para realização de testes de campo. Por trás dessas pesquisas estão cientistas de grande capacidade, que merecem, sim, um voto de confiança em seu trabalho realizado por décadas e décadas. E são eles dotados de conhecimento científico os mais adequados para decidir caso a caso essa questão.

É, portanto, acertada a decisão do nobre Senador Ney Suassuna, Relator do Projeto de Lei de Biossegurança, em dar à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) a competência de decidir sobre pesquisa, produção e comercialização dos organizados geneticamente modificados. Esta decisão, acompanhada da total garantia aos órgãos de registro, como o Ibama, de poderem recorrer da decisão, conforme previsto no Relatório do Senador Osmar Dias, aprovado na Comissão de Educação, torna o projeto equilibrado e coerente com os objetivos que pretendemos atingir.

Faço aqui, Sr. Presidente, um pausa para manifestar publicamente o meu reconhecimento à sensibilidade e ao bom trabalho que vem sendo realizado pelos Senadores Ney Suassuna, Osmar Dias e Jonas Pinheiro, grandes companheiros na defesa dos interesses da agropecuária nacional, que, além da vasta experiência legislativa, conhecem a fundo o setor. Além disso, os relatores também têm procurado

conduzir com equilíbrio outro ponto fundamental da Lei de Biossegurança, que é o uso das células-tronco para fins terapêuticos.

Mas, voltando à questão dos transgênicos, foco deste meu pronunciamento, é interessante a disposição do Senador Ney Suassuna em incluir no seu substitutivo a proposta de criação de um órgão recursal, um Conselho de Ministros com poderes para confirmar ou não decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Esta é uma ação que talvez não seja imprescindível, mas, certamente, é mais um incentivo para que as partes divergentes cheguem a um acordo e o projeto venha finalmente ser colocado em votação.

Quero deixar neste discurso, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, um apelo aos representantes do governo envolvidos com o projeto, para que se libertem de posições radicais ou irredutíveis, especialmente em relação ao papel da CTNbio. O projeto tem relevância e urgência para o País e as soluções propostas pelos senadores relatores já traduzem um equilíbrio entre as preocupações ambientalistas e as necessidades dos produtores.

O relatório do Senador Ney Suassuna deve ser aprovado em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. Já é hora de votarmos também, Sr. Presidente, no plenário e fazermos com que os transgênicos tenham, a partir de agora, base legal definida para se desenvolverem de forma positiva em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Octávio.

S. Ex^a dispõe da palavra por vinte minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria de chamar a atenção para a importância do Projeto de Lei Complementar nº 184, de 2004, que cria a Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco).

Ora, qual seria o nexo causal entre as exportações brasileiras e a criação de uma superintendência cujo foco de atuação é a região Centro-Oeste? A conexão entre uma coisa e outra é muito simples, Sr. Presidente. Diria até que salta aos olhos. A região Centro-Oeste tem sido parte fundamental na recuperação da economia brasileira. As unidades da Federação que compõem o Centro-Oeste – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal – ocupam cerca

de um quinto do território nacional, e sua população representa 6,8% do total de habitantes do Brasil. Já a participação da economia regional no Produto Interno Bruto brasileiro subiu de 2,4% para 7% nas últimas quatro décadas.

Esses dados demonstram, Sr. Presidente, que a região Centro-Oeste se transformou em um pólo cujo dinamismo tem atraído brasileiros de todos os quadrantes, com a força de seu trabalho e com investimentos que têm transformado a geografia humana, física, econômica e social da região.

Porém, um aspecto desse fenômeno não podemos deixar de ressaltar. Tão – ou mais – importante quanto a pujança econômica, quanto o ritmo vertiginoso de crescimento da economia de seus Estados-membros, é a qualidade desse crescimento, é sua cadência, é o caminho que somos capazes de empreender a essa marcha acelerada.

Sob essa visão, faz todo o sentido recriarmos um órgão que se dedique de maneira específica aos problemas comuns dos Estados dessa macrorregião brasileira. É óbvio que o pano de fundo de todo projeto dessa natureza é o desenvolvimento nacional, a integração com as demais regiões do País. Disso não temos dúvida.

Agora, as vantagens de estabelecermos uma superintendência que pense, trabalhe e seja capaz de propor e de investir em soluções para os gargalos e as deficiências da maior fronteira agrícola – e diria até econômica – do País são inequívocas. Como disse há pouco, é preciso pensar não apenas no ritmo do crescimento, ou nas sedutoras estatísticas que, felizmente, têm enchedo nossos olhos, mas também na sustentabilidade do crescimento da região. Temos de refletir estrategicamente sobre as necessidades presentes e futuras de seus Estados e elaborar programas de incentivo a setores específicos da economia com o devido acompanhamento de resultados.

Para que esses fins sejam alcançados, é mais que desejável, é absolutamente indispensável podermos contar com um órgão capaz de planejar, coordenar e estimular o desenvolvimento dos Estados-membros do Centro-Oeste em torno de um projeto comum, compatível com a realidade brasileira.

A necessidade da recriação da Sudeco é do interesse de todos os brasileiros e, em razão dela, se uniram governadores, empresário e parlamentares, o que demonstra o caráter suprapartidário da proposta. Contamos também com o apoio de políticos e autoridades de outras regiões, bem como, no nível federal, com a aprovação do Ministro de Estado da Integração Regional, Ciro Gomes.

Nesse contexto, aliás, gostaria de destacar a importantíssima contribuição da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, sob a liderança do nobre Senador Jonas Pinheiro. Igual destaque, estou certo, merecerá a comissão especial criada na Câmara dos Deputados para estudar a criação da Sudeco, que conta com a relatoria do Deputado Sandro Mabel, de Goiás.

O PLC nº 184, de 2004, agora tramita na Câmara dos Deputados. É claro que precisa de aperfeiçoamentos, que serão feitos tanto lá quanto aqui, no Senado Federal. Lutaremos com todas as nossas forças para aprovar a inclusão de instrumentos de incentivos fiscais, tais como os que são concedidos ao Norte e ao Nordeste, algo que os técnicos do Ministério da Integração Regional lamentavelmente deixaram de fora do Projeto. Lutaremos, sobretudo, para que a Sudeco tenha aporte de recursos suficientes para solucionar os problemas de infra-estrutura – nomeadamente energia, transportes, telecomunicações, saneamento – que têm feito com que a produtividade regional seja menor do que a capacidade real da economia. Isso sem falar no imensurável potencial turístico da região, Sr. Presidente, pouquíssimo explorado se levarmos em conta que o Centro-Oeste oferece desde o ecossistema mais rico do planeta – o pantanal mato-grossense – até a elegância do traço do arquiteto que transformou a idéia de Juscelino Kubitschek em Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

Criar uma Superintendência sem capital para os investimentos e os incentivos necessários não passa de um gesto nobre e bem-intencionado.

Senador Ramez Tebet, com grande prazer concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Paulo Octávio, V. Ex^a está muito feliz na escolha dos assuntos que o levam à tribuna. Ontem V. Ex^a saudava um mineiro, ilustre cidadão brasileiro, grande Presidente da República, homem sem ódio, que sabia perdoar, o homem do desenvolvimento do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nascido lá nas Minas Gerais, em Diamantina, teve a visão de interiorização do País e localizou aquilo que as constituições já previam. Ele teve a coragem de cumprir a promessa feita em um comício e construiu aqui Brasília, que hoje abriga a todos nós e ao centro da política nacional. V. Ex^a, um apaixonado do Centro-Oeste, volta hoje ao assunto para falar da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, cuja tramitação legal está na Câmara dos Deputados. Esperamos todos que ela venha realmente para atender as necessidades, os anseios de desenvolvimento e de progresso dessa região que representa um quarto do território nacional. Esse é o Centro-Oeste, que possui terras férteis e rios navegá-

veis, que tem tudo para ser solução para o nosso País. Sei que V. Ex^a ainda falará sobre o assunto, mas quero acrescentar ao seu pronunciamento que nós queremos uma Sudeco que não seja tão romântica. Vou explicar esse romantismo. Quero uma Sudeco pragmática, que ajude os investidores, que oriente o nosso progresso, o nosso desenvolvimento, que planeje o desenvolvimento do Centro-Oeste com a preservação do nosso meio ambiente. E que ela não seja só aquela superintendência a ser visitada, onde as pessoas passam para colher informações. Uma Sudeco sem recursos, de que adiantará para o Centro-Oeste? Então, formulo votos de que ela seja criada com bastantes recursos para os investimentos, a fim de desenvolvemos mais o Centro-Oeste. Cumprimento V. Ex^a, cujo trabalho pela nossa Região conheço bem de perto, colegas que somos na Comissão de Assuntos Econômicos. Sentamos juntos, e V. Ex^a sempre tem o Centro-Oeste palpitando no seu coração. Muito obrigado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Agradeço o aparte ao nobre Senador Ramez Tebet, que, por sinal, conhece melhor do que todos nós o Centro-Oeste. S. Ex^a foi um dos mentores, um dos dirigentes da Sudeco no tempo passado e sabe a importância da Região que mais cresce no País.

Senador Ramez Tebet, concordo em número, gênero e grau com sua ponderação. E é exatamente isto que venho desta tribuna realçar: não podemos criar uma Sudeco fraca. Se queremos o desenvolvimento desta Região, se o Brasil quer o desenvolvimento do Centro-Oeste – que tem correspondido a todos os investimentos de forma acelerada –, se queremos mais desenvolvimento para a Região que mais cresce no Brasil, não adianta criarmos uma Sudeco fraca, sem recursos, sem incentivos, sem investimentos.

Sr. Presidente, o apelo que venho fazer nesta tribuna hoje é para que pensemos bem e elaboremos um bom projeto. A proposta está na Câmara, sob relatoria do Deputado Sandro Mabel, e espero que S. Ex^a possa discutir e convencer o Governo da importância da criação dessa entidade, não como uma entidade qualquer, que fica totalmente sem recursos para investir. Queremos uma Sudeco forte. A Região Centro-Oeste corresponderá aos investimentos, aos financiamentos, aos incentivos, porque já mostrou o seu valor e a sua força econômica.

Por isso, faço um apelo para que, neste momento de reflexão e de debate sobre a criação da Sudeco, possamos, na Câmara e aqui no Senado, já incluir no projeto acessórios, cláusulas e incentivos para que a Sudeco possa efetivamente funcionar como deve, para o objetivo para o qual foi criada. É o Centro-Oeste que está em jogo.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, S^{ra}s e Srs. Senadores, o acalentado sonho de um Poder Legislativo respeitado, acreditado, valorizado diante da sociedade brasileira esvai-se diante da paralisa que o acomete em função do excesso de medidas provisórias editadas pelo Presidente Lula.

Tais medidas afrontam o Poder Legislativo, ameaçando-o sem dúvida, e afrontam a Constituição porque inconstitucionais, por não guardarem a necessária e estreita relação com os pressupostos básicos indispensáveis da relevância e da urgência. Afrontam o Poder Legislativo porque subtraem dele prerrogativas fundamentais de legislar sobre matérias da maior importância para o País, de legislar sobre matérias que motivam medidas provisórias, sobre matérias que tramitam no Congresso Nacional e que não chegam à deliberação exatamente pelo trancamento da pauta imposto pela preferência que há de se conferir, pela legislação, às medidas provisórias editadas pelo Executivo.

Na medida em que o Poder Legislativo abre mão das prerrogativas de legislar, fortalece o Executivo. E o fortalecimento desmedido do Poder Executivo compromete a evolução do processo democrático no País. Aqueles que condenavam ontem a edição de medidas provisórias avalizam-nas hoje, a começar pelo atual Presidente do Partido dos Trabalhadores, que, no dia 30 de agosto de 2000, em artigo publicado no jornal A Província do Pará, afirmava:

O uso indiscriminado das medidas provisórias também se tornou uma fonte de corrupção e de negociatas. A extemporaneidade e a provisoriação das medidas provisórias constituem brechas técnicas de não-transparéncia, que são aproveitadas por um pequeno grupo de pessoas para aumentar seu poder no Governo e para incrementar vantagens e negócios de duvidosa moralidade e legalidade.

Sábias, sem dúvida, as palavras do atual Presidente do PT, publicadas no dia 30 de agosto de 2000, nesse artigo do jornal Província do Pará.

Gostaríamos que o mesmo discurso pudesse ser pronunciado hoje pelo Presidente do Partido dos Trabalhadores. Certamente, o Presidente da República o ouviria, já que o PT é o Partido responsável maior pela sustentação política do atual Governo.

Somos forçados a ouvir constantemente que a Oposição não deseja votar matérias importantes para o

País. E essa é uma afirmação politicamente desonesta, não é verdadeira. A Oposição deseja votar, no entanto, não pode votar determinadas medidas provisórias. O Governo tem que assumir sua responsabilidade por inteiro. A paralisação no Congresso Nacional, o comprometimento da produção legislativa é responsabilidade do Governo, que adota uma postura autoritária, impondo medidas provisórias inconstitucionais.

Ainda hoje o Governo publica no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 124, que define o biodiesel como combustível para motores. Seria urgente? Seria relevante essa proposta do Governo? A definição do biodiesel como combustível para motores exigiria a edição de uma medida provisória?

Outro exemplo: o projeto de lei que criava o Programa Universidade para Todos foi convertido na Medida Provisória nº 213, publicada no Diário Oficial da União. Uma proposta de tamanha importância, interesse e relevância nacional não pode ter essa urgência, porque evidentemente a urgência compromete a qualidade. Essa matéria – como bem disse o Senador Cristovam Buarque, com a autoridade de quem foi Ministro da Educação – exigiria amplo debate no Congresso Nacional, envolvendo a comunidade acadêmica, sobretudo.

Na sexta-feira foi editada a Medida Provisória nº 212, para atender à categoria funcional da Polícia Federal. É evidente que não estamos nos opondo ao mérito dessa medida provisória, mas o que se verifica é que o Governo teima em editar medidas provisórias em excesso. Agora, edita uma por dia.; uma hoje; outra ontem; sábado e domingo, seria impossível. Sexta-feira, foi editada uma medida provisória. Foram 111 medidas provisórias editadas pelo Governo desde a sua posse. Ouvimos que esse projeto referente às Parcerias Público-Privadas poderia também ser alvo de mais uma medida provisória.

O Governo apresenta essa proposta como verdadeira panacéia, como única solução para o desenvolvimento econômico do País. Seria incompatível desenvolvimento econômico com ética? Não podemos desejar o desenvolvimento econômico do país sem corrupção?

Na verdade, Sr. Presidente, Srãs e Srs. Senadores, o que há nessa proposta do Governo, além da importância de se buscarem parcerias privadas para o desenvolvimento econômico do País, é a abertura para a corrupção. Sem dúvida, é bom repetir aquilo que foi mérito da Transparência Brasil. Louve-se Cláudio Abramo pela iniciativa de denunciar a proposta do Governo como suscetível à corrupção. Essa engenharia elaborada ou urdida nos bastidores do Governo edifi-

ca, sim, portas e janelas que se abrem para a possibilidade da corrupção.

Segundo a Transparência Brasil, a corrupção nas licitações promovidas no âmbito das Parcerias Público-Privadas seria inevitável. Deveríamos aprovar essa proposta? Deveríamos aceitar essa imposição governamental, mesmo conhecedores da possibilidade de corrupção nas licitações?

A proposta do Governo revogaria ainda a Lei de Licitações, abrindo portas para o arbítrio do administrador público e eliminando as garantias de transparência e eqüidade existentes hoje na legislação.

Deveríamos, como opositores aos erros do Governo, aprovar dessa forma essa proposta do Governo?

Outro item levantado pela Transparência: ao permitir o endividamento do Estado nos três níveis sem sanção legislativa, o projeto, se aprovado, tornará letra morta a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tive a honra de ser o Relator da Lei de Responsabilidade Fiscal na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e todos sabemos da sua importância como avanço fundamental e mudança na cultura da Administração Pública brasileira. Certamente, nesse período da sua vigência, impedimos que o surto de corrupção prosperasse, evitamos escândalos e não podemos admitir que, com uma lei imposta ou com uma proposta de lei apresentada pelo Governo, se sepulte a Lei de Responsabilidade Fiscal, um dos grandes avanços na modernização administrativa sob o ponto de vista ético em nosso País.

Segundo a Transparência Brasil, não fica claramente limitada ao sistema financeiro privado a captação de recursos para financiamento dessas parcerias. Diversos projetos anunciados pelo Ministério do Planejamento, quando da divulgação desse projeto, seriam financiados pelo BNDES ou por fundos de desenvolvimento regional. Portanto, seriam projetos financiados com dinheiro público. Sabedores disso, devemos aprovar essa proposta?

O interessado privado, por outro lado, oferecerá estudo, projeto ou levantamento ao Poder Público ou realizará mediante autorização – ou seja, mediante uma encomenda, sem licitação da Administração Pública, de forma arbitrária – um valor de ressarcimento para a realização do objeto? Isso poderá nos levar a uma verdadeira indústria de estudos, e é claro que a empresa autora do estudo original contará com uma vantagem insuperável sobre as demais empresas interessadas. Devemos aprovar essa proposta? Devemos aprovar, com esse projeto, a indústria dos estudos e dos levantamentos, esperteza para se açambarcarem recursos públicos sem licitações e de forma desonesta?

De acordo com o art. 10, se não se limitarem as garantias exigidas dos participantes, haverá possibilidade de restrições à participação no certame em consequência do direcionamento da concorrência. Nesta Casa, devemos aprovar a tese de que o Poder Público pode direcionar concorrências?

Por final, no artigo das Disposições Finais, ao se estabelecer que se aplicam às parceiras público-privadas as leis de licitações, de contratos e de concessões no que não contrariar a Lei de Licitações, o projeto simplesmente a torna inoperante. Não podemos, de forma alguma, compactuar com o sepultamento de leis importantes para a moralização da atividade pública no Brasil, entre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitações.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, abandonando o Governo sua vocação autoritária, restabelecendo as prerrogativas do Poder Legislativo, possibilitando a esta Casa do Congresso Nacional, ao lado da Câmara dos Deputados, trabalhar com eficiência, legislando sobre matérias importantes, certamente, não haverá nesta Casa recusa sequer da Oposição para se promover legislação em prol do desenvolvimento econômico do País.

Porém, essa proposta de Parcerias P^úblico-Pr^{iva}dadas não é uma panacéia capaz de, por si só, promover o desenvolvimento econômico do País. Existem outras alternativas não utilizadas pelo Poder Executivo nesse momento. O Governo sequer ouve sugestões apresentadas por especialistas que deveriam ser ouvidos, como a Abdi^b. É bom lembrar um nome: José Augusto Marques, que presidiu a Abdi^b entre 1995 e 2004, falecido no último 28 de junho. Ele foi um dos maiores defensores da participação da iniciativa privada no setor de infra-estrutura do País.

Prestamos a nossa homenagem e queremos destacar as suas sugestões para alavancar o desenvolvimento econômico do País com a participação efetiva do setor privado. Foram formulados cinco pilares para a atração dos investimentos no Brasil:

- 1) ratificação clara, por meio de manifestação explícita sobre o papel do investimento privado na economia brasileira, incluído o respeito absoluto ao fiel cumprimento dos contratos;
- 2) consolidação da economia e independência dos entes reguladores, entendidos como organismos de Estado e não de governo;
- 3) estabelecimento de marcos regulatórios estáveis, claros e que representem compromissos formais de conciliação entre interesse público e atração de capital privado, especialmente nas áreas de energia elétrica, saneamento, transportes e logística (transporte rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário);

- 4) definição de um conjunto de projetos estruturantes para o País e posterior apresentação a potenciais investidores nacionais e internacionais. O Governo sequer define prioridades. Em momento algum, enumera os principais projetos de interesse nacional para a atração do investimento privado e, obviamente, o setor privado, no escuro, não tem como descobrir, ou perceber, ou prever as reais intenções do Governo no direcionamento do futuro do País;
- 5) criação de mecanismos inovadores e eficazes de captação e aplicação de recursos privados. Como exemplo, fundos lastreados na securitização de ativos e recebíveis.

Essas são premissas conhecidas para atrair o capital privado, enumeradas pela Abdi^b, e não creio sejam novidade para aqueles que se responsabilizam no seio do Governo pela atração de investimentos.

Ouso, da tribuna desta Casa, sugerir que o próprio Governo demonstre interesse em participar – quem sabe, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal – de um debate para discutir essas e outras alternativas motivadoras de investimentos no setor de infra-estrutura do Brasil. Não podemos permanecer passivos diante da sinalização de uma hipótese dramática para o País: o estrangulamento do setor de infra-estrutura diante do crescimento vegetativo da economia nacional. Não me estou referindo ao crescimento estimulado, que pode ocorrer ou não. Ocorrerá se o Governo buscar lançar mão de instrumentos de que dispõe para aquecer a economia, embalando o País para alcançar patamares de crescimento econômico similar aos alcançados por outros países da América do Sul, em especial, países emergentes, como o nosso, que atingem índices de desenvolvimento muito superiores.

É bom repetir: em que pese as comemorações do Presidente Lula e de sua equipe, apenas o Paraguai cresce menos que o Brasil neste momento de bom desempenho da economia mundial.

É preciso destacar que qualquer suspiro de crescimento econômico, no mundo todo, passa pelo investimento em infra-estrutura, e não podemos ignorar que, se tivemos, em 2001, US\$19 bilhões em investimentos na infra-estrutura, em 2003, tivemos apenas US\$6,6 bilhões em investimentos. Isso pode ser trágico, porque, sem dúvida, teremos o apagão da infra-estrutura brasileira, com prejuízos incríveis para a nossa economia.

Segundo Orçamento aprovado para 2004, o Governo teria 8,5 bilhões para investir, o correspondente a 0,5% do PIB, enquanto, em média, os países similares ao Brasil, considerados emergentes, investem cerca de 6% do PIB.

Portanto, Senhor Presidente Lula, há, sim, alternativas para a atração de investimentos privados em nosso País, mas essas opções têm que ser buscadas com inteligência, com competência, com mobilização, com cooptação dos investidores, para que o nosso País possa crescer além das expectativas do Governo, mas próximo das expectativas da sociedade brasileira.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou vindo da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Apesar de V. Ex^a ter insistido bastante para que a própria Comissão tentasse encontrar uma saída imediata para o impasse por que estamos passando, como não houve acordo dos Líderes, não foi possível.

Como muitas matérias importantes estão aguardando votação e há outras pendências, peço a V. Ex^a que tome as medidas necessárias, como revalidar a Resolução nº 1. Alguma coisa precisa ser feita, porque estamos impossibilitados de trabalhar. Hoje, não houve quórum. Aliás, mesmo que houvesse, não poderíamos apreciar nenhuma matéria.

Então, faço esse apelo a V. Ex^a para que possa atrair para si a solução do problema, para que aquela importante Comissão possa iniciar os seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência está acompanhando o que ocorre atualmente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pela ausência da Resolução que foi revogada e que regula o funcionamento da comissão.

Logo que fique definido que não será possível uma solução de conciliação, a Mesa tomará a devida providência, na forma regimental.

Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna falar sobre o Orçamento, sobre a aplicação dos recursos orçamentários, sobre critérios, porque, todo ano, os Parlamentares, os representantes dos Estados, envolvem-se com afinco, com muita dedicação, com esta matéria, cada qual buscando recursos para os seus municípios, para os seus Estados.

Sabemos que hoje o Orçamento, no Brasil, é peça de ficção – essa frase é célebre. Sabemos que ele é discutido, votado com muito sacrifício, após noites de trabalho. No entanto, a cada ano, assistimos ao mesmo ritual: o Orçamento não é cumprido.

Hoje, Sr. Presidente, fui colhido de surpresa. Como todos que estão aqui, estamos envolvidos em campanha eleitoral, percorrendo os nossos Estados, dando as nossas opiniões, defendendo os nossos candidatos. Cada um está procurando valorizar o seu partido político. Nessa peregrinação, pudemos constatar que um dos assuntos de maior preocupação da nossa sociedade, da população brasileira, é a questão da qualidade dos serviços, principalmente na área da saúde.

Pois bem, estou aqui representando o Mato Grosso do Sul. A situação da saúde no nosso Estado é muito precária, Sr. Presidente e Srs. Senadores. A capital do Estado recolhe todo o interior e ainda nossos concidadãos, pessoas de outros países, como é o caso dos irmãos paraguaios e bolivianos.

Todos sabem que, no meu Estado, a Santa Casa de Campo Grande passa por sérias dificuldades. O mesmo se diz do Hospital Universitário e do Hospital Regional Rosa Pedrossian, que é do Governo estadual. Os três principais organismos hospitalares enfrentam sérias dificuldades. Neles, pessoas não conseguem internação, são atendidas nos corredores, enfim, não conseguem tratamento médico mínimo para a recuperação da saúde.

Os jornais discutem o assunto, o Ministério Público tenta agir, o Judiciário é acionado, mas a situação é a mesma, de muitos anos, sempre a saúde capengando. Logo a saúde que teve um imposto criado especialmente para ela: a CPMF. Essa contribuição foi criada no meu primeiro mandato aqui, quando o ex-Ministro Adib Jatene fez vigília no Senado da República procurando convencer cada cidadão da importância daquele imposto para resolução ou minoração dos problemas da saúde no País.

Embora existindo, a CPMF não se destina exclusivamente à saúde, pois a maior parte da arrecadação vai mesmo para pagamento de outras despesas, inclusive de juros.

A situação da saúde em Mato Grosso do Sul – e acredito que na maioria dos Estados brasileiros – é ainda caótica.

Sou surpreendido agora com a retirada de recursos do meu Estado, recursos que nós colocamos no Orçamento. O Governo Federal os retirou para aplicar em outras unidades da Federação. Na condição de representante de um Estado, como suportar isso?

Então Mato Grosso do Sul pode abrir mão de recursos, de parcos recursos destinados à saúde, que

foram objeto de emendas individuais, de emendas de bancada?

Eles não vieram do Executivo não. Foram fruto de conquista nossa por ocasião da elaboração do Orçamento ano passado. Tanto é verdade, Senador Pavan, que recebemos dois ofícios do Ministério da Saúde, dizendo que haveria um corte de 20% linear em todas as emendas referentes à saúde.

Pensei até que esse corte objetivasse acerto fiscal, geração de superávit, superação de dificuldades que o Governo estivesse atravessando. O que acontece agora? Feito esse corte, alguns recursos com o decréscimo de 20%, uns penhorados, outros não foram penhorados, pagos quase nenhum, somos agora surpreendidos com um projeto de lei, em tramitação na Câmara, que abre crédito para o setor da saúde. E onde estão os 20%, retirados de emendas individuais, inclusive minhas e de outros Parlamentares do Mato Grosso do Sul? Nessas emendas individuais, os Parlamentares destinam recursos para seus Municípios. Nós tínhamos direito a R\$2,5 bilhões. Houve um compromisso de cada Parlamentar em empenhar R\$750 milhões no setor de saúde, a fim de ajudar a melhoria dos serviços na saúde especificamente. Essa é a verdade.

Pois bem, agora envia-se um crédito suplementar, no qual os 20%, retirados das emendas individuais e de Bancada, do Estado do Mato Grosso do Sul, são destinados a outras unidades da Federação, que passaram a ser beneficiadas. Tiraram de Mato Grosso do Sul R\$3.752.684,00. Pegaram esse dinheiro e distribuíram para outras unidades da Federação, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso

Por que retiraram esses recursos de Mato Grosso do Sul se são recursos dos Parlamentares, recursos da nossa Bancada? Como? Com que direito o Governo Federal...? Ontem, telefonei ao Ministro do Planejamento pedindo explicações, mas S. Ex^a ainda não as deu.

Antes, esses recursos destinavam-se a aumentar o superávit fiscal. Tudo bem! Mas se esses recursos não vão para o superávit fiscal, que eles voltem para Mato Grosso do Sul, não para outras unidades da Federação. Unidades como o Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon, Estado mais rico que o meu, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul. Quer dizer, tiraram de Mato Grosso do Sul e distribuíram três milhões, quase três milhões e oitocentos mil, para Rio de Janeiro, Pará, Tocantins, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Maranhão e Paraíba. E nós temos que ficar calados?

Sr. Presidente, como representante de Mato Grosso do Sul, vendo o meu Estado prejudicado, sabendo quão caótica é a situação da saúde lá, tenho que vir a esta tribuna para dizer que quase três milhões e oitocentos mil reais são muito importantes para sair de Mato Grosso do Sul e ir para outras unidades da Federação. Que se respeite o direito dos Parlamentares, o que eles votaram. Os Parlamentares votaram emendas do Senador Ramez Tebet, do Senador Delcídio Amaral, do Senador Juvêncio da Fonseca e dos oito Deputados Federais da Bancada. De todos eles, foram retirados esses 20% a pretexto do superávit fiscal,

como foram retirados de todos os Parlamentares brasileiros. Agora, retiraram justamente 20% de Mato Grosso do Sul. Se arrumaram dinheiro, se estão pedindo um crédito suplementar, que devolvam esse dinheiro para Mato Grosso do Sul e, assim, façam justiça ao nosso trabalho e a um Estado que tanto necessita, que tanto precisa.

E foram tirando de pingadinho. Tiraram de Municípios pequenos como Jaraguari, no meu Estado, como Alcinópolis, como Santa Rita do Pardo. São municípios pequenininhos, cujos recursos no valor de R\$20 mil, R\$30 mil, R\$40 mil, R\$50 mil são importantes para a aquisição de uma ambulância, de aparelhos, de remédios.

Minha cidade natal, Três Lagoas, foi atingida, assim como Anaurilândia, Bataiporã, Botoquena, Cassilândia. Eu falo aqui para que Mato Grosso do Sul tome, também, conhecimento do que cada cidade perdeu: Cassilândia, Costa Rica, Chapadão do Sul, Coxim, Jardim, Sete Quedas, Nova Andradina, Rio Brilhante, Itaporã, Aquidauana, Ivinhema, Dourados, Caarapó, Eldorado, Nova Alvorada do Sul, a própria Santa Casa de Três Lagoas, a Maternidade Cândido Mariano, de Campo Grande, o Hospital São Julião, o Hospital do Pêñfigo, todos eles perderam recursos e no valor total; Mato Grosso do Sul perdeu recursos por um passe de mágica. Isso é um desrespeito, Sr. Presidente e Srs. Senadores! Isso não podia acontecer com o meu Estado, que é governado pelo Partido do Presidente Lula. Hoje tentei falar com o coordenador da minha Bancada, Deputado Federal Antônio Biffi, mas não consegui. Espero que S. Ex^a esteja me ouvindo, pois tem de reclamar em nome da Bancada e dizer que Mato Grosso do Sul não aceita isso, porque tem os mesmos direitos que outras Unidades da Federação.

Por que tiraram dos Estados pobres para dar aos mais ricos? Esse comportamento causa indignação! Não posso comprehendê-lo!

Uma emenda do Senador Juvêncio da Fonseca, presente neste plenário, que destinava recursos à saúde, também foi cortada, e os recursos destinados

a outro Estado. Isso é um absurdo! Também foi cortada uma emenda do Senador Delcídio Amaral. Várias emendas de minha autoria, repito, foram cortadas. Senador Juvêncio da Fonseca, a nossa Bancada colocou oitocentos mil reais para a saúde em Mato Grosso do Sul, mas tudo foi cortado. Estão tirando o dinheiro de Mato Grosso do Sul e encaminhando-o a outras Unidades da Federação.

Vim aqui protestar. Tomei a liberdade de ligar ontem para o Ministro do Planejamento e fiz-lhe um apelo. S. Ex^a ficou de me dar uma resposta, que até agora não veio. É preciso que o Mato Grosso do Sul tome conhecimento do que se passa. É preciso que nossa voz seja ouvida pelo Governo Federal, seja ouvida no Ministério da Saúde, seja ouvida no Ministério do Planejamento e que os Parlamentares também sejam ouvidos. O Governo comunicou que iria fazer um corte linear e depois resolveu reaplicar esse dinheiro. Ele devia reaplicá-lo em nossos municípios. Essa é a verdade, Senador Juvêncio.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PDT – MS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou conceder um aparte a V. Ex^a, porque foram tirados os recursos que V. Ex^a destinou a Coxim. Isso é um absurdo, porque se trata de emenda individual de cada um de nós. Por que o Governo tirou os recursos decorrentes de emenda individual do Senador Ramez Tebet e os encaminhou a outro Estado da Federação? Positivamente, não posso entender.

Minha presença nesta tribuna tem esta finalidade: levantar a minha voz e protestar. Ainda tenho esperança de ver atendida a solicitação que fiz ao Ministro do Planejamento, para que S. Ex^a corrija essa injustiça que o Governo Federal está cometendo contra o Mato Grosso do Sul.

Ouço o Senador Juvêncio da Fonseca.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PDT – MS) – Senador Ramez Tebet, o pronunciamento de V. Ex^a é oportuníssimo. Sinceramente fiquei indignado quando constatei tudo isso. Mas sou do PDT, Partido de oposição, e preciso agüentar, preciso estar pronto para o trabalho, independentemente de reclamação deste Governo autoritário. Quando usa o Orçamento da maneira como V. Ex^a está definindo, este Governo demonstra que não quer, de forma nenhuma, um bom relacionamento entre Executivo e Legislativo. As emendas apresentadas pelos Parlamentares não são dos Senadores nem dos Deputados. V. Ex^a falou da minha emenda na área da saúde, a qual destinava quatrocentos mil reais para a Maternidade de Campo Grande. A Maternidade não é minha; é uma entidade filantrópica que vive às custas da comunidade. Nin-

guém recebe um tostão para dirigir a Maternidade de Campo Grande. Quando se faz uma emenda, quando se comunica isso a uma entidade como essa, gera-se uma expectativa e gera-se esperança. Para o Governo pouco importa expectativa e esperança das pessoas que sofrem; para o Governo importa, sim, a perseguição política, a insensibilidade para com seus agentes políticos no Congresso Nacional. Parabéns pelo seu pronunciamento. Faço meu o pronunciamento de V. Ex^a, com indignação.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Juvêncio, a solidariedade de V. Ex^a, claro que não é a mim, é ao povo sul-mato-grossense, que perdeu esses recursos. V. Ex^a, que já foi provedor da Santa Casa, sabe muito bem o quanto caótico está a saúde no Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, agradeço muito o oportuno aparte de V. Ex^a.

Volto a dizer, tomara, Senador Juvêncio da Fonseca, que o Governo nos ouça, tomara que o Ministro do Planejamento venha e recupere isso para Mato do Grosso do Sul, tenha a sensatez de dizer: errei. Não podíamos tirar isso de Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro é um Estado muito mais rico, Minas Gerais e assim por diante. Vamos devolver isso, até porque não consultei os Senadores.

A emenda individual é nossa. Nós a colocamos onde queremos. É importante salientar isso. Podemos destinar os recursos provenientes da emenda individual ao município que quisermos. Colocamos esses recursos em nossos municípios; 30% daquilo que cada Parlamentar tinha direito foi para a área da saúde, Senador Juvêncio.

Senador Pavan, ouço V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Ramez Tebet, quero, primeiro, enaltecer-lhe mais uma vez, porque o trabalho de V. Ex^a nesta Casa tem encontrado eco em todo o Brasil, não apenas no seu Estado. V. Ex^a, um dos homens públicos mais respeitados no Congresso e – por que não? – no Brasil, reclama da falta de recursos para investimento e principalmente da falta de respeito para com os Senadores e os Deputados Federais. Com dificuldade, conseguimos aprovar algumas migalhas no Orçamento da União para os nossos municípios e, de repente, deparamos com um corte ou com a falta de respeito do Governo para com os Parlamentares e os municípios. Assim, acabamos perdendo a credibilidade perante os prefeitos e a sociedade. Nós Senadores vamos e voltamos a vida toda. Vimos a Brasília e voltamos ao nosso Estado, e vice-versa, com o pires na mão. Os prefeitos que nos procuram em Brasília encontram R\$50 mil, R\$100 mil e

pensam que esses recursos serão liberados. De repente, num ato ditatorial, num ato duro com os municípios, o Governo corta os recursos não apenas da saúde, não apenas da educação, mas principalmente de nossas rodovias, a exemplo da BR-101, obra orçada em mais de R\$1 bilhão, para a qual foram destinados apenas R\$90 milhões para o de 2005. O pronunciamento e o alerta de V. Ex^a certamente farão com que o Governo Federal respeite mais o País e os Municípios brasileiros e nós, Senadores e Deputados, que queremos o bem da sociedade brasileira.

O SR. RAMEZ TEBEZ (PMDB – MS) – Sr. Presidente, ao encerrar, registro que todos nós usamos emendas individuais para aplicar nos Municípios de nossos Estados. É absurdo o Governo Federal transferir os recursos de uma emenda individual para o Mato Grosso do Sul, por exemplo, para outro Estado sem falar nada com os Senadores ou com os Deputados. Positivamente, isso é um absurdo.

Sr. Presidente, Senador José Sarney, muito obrigado pela gentileza de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de me inscrever para falar, depois da Ordem do Dia, pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrita em segundo lugar.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a é o próximo orador, mas pediria a V. Ex^a que, generosamente, deixasse antes fazer uma intervenção, por cinco minutos, o Senador Roberto Saturnino, que está aguardando essa oportunidade. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu também gostaria de me inscrever pela Liderança do PSDB, para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Mesa aguarda a comunicação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, pela iniciativa de seu Presidente, Desembargador Marcus Faver, reconhecido unanimemente pela mais elevada categoria e com a incontestável consideração de seus Pares e de todos aqueles que militam na área jurídica, propõe que se considerem também, entre os casos de inelegibilidade, para efeito de impugnação de candidatura, os candidatos com passado criminal, que não tenham bons antecedentes, no momento em que há um clamor público pelo aperfeiçoamento do sistema democrático-eleitoral no sentido de coibir, tanto quanto possível

ou até completamente, as ligações de candidatos com organizações criminosas de toda natureza. Há uma indignação da população muito grande e, com essa proposição, o TRE do Rio de Janeiro quis atendê-la.

Sabemos todos que há uma grande polêmica nessa proposição, na medida em que ela não deixa de atingir o princípio da presunção de inocência para qualquer cidadão. Entretanto, há outros casos em que essa presunção de inocência também não é reconhecida como suficiente para que pessoas físicas ingressem, por exemplo, em contratos de natureza pública, sendo possível, por conseguinte, interpretações que venham a colocar também, no caso das candidaturas a eleições, a possibilidade de impugnar e de termos candidatos acima de suspeitas.

Sr. Presidente, é preciso que os candidatos estejam acima de suspeitas. Há casos evidentes de comprometimentos reconhecidos, passados pela Justiça, mas sem julgamento na última instância. E esses candidatos acabam elegendo-se porque têm recursos de organizações criminosas e se põem ao abrigo da lei nessas circunstâncias.

De modo que, Sr. Presidente, desejo cumprimentar o Desembargador Marcos Faver, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por essa iniciativa que enche de muito orgulho todos nós do Rio de Janeiro. Também quero apresentar um projeto de lei complementar, criando novos casos de inelegibilidade para que se possa discutir o assunto. O Congresso Nacional não pode ficar alheio a esse clamor, a essa exigência nacional pela purificação do processo eleitoral, com a eliminação de candidatos que notoriamente têm ligações com instituições criminosas. Os Partidos políticos tinham obrigação de fazer essa triagem. Infelizmente, por oportunismo, na busca de votos, não o fazem. Então, é preciso que o Congresso Nacional discuta o assunto em profundidade e tome resoluções capazes de dar satisfação à opinião pública.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a concede um aparte a seu colega Almeida Lima?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Acho que não posso conceder, Senador, mas...

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Serei brevíssimo, 30 segundos, apenas para dizer a V. Ex^a que me encontro inscrito e, coincidentemente, o tema de meu pronunciamento é exatamente este. E veja como a democracia é bonita: não sendo possível hoje, é evidente que pretendo ainda ocupar a tribuna nesta semana, assumindo uma posição completamente contrária à que V. Ex^a defende neste instante. Espero ter ainda oportunidade no dia de hoje, ou quem sabe amanhã, para estabelecermos o debate aqui no Senado Federal.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– O Parlamento é o foro adequado para esse debate, Senador. Agradeço o aparte de V. Ex^a e termino a minha intervenção breve com o anúncio dessa iniciativa que tomo, de apresentação desse projeto, na certeza de que o Congresso não ficará alheio a essa questão fundamental para o aperfeiçoamento, para a consolidação do regime democrático no País, e haverá de encontrar uma solução perfeitamente adequada às exigências constitucionais para esse problema fundamental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

Fazendo soar a campainha.) – Senador Roberto Saturnino, a Presidência deseja transmitir-lhe uma informação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, aproveito para transmitir os parabéns ao Senador Roberto Saturnino, que fez aniversário no dia de ontem, 73 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Roberto Saturnino, queria cumprimentá-lo pelo aniversário.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257,
DE 2004 – COMPLEMENTAR**

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para acrescentar hipótese de inelegibilidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea j:

Art. 1º
I –

.....
j) os que não tenham bons antecedentes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Justiça Eleitoral brasileira, que tantos serviços tem prestado ao nosso País, encontra-se no presente momento em dificuldades para excluir do processo eleitoral em curso candidatos notoriamente envolvidos em atividades ilícitas, inclusive ilícitos penais.

A razão é simples: a Lei Complementar nº 64, de 1990, prevê, como deve ser em qualquer regime democrático, a regra geral da elegibilidade dos cidadãos e, ao dispor sobre as inelegibilidades, contempla, na alínea e, do inciso I do art. 1º, a vedação às candidaturas daqueles que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática dos crimes contra a economia, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de 3 (três) anos após o cumprimento da pena.

Estipular que o não condenado e apenas acusado é inelegível poderia ser tido como inconstitucional, dada a presunção geral de inocência e o princípio de que as sentenças criminais devem transitar em julgado para produzir efeitos quanto à elegibilidade.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal, em julgado histórico, já declarou que não pode ser considerado de bons antecedentes o cidadão contra quem há diversos processos criminais, a partir da noção de que, se a instituição policial entendeu haver crime, se o Ministério Público viu o ilícito e fez a acusação e se o Poder Judiciário avaliou que a denúncia preenche os requisitos, e a acatou, mandando instaurar o devido processo criminal e, mais ainda, se esse fato ocorreu em diversas oportunidades, não se pode afirmar que o cidadão tem bons antecedentes, ainda que seja réu primário.

Observe-se o que decidiu o Supremo Tribunal Federal, em votação unânime, nos autos do Recurso em **Habeas Corpus** nº 55.085/MG, em 15 de março de 1997, processo no qual atuou como relator o Ministro Moreira Alves:

Habeas Corpus. Primariedade não se confunde com bons antecedentes. Não tem bons antecedentes quem, várias vezes, esteve envolvido em ocorrências, inquéritos e processos criminais, sob a suspeita ou a acusação de prática de diferentes crimes. Recurso a que se nega provimento. (Publicado no **Diário de Justiça** de 25 de abril de 1997).

O Poder Judiciário brasileiro há de ser prudente, como é de sua tradição, em negar atestado de bons antecedentes a quem, por exemplo, é objeto de processo criminal ou qualquer procedimento investigatório com base apenas em acusações formuladas por inimigos políticos. Caso entendêssemos que a magistratura e outros agentes estatais não têm a responsabilidade que se exige para a execução de uma lei dessa envergadura, simplesmente afastaríamos dela o poder de dizer a Justiça.

Ademais, não é desproporcional exigir dos candidatos a cargo público, que ostente, em relação aos demais cidadãos, um histórico pessoal de vida mais clara e inequivocamente limpa quanto a envolvimento com atividades criminosas.

Parece-nos essencial destacar que os direitos individuais não se aplicam igualmente a todos os cidadãos, mas exigem um exame acurado do contexto concreto em que a pessoa escolheu viver. O direito à privacidade, por exemplo, é de todos. Mas se aplica de modo distinto a um cidadão que vive em área rural longínqua e outro, que é líder de uma banda de música popular e para quem a relação com a mídia é essencial à sua atividade profissional.

Do mesmo modo, a lei poderá ser mais exigente quanto à honorabilidade pública dos candidatos a cargos políticos. Nesse sentido está a recente decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, da qual, entretanto, esse organismo se viu forçado a retroceder, por causa da ausência do amparo legal que o presente projeto de lei complementar visa instituir.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.
– Senador **Roberto Saturnino**.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– O projeto lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por 20 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna com sentimento de profunda mágoa. Sou Parlamentar há longo tempo, mas até hoje não ocupei esta tribuna – os Anais sabem, Deus também sabe – para me ocupar das questões internas do Rio Grande do Sul. Os problemas do Rio Grande com relação a sua política

interna são questões que tenho, por princípio, decididas lá no meu Estado.

Hoje, venho a esta tribuna falar sobre uma matéria por pensar que se trata de questão nacional. Claro que o caso em si envolve o Rio Grande do Sul, Porto Alegre, mas a tese em si é nacional.

Venho, há muito tempo, defendendo a obrigatoriedade de criarmos as verbas públicas de campanha. Se não o fizermos, elas se deteriorarão de tal maneira que será difícil não escutar a voz do povo nas urnas. As diferenças são de tal ordem, o uso da máquina pública é de tal natureza diferente que não se sabe quando a eleição espelha a vontade de um eleitor ou quando as pressões exercidas sobre ele determinaram que isso aconteça.

Venho a esta tribuna falar de uma questão que, ontem, o PMDB entregou à Procuradoria Geral da República em Porto Alegre. Transcrevo nos Anais o ofício assinado por Luiz Fernando Zachia, Presidente do PMDB de Porto Alegre. Os Deputados Estaduais copiaram o direito que temos, Senadores e Deputados Federais, à cota para publicarem as suas realizações, as suas atividades parlamentares.

Transcrevo nos Anais a Resolução da Mesa nº 419/2001, que dispõe sobre as cotas que os parlamentares têm para custear despesas com serviços gráficos e impressos. É claro o art. 12 dessa Resolução:

Art. 12. O material de divulgação deve ter caráter de prestação de contas da atividade parlamentar ou conteúdo institucional ou administrativo relativo à Assembléia Legislativa

Parágrafo único. O titular da conta é responsável pelo conteúdo e pela matéria produzida.

É como acontece conosco aqui no Senado: podemos publicar as nossas matérias, os nossos discursos, os nossos apartes, os nossos projetos, as nossas resoluções – há ainda o material informativo que alguns fazem, eu não faço.

Farei referência ao que fez o deputado Raul Pont, candidato à prefeitura de Porto Alegre pelo PT. Aliás, o presidente do PT no Rio Grande do Sul diz que nós levantamos o problema por mágoa, por estarmos atrás nas eleições. Realmente, o nosso candidato está bem atrás, mas esse não é um problema que influa no resultado da eleição com relação ao nosso candidato. Tenho autoridade para falar porque não falo para prejudicar ou para deixar de prejudicar, mas pela questão ética envolvida nessa matéria.

O Deputado Raul Pont, deputado estadual, fez publicar um boletim em que se lê: "Deputado Estadual Raul Pont. Participação, Direitos e Solidariedade. Publicação do Gabinete do Deputado Estadual Raul Pontes. PT/RS". Trata-se de impresso pago e enviado sob a responsabilidade e com ônus para a Assembléia Legislativa do Estado.

Na publicação de nº 15, de junho de 2004, aparece a fotografia dele e da candidata à vice-prefeita, a Deputada Maria do Rosário. Nela, lê-se:

"Questões municipais norteiam a campanha.

A partir da homologação oficial de seu nome para concorrer a prefeito, com a deputada federal Maria do Rosário como vice, Raul Pont vem ampliando seus contatos com diferentes segmentos da sociedade para discussão do programa de governo. Raul afirma que o debate central na campanha será..."

E segue ampla exposição de todo o seu plano de governo como candidato a prefeito.

Um outro impresso, o de nº 14, também de junho de 2004, traz matéria cujo título é o seguinte: "Raul e Maria do Rosário prontos para campanha". É feita uma longa exposição sobre sua atividade de campanha.

Ainda na mesma página, há a chamada para uma outra matéria: "Eleições municipais. Eleitores preferem a Frente Popular". E mencionam o resultado de uma pesquisa publicada nos jornais locais segundo a qual ele está em primeiro lugar.

Pergunto: é matéria eleitoral do candidato matéria a ser publicada com ônus para a Assembléia Legislativa? O Tribunal Superior Eleitoral, na minha opinião, exagerou: cassou os direitos políticos do Sr. Lucena – presidente do Senado à época – porque ele publicou um calendário com a sua fotografia. E disseram que ele teria feito sua campanha usando a gráfica do Senado, o que foi uma injustiça, porque era uma mentira. Ele foi cassado por ter publicado um calendário com a sua fotografia.

Temos aqui o jornal dele – matéria paga pela Assembléia, impressa e despachada pelo correio com ônus para a Assembléia –, no qual são publicadas notícias sobre a sua campanha e o resultado da prévia da última pesquisa feita por jornal da capital.

Ontem apresentamos denúncia, por intermédio do Procurador-Geral do Estado, ao Tribunal. Esperamos uma decisão, uma resposta do Tribunal.

Fizemos isso, repito, numa eleição na qual o nosso candidato está numa situação incômoda, com vários a sua frente, por uma questão moral. Se isso está acontecendo na capital do Rio Grande do Sul, num Estado altamente politizado, onde a fiscalização sobre os atos do poder público e dos políticos é permanente, é total, o que poderá estar acontecendo no resto do País?

No Rio Grande, cantores de fama nacional estão reunindo milhares de pessoas para verem seus shows. Em Santa Maria, estava lá o Bernardo e uma outra cantora famosa e muito bonita. Eles reuniram milhares de pessoas e, no meio do show, foi convidado o candidato do PT a fazer o seu pronunciamento e a ser aclamado pela multidão. Em que cota de gasto da campanha eleitoral entra esse show? Qual a prestação de contas que o candidato de Santa Maria fará à Justiça Eleitoral com relação a esse show?

Estamos trilhando um caminho complicado. Vemos partidos com verbas fantásticas, com gastos descomunais. O processo eleitoral está realmente desequilibrado, de forma que pouco podemos fazer para concorrer com as mesmas armas.

Mandarei cópia dessa matéria ao presidente nacional do PT, que esteve em Porto Alegre e andou pelo Rio Grande do Sul. Tenho o maior respeito pelo Sr. Raul Pont, que considero ser um homem de bem, mas não posso aceitar que isso seja feito e nenhuma providência seja tomada. Não posso aceitar que se esteja facilitando com os costumes, e estejam liberando demais fórmulas estranhas na campanha eleitoral. Essa do show pago em Brasília andando pelo Brasil... Sinceramente, não sei como isso será explicado na prestação de contas do município.

Há também essa de um órgão pago pela Assembléia Legislativa, de matéria enviada aos cidadãos pelo correio, pago pela Assembléia Legislativa. Publicar matéria relativa à campanha eleitoral, pesquisa eleitoral e matéria de campanha política... Sinceramente, nunca tinha visto isso ser feito tão escancaradamente como agora. Peço a transcrição nos Anais da Casa. Envio uma cópia ao Presidente do PT. Espero que alguma medida seja tomada.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Gabinete do Deputado Estadual Raul Pont

Apresentação

Companheiros e companheiras:

Apresentamos neste Caderno um importante documento, subscrito por Conselheiros, Delegados e lideranças do Orçamento Participativo de Porto Alegre, em defesa da democracia participativa e lançando o nome do companheiro Raul Pont à sucessão municipal.

Os outros documentos são uma entrevista publicada no Jornal do Comércio e artigos de Raul publicados nos jornais Zero Hora e Correio do Povo. Todos tratam de temas da conjuntura, dos desafios do governo Lula e da sucessão na capital do nosso estado. Esperamos que sua leitura contribua para a formação de uma opinião que nos ajude a construir os caminhos da unidade partidária.

Boa leitura.

... A QUINTA-FEIRA A QUE SE REFERE

Pagamento de pensionistas do IPE só depende dos deputados

A viabilização dos recursos necessários para pagamento das pensionistas do IPE que já ganham a questão na Justiça, mas ainda não recebem a integralidade, só depende da aprovação de projeto de lei do deputado Raul Pont, que tramita na Assembléia Legislativa. Esse projeto extingue o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (Feppa), e encaminha os valores nele depositados, cerca de R\$ 60 milhões, para o IPE, com prioridade para pagar pensionistas cuja pensão integral não ultrapasse 50% do teto do Regime Geral da Previdência e com idade superior a 60 anos. A decisão depende apenas dos deputados, pois o projeto de lei não está sujeito à sanção ou ao veto do governador.

Representantes de entidades do funcionalismo público que estão mobilizadas em defesa das pensionistas do IPE – especialmente a Associação Beneficente Antonio Mendes Filho (Abamf), de cabos e soldados da Brigada Militar, e o Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Estado (Sinapers) – reuniram-se com o deputado Raul Pont (PT) para discutir o projeto. O presidente da Abamf, Leonel Lucas Lima, enviou correspondência ao deputado Manoel Maria (PTB), relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, solicitando parecer favorável à iniciativa, “que vai equacionar problemas históricos das pensionistas de nossos servidores militares falecidos”.

A medida proposta por Raul Pont corrige uma injustiça com milhares de pensionistas que ganham pouco mais do que o salário mínimo. Além disso, reduzirá o passivo previdenciário justamente a partir dos casos que mais necessitam. Tramita na Assembléia, outra medida semelhante, de autoria do Deputado Giovani Cherini, que transfere não apenas o dinheiro do Feppa para o IPE, mas também a responsabilidade de pagar os beneficiários.

Com os valores que recebe anualmente – no orça-

mento de 2004, está previsto um repasse R\$ 7,8 milhões – o Feppa não necessita dos cerca de R\$ 60 milhões nele depositados. Conforme dados oficiais do Estado, o Fundo tem um gasto projetado para este ano de R\$ 6,3 milhões, incluindo o pagamento do 13º.

Pelo projeto de Raul Pont, o pagamento dos benefícios dos ex-deputados seria assumido pelo Legislativo, garantindo que não houvesse perdas. Ao mesmo tempo, a transparência desse processo reduziria custos para o Estado, pois seria necessário apenas o repasse do valor exato para cobrir as despesas, sem valores excedentes, como vem ocorrendo. Ao mesmo tempo, tornaria dispensável a estrutura que o Fundo tem na Assembléia, com uma sala e três assessores em cargo de confiança, nomeados pelo presidente do Feppa, Otávio Germano.

A bancada do PT vem, desde 1987, lutando pela extinção da aposentadoria privilegiada dos deputados estaduais. Apesar do Feppa ter sido extinto em 1990, foi mantido “em extinção” para atender aos deputados que já tinham “direitos adquiridos”. De lá para cá, todo ano, o Estado repassa recursos, sem controle da Cage ou do TCE, para um fundo desnecessário e questionável em sua movimentação financeira.

Questões municipais norteiam campanha

A partir da homologação oficial de seu nome para concorrer a prefeito, com a deputada federal Maria do Rosário como vice, Raul Pont vem ampliando seus contatos com diferentes segmentos da sociedade para discussão do programa de governo. Raul afirma que o debate central na campanha será sobre os projetos para o município, mas frisou que o PT não renunciará ao debate sobre as questões nacionais e estaduais. “A população sabe julgar e nós temos todas as condições de comparar os governos Lula e FHC, ou Olívio e Rigotto”, afirmou. “Para cada eventual desgaste que tivermos nesse período, temos um conjunto de obras e realizações a apresentar. Este será o nosso maior trunfo.”

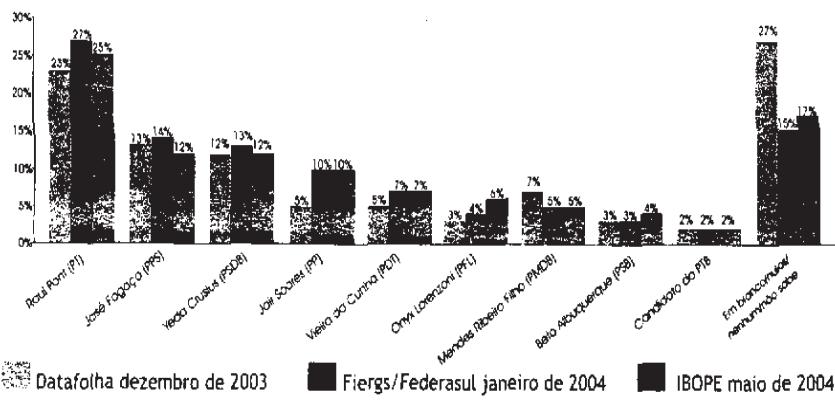
Para a candidata a vice-prefeita, Maria do Rosário, é importante, também, que toda a experiência de democracia participativa acumulada em 16 anos da Administração Popular em Porto Alegre seja levada para a Câmara Municipal. “Temos a tarefa inadiável de abrir a Câmara à participação popular”, ressaltou.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Eleitores preferem a Frente Popular

A mais recente pesquisa do Ibope comprova que, após 16 anos, a população mantém seu apoio ao candidato da Frente Popular para as eleições à Prefeitura de Porto Alegre. Como nos levantamentos anteriores, Raul Pont tem larga vantagem sobre os demais. Na pesquisa estimulada – em que o eleitor faz sua escolha entre uma lista de nomes – Raul tem mais que o dobro das intenções de voto do segundo colocado.

O favoritismo da Frente Popular fica ainda mais evidente na pesquisa espontânea – em que o eleitor diz em quem vai votar sem que lhe seja apresentada uma relação de nomes. Raul tem 7% das opções, enquanto os demais têm apenas 1%.



Raul e Maria do Rosário prontos para campanha

O Encontro Municipal do PT confirmou a chapa Raul Pont e Maria do Rosário para disputar a prefeitura de Porto Alegre. Para a deputada federal, a próxima campanha será uma grande oportunidade para o PT mostrar à população que o projeto iniciado há 16 anos na Capital gaúcha é o melhor exemplo da transformação que o Brasil pode alcançar. "Aqui a esperança se transformou em qualidade de vida", afirmou.

Raul Pont destacou a grande unidade partidária como resultado do processo de escolha da chapa majoritária. Disse que isso potencializa as chances de conquista do quinto mandato, mas afastou qualquer entusiasmo com o favoritismo apontado nas pesquisas. "A nossa vitória será fruto de um árduo trabalho coletivo, numa campanha que vai empolgar a cidade e demonstrar o quanto nos orgulhamos das nossas administrações e seus resultados para Porto Alegre."

Dinheiro do Feppa para pensionistas do IPE

O deputado Raul Pont apresentou projeto de lei que extingue definitivamente o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (Feppa), e transfere os valores nele depositados, cerca de R\$ 60 milhões, para o IPE. Esses recursos serão vinculados ao pagamento de pensionistas com direito à integralidade, mas que não estão recebendo. O texto estabelece que, logo após a sua aprovação, serão pagas as diferenças a todas as pensionistas com decisão transitada em julgado.

Também será feito o pagamento dos atrasados para as beneficiárias que ganham menos de 50% do teto do Regime Geral da Previdência (RGP) e têm mais de 60 anos, também com sentença definitiva da Justiça. A partir dai,

será iniciada a implantação, na folha de pagamento, das diferenças da pensão integral, independente de decisão judicial, priorizando pensionistas com mais de 60 anos, com valores mensais até 50% do teto do RGP.

A medida proposta por Raul Pont corrige uma injustiça com milhares de pensionistas que ganham pouco mais do que o salário mínimo. Além disso, reduzirá o passivo previdenciário justamente a partir dos casos que mais necessitam.

A bancada do PT vem, desde 1987, lutando pela extinção da aposentadoria privilegiada aos parlamentares estaduais. Apesar do Feppa ter sido extinto em 1990, foi mantido "em extinção" para atender aos deputados que já

tinham "direitos adquiridos". De lá para cá, todo ano, o Estado repassa milhões, sem controle da Cage ou do TCE, para um fundo desnecessário e questionável em sua movimentação financeira. No orçamento de 2004, está previsto um repasse de mais de R\$ 7 milhões. Pelo projeto, os atuais beneficiários do Feppa terão seus direitos pagos, mensalmente, pela Assembleia Legislativa.

P.Alegre, 13 de setembro de 2004.

Senhor Procurador-Regional:

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência documentos relativos aos candidatos RAUL PONT e MARIA DO ROSÁRIO, respectivamente postulantes aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito pela Frente Popular, produzidos e custeados pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Tais peças publicitárias já foram examinadas pelo Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, que as considerou propaganda extemporânea, aplicando a sanção prevista em lei.

Tendo em vista que a legislação eleitoral não esgota na multa a pena aplicável ao caso, estamos apresentando o material anexo à consideração de Vossa Excelência, para que determine as providências que entender cabíveis.

Ao ensejo, renovamos protestos de estima e consideração.

Senador PEDRO SIMON
Presidente PMDB-RS

Deputado Luiz Fernando Zachia
Presidente PMDB-PORTO ALEGRE

Exmo.Sr.
Dr. JOÃO HELIOFAR DE JESUS VILLAR
DD.Procurador Regional Eleitoral
PORTO ALEGRE

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a e lhe informo que V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tinha consultado a Mesa sobre a urgência... V. Ex^a tem a palavra, por cinco minutos, como Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, acabamos de ter uma reunião muito proveitosa sobre as Parcerias Público-Privadas com os ministros Guido Mantega e Aldo Rebelo, figuras de diálogo, avessas à idéia da truculência. Esse é portanto, um ponto positivo no atual período de esforço concentrado.

Pela manhã, discutimos a Lei de Informática. Como Parlamentar do Amazonas, e o mesmo se aplica aos Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Peres, não temos a menor possibilidade – podem votar por cima das nossas palavras, dos nossos gestos de resistência – de votar algo que signifique a liquidação em médio prazo do pólo de televisores do distrito industrial de Manaus.

Vou dizer, Sr. Presidente, de maneira bem sucinta, o que é razão de entrave na relação Congresso e Governo, e começo pelo PSDB da Câmara dos Deputados. O Deputado Alberto Goldman diz – e S. Ex^a está coberto de razão – que não se discute mais pauta de votações na Câmara dos Deputados, ou seja, há um rolo compressor que procura humilhar e diminuir a Minoria na Câmara dos Deputados. Os pareceres têm sido publicados com menos de 24 horas de antecedência, sem dar tempo aos Deputados da Oposição de estudarem os eventuais “jabutis” porventura inseridos – como aquele da dívida mobiliária de São Paulo – nas medidas que saem da lavra palaciana.

O Governo obstrui sistematicamente o funcionamento das comissões permanentes, sobretudo quando alguém tenta convocar, para prestar esclarecimentos, quaisquer Ministros ou autoridades ligadas ao Governo. No Senado temos um contencioso com o Governo. Operação Vampiro: o Ministro Humberto Costa disse que vinha, mas não veio depor perante o Senado da República; os Srs. Henrique Meirelles e Cássio Cunha, respectivamente Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, não compareceram ao Senado para depor sobre problemas éticos ocorridos em ambas as instituições.

Há requerimentos de Senadores da Oposição cuja tramitação está simplesmente em banho-maria no Senado Federal. Eles nem sequer chegaram ao destino pretendido, os Ministros, e o destino pretendido deve redundar na explicação clara ao povo.

Outro dia, quando tentava desvendar o mistério do cartão corporativo utilizado por funcionários da Previdência, o Senador José Jorge foi vítima de uma armadilha: vira de costas e a votação se dá. S. Ex^a já havia até me desmobilizado. Eu havia perguntado: “Preciso ficar?” S. Ex^a disse: “Não precisa, porque não vai haver a votação”. Entretanto, fizeram a votação, o que é uma esperteza, a meu ver condenável e que termina dando em prejuízo moral, ético e de credibilidade para este Governo.

Hoje, dissemos aos Ministros Guido Mantega e Aldo Rebelo que já não podemos aceitar essa atitude – que não é dos dois – arrogante do Governo de tentar impor à Oposição o ônus do que seria a paralisação do Congresso Nacional. Aliás, para início de conversa, pergunto onde está a tal maioria da base aliada do Governo, que fica dependendo tanto dos votos da Oposição para concretizar qualquer coisa nesta Casa.

Aqui, deploramos o episódio fartamente denunciado pelo Senador Cristovam Buarque – S. Ex^a diz que foi uma mentira do Governo, mas eu estou sendo mais comedido, dizendo que o Governo foi inverídico e leviano – sobre o tal choque social proposto em troca do voto do Senador Cristovam Buarque ao salário mínimo miserável de R\$260,00. Não saiu o choque social e o Senador disse que o Governo mentiu para ele.

Eu falava em “jabuti” e tivemos aqui a aprovação da lei sobre a dívida mobiliária, beneficiando a Prefeitura de São Paulo, na calada da noite mesmo. O assunto estava nas entrelinhas. Foi um golpe aos moldes da ditadura, jamais a conversa aberta entre Governo e Oposição, como se espera em uma democracia madura e consolidada como a brasileira.

Temos problemas na Comissão de Orçamento, que funciona sem Regimento; temos, finalmente, as razões de o Congresso estar empacado. Vamos ver se agora a culpa é da Oposição, vamos ver se a culpa é ou não do Governo e se é ou não, portanto, do Presidente Lula da Silva.

O **Diário Oficial** de hoje publica a MP nº 214, dispondo sobre o biodiesel. Aí está mais uma MP. O Diário de ontem publicou a MP do ProUni, aquela da Universidade para Todos. Na sexta-feira, foi editada a MP nº 212 para atender à categoria funcional da Polícia Federal. No mérito, temos tudo a favor, remuneração condigna para a Polícia Federal, mas o que estamos vendo é o Governo a paralisar o Congresso.

Temos hoje duas matérias impedindo o funcionamento desta Casa: a Medida Provisória nº 191, que também parece conter o mérito. Estamos estudando a matéria, por isso ela não pode e não será votada hoje. Essa matéria dispõe sobre importações de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica e suas

respectivas isenções ou reduções de impostos. E temos o Projeto de Lei da Informática, que, a depender da Bancada do Amazonas, da Bancada da Amazônia Ocidental, a depender de quem, na verdade, entende que se devem dar incentivos para que regiões estratégicas se desenvolvam e vençam o subdesenvolvimento, só pode ser votado se houver um acordo favorável ao Brasil, mas não esmagando essas regiões já tão tradicionalmente esmagadas.

Vamos para a Câmara dos Deputados: Medidas Provisórias nºs 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204. Nessa relação, Senador Gilberto Mestrinho, há medidas provisórias importantes e não urgentes. Há medidas talvez urgentes e não tão relevantes. O projeto de lei poderia servir para um caso, e a medida provisória para outro. Existe também matéria fútil, que deveria simplesmente ser posta de lado. O Governo está agindo de maneira precipitada e leviana ao editar tanta medida provisória sob um regime tão duro como é o atual rito de tramitação das MPs no Congresso Nacional. O regime é duro e funciona contra o Governo ao fim e ao cabo.

Falei sobre 13 medidas provisórias que estão trancando a pauta da Câmara hoje. Há duas matérias trancando a pauta do Senado hoje. Cada matéria que for votada na Câmara virá para o Senado, onde se pede a leitura da matéria que passa a trancar imediatamente a pauta desta Casa. Depois, o Governo diz que a Oposição não permite que o Congresso funcione. É hora de darmos um cobro nessa leviandade, se o Governo pretende dialogar conosco de maneira respeitosa, sem ele próprio perder o respeito a que se deve dar.

E mais ainda. Não paramos por aqui. Além dessas MPs, existem mais dez, Senador Jefferson Péres, que trancarão a pauta da Câmara até o dia 29 de outubro, ou seja, para falarmos de um tema tão relevante para a democracia brasileira, antes do segundo turno das eleições municipais teremos a pauta da Câmara dos Deputados trancada por mais dez medidas provisórias. Todas as dez medidas futuras e as dez atuais virão para a pauta do Senado, mais cedo ou mais tarde, e trancarão também nossa pauta. Ou seja, se há alguém responsável pela paralisação do Congresso; se há alguém responsável e culpado pelo fracasso de seguidos esforços concentrados, esse alguém é o Presidente da República, esse alguém se incorpora nos seus Ministros, esse alguém se incorpora no Governo, que abusa de medidas provisórias e não leva em conta que o rito atual não permitiria tanta prodigalidade.

No mais, reafirmo aqui, em meu próprio nome, em nome do Senador Jefferson Péres e do Senador Gilberto Mestrinho, que esperamos um acordo decente para o Amazonas em relação à Lei de Informática,

senão – o Governo não se iluda – obstruiremos as votações até não termos mais forças; obstruiremos as votações até sermos vencidos pelo cansaço – deles – e pela, quem sabe, maioria que possam articular. Mas enquanto não houver uma solução que respeite 25 mil empregos diretos no meu Estado, enquanto não houver uma solução que respeite o direito que o meu Estado tem de se desenvolver industrial e tecnologicamente, podem contar com a mais obstinada, a mais empedernida obstrução de nossa parte, porque temos o compromisso primeiro que, é claro, com o nosso País, mas encaramos o nosso Brasil como sendo capaz de abrir o seu coração, a sua inteligência e a sua sensibilidade para, talvez, aquela que é a sua mais estratégica região: a Amazônia. E na Amazônia, aquele Estado que tem sido, pelo seu tamanho, pela sua potencialidade, a perspectiva de coração econômico do Brasil do futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de consultá-lo se há acordo para entrarmos na Ordem do Dia para votação.

Só um minuto, Senador Maguito Vilela, e já atendo V. Ex^a.

Senador José Agripino, pergunto se há acordo ou não para entrarmos na Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, não há acordo.

Houve uma reunião onde estiveram presentes os Líderes do Governo, do PSDB, do PMDB, do PFL, em que pactuamos o seguinte: existe uma praxe, que todos concordam deve ser respeitada, de que as medidas provisórias que aqui cheguem e sejam lidas precisarão passar por interstício de três sessões deliberativas em busca de consenso, para, a partir daí, passar à votação. Lida hoje, depois de duas sessões, a votação seria na quinta-feira.

Tive a oportunidade de dizer que, em função da MP que está lida e que trata de concessão de financiamento para importação de equipamentos visando o desenvolvimento científico e tecnológico – tema aparentemente singelo e pacífico –, o meu Partido havia votado uma medida provisória aparentemente tranquilíssima, que antecipava recursos da Cide para Estados e Municípios em regime de calamidade pública, mas que teve um artigo enxertado que permitia que Municípios modificassem a data de pagamento de suas dívidas consolidadas. Ou seja, um artigo na MP possibilitou o que, inúmeras vezes, eu tentei como Governador, que

foi modificar os termos da dívida ou do pagamento da dívida consolidada, e nunca consegui.

E, em um lance só, de uma só vez, a Prefeitura de São Paulo conseguiu trinta dias de prazo para aumento na rolagem de sua dívida.

Em função disso tudo, disse aos Líderes que o meu Partido não teria condições de concordar com a dispensa do interstício. Foi-me feito um apelo para, em função de estarmos no esforço concentrado de poucos dias, abreviarmos o prazo de apreciação ou de busca de consenso das MPs e buscarmos a votação na sessão de amanhã. Respondi que consultaria a minha Bancada com vistas a facilitar o destravamento da pauta, porque outras matérias sobre as quais não sei se existe ou não consenso só poderiam ser votadas após o destrancamento da pauta, inclusive concessão de créditos especiais para pagamento de salários ao pessoal das Forças Armadas, fato com o qual o meu Partido está inteiramente de acordo.

Por essa razão, declaro que o meu Partido não está de acordo, não há consenso para a votação da matéria na sessão de hoje, mas tomei o compromisso de fazer uma consulta, sem prévio compromisso de entendimento, a minha Bancada e, se houver acordo, concordaremos em que se vote a matéria amanhã, quando teremos tempo de fazer uma apreciação na MP em estudo, para ver se contém alguma imperfeição ou não, a exemplo da MP da Cide, que aparentemente não continha nenhuma imperfeição e que, ao final, ficou constatado que continha.

Teremos vinte e quatro horas para apreciar a matéria e verificá-la. A praxe seria quebrada se a minha Bancada estivesse de acordo. Evidentemente que a praxe pode ser quebrada se a maioria assim o desejar, mas seria contra o voto do PFL, que vai, no entanto, em um gesto de busca de entendimento e de boa vontade, após a consulta que farei a minha Bancada, buscar os caminhos para votarmos a matéria na sessão de amanhã.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Gostaria de ouvir a manifestação do Senador Jefferson Péres pelo PDT.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, gostaria de falar antes do Senador Jefferson Péres, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.
Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

participamos da reunião de Líderes na negociação do Projeto de Parceria Público-Privada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador Maguito Vilela, apenas um minuto. V. Ex^a falará em seguida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Pediria ponderação ao Senador Maguito Vilela para que pudesse tratar desse assunto específico.

Existe um acordo no Senado Federal que considero absolutamente correto e procedente: realizar duas sessões deliberativas para votar medidas provisórias. Por quê? Porque, atualmente, o rito de tramitação prejudica muito o Senado Federal. A medida provisória chega e tranca a pauta da Casa no dia, diferentemente da Câmara dos Deputados, que pode dispor de 45 dias.

Por isso mesmo, firmamos um acordo para modificar esse rito de tramitação, que tem prejudicado, e muito, os trabalhos do Senado Federal.

Mas existe uma especificidade nesta sessão. Houve um acordo com o Presidente José Sarney e os Líderes a respeito do esforço concentrado. A medida provisória foi lida no dia 31 de agosto, portanto, há 14 dias. E não houve sessões deliberativas nesse período por acordo. Por essa razão, peço ao Líder José Agripino e à Bancada do PFL que considerem esse fato. Não houve sessões deliberativas e foi firmado um acordo nesse sentido. Do contrário, poderíamos ter obtido um quorum mínimo pelo menos para contar prazo. E apelo também que seja levado em consideração que a medida provisória trata da importação de equipamentos para pesquisas importantes à ciência e ao desenvolvimento da tecnologia no Brasil.

Realizamos, hoje, uma reunião bastante produtiva com os Senadores Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho e Arthur Virgílio, para discutir a Lei de Informática. Já realizamos várias reuniões, mas hoje avançamos bastante. O Senador Rodolpho Tourinho formatou um texto que, pelo menos na negociação preliminar, contempla as duas partes e poderia ser a conclusão do acordo. Estamos ainda fazendo algumas consultas finais para podermos votar a Lei de Informática. Porque a Lei de Informática foi produto de um acordo que fizemos na reforma do Judiciário: prorrogar a Zona Franca e pelo mesmo prazo prorrogar a Lei de Informática, como ela está hoje – é isso que consta da Constituição, art. 98 das Disposições Transitórias. Ela tem que ser aprovada como está. Mas existem questões novas, como a convergência tecnológica, sobre o que vamos fazer um projeto à parte, com urgência dos Líderes, para aprovar simultaneamente, atualizando os aspectos que precisam ser atualizados.

Ressalto, ainda, que é muito importante – e peço especial atenção dos Senadores do PFL – que votemos amanhã, para liberar a quinta-feira, porque há uma grande expectativa dos Senadores que estão compromissados com as suas campanhas nos Estados de poderem realmente participar desse momento político, que é muito importante na vida do Parlamentar. A sociedade às vezes não comprehende, mas é a essência da nossa vida também a disputa eleitoral, as urnas e a democracia. Temos compromissos a partir da quinta-feira e muitos Senadores nos solicitaram que encerrássemos a votação amanhã.

Temos ainda na pauta o projeto do crédito vinculado à folha de pagamento para aposentados e pensionistas. São 22 milhões de aposentados e pensionistas e muitos estão entregando seus carnês para agiotas porque pegaram financiamento com juros extorsivos, ou estão no cheque especial pagando 7,5% de juros, quando poderiam pagar 2% por essa modalidade que foi extensiva aos trabalhadores da ativa. Esse também é um projeto que foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, e seguramente será aprovado por unanimidade no Senado Federal.

E, finalmente, fizemos também uma negociação bastante avançada sobre o projeto de biossegurança, coordenado pelo Senador Osmar Dias, que emitiu um parecer inicial, pelo Senador Ney Suassuna, e do qual participaram ativamente a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Tião Viana, o Senador Tasso Jereissati, especialmente no capítulo dos embriões, numa audiência pública, bem como o Senador Flávio Arns, que está bastante empenhado nesta matéria, juntamente com o Senador Jonas Pinheiros. E chegamos a um projeto de acordo para o Senado, que não prejudica os Senadores que querem manter o texto da Câmara como base. Teríamos dois textos a serem apresentados e votados.

É muito importante que o Senado o faça, porque o plantio da soja está aí. Estamos há mais de oito meses com esse projeto no Senado Federal. Temos que concluir o nosso trabalho no tempo do processo legislativo, mas há uma urgência, sobretudo na questão do plantio da soja este ano.

Então, essas seriam as matérias que poderíamos votar, evidentemente dependendo do acordo da Lei de Informática. Aguardaremos o pronunciamento do PFL, que, tenho certeza, será sensível aos argumentos e às ponderações que os Líderes apresentaram.

Concluo, dizendo que também fizemos um acordo de procedimento para o projeto de Parceria Público-Privada. Seriam duas semanas com sessões deliberativas. Na primeira semana, teríamos as audiências públicas e as negociações. E na segunda semana de

sessões deliberativas, votaríamos nas comissões para estar pronto em plenário. Portanto, a disposição dos Líderes é trabalhar para cumprir esse cronograma.

Dessa forma, penso que um dos aspectos mais importantes que o Senado tem sob sua responsabilidade imediata estaria viabilizado, incluindo aí também alguns créditos. O Espírito Santo está aguardando a decisão do crédito. Por isso precisamos votar a medida provisória e desobstruir a pauta.

Finalmente, a questão do aumento dos militares. Desde a semana do nosso último esforço concentrado, o Senador Arthur Virgílio teve um papel importante nisso – todos os Senadores trabalharam para que votássemos o reajuste dos militares. É um reajuste de 10%, para um milhão de pessoas. Se não votarmos essa matéria agora, vamos prejudicá-las por um mês, porque a votação ficará para outubro. Há também o pessoal do Poder Judiciário. Duas categorias expressivas, portanto, aguardam decisão do Congresso Nacional.

Assim, faço aqui um apelo, em particular aos Deputados. Da última vez, o Deputado Celso Russomanno impediu a votação do reajuste dos militares, mas há outras resistências, de vários partidos, na Câmara dos Deputados.

Que deixemos de lado outras questões que são importantes, que serão equacionadas e que merecem evidentemente tratamento e dedicação do Congresso, mas que aprovemos, neste esforço concentrado – pois estão havendo poucas sessões deliberativas –, o reajuste dos militares, do Poder Judiciário e alguns créditos dos Estados, que são muito importantes para o desenvolvimento do País e não podem ser prejudicados pelas nossas circunstâncias políticas, quaisquer que sejam.

Por tudo isso espero que amanhã, de fato, possamos votar essas matérias. O que justificaria o nosso esforço concentrado, mostrando que sabemos combinar a tarefa de homens com compromisso eleitoral, no processo democrático, com a função de legisladores, que é a essência do mandato, e que é possível compatibilizá-las no período em que todos estão envolvidos com as eleições.

Agradeço aos Líderes por esse esforço, com a certeza de que a Bancada do PFL será sensível a essa proposta de acordo. Espero que S. Ex^{as}s contribuam para que avancemos nessa direção.

Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Peço licença a V. Ex^{as} para dizer que eu gostaria de terminar a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Não, quero falar antes da Ordem do Dia, Sr. Presidente! Eu já pedi várias vezes!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Mas estamos discutindo se há acordo ou não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Tenho um compromisso e já está claro que não haverá votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a minha sugestão é a seguinte: o Senador Maguito Vilela falaria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Não está claro. Claro estará quando S. Ex^{as} responderem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem exatamente para dar um arremate nesse assunto aventado pelos Senadores José Agripino...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Em seguida, V. Ex^a usará da palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, Sr. Presidente. Tenho uma proposta diferente. É sobre o assunto aventado pelos Senadores José Agripino e Aloizio Mercadante.

Levando em conta que o Senador Maguito Vilela viajará, eu aguardaria. S. Ex^a faria o pronunciamento por cinco minutos e, em seguida, V. Ex^a me daria a palavra pela ordem para que eu falasse pelo PSDB sobre a proposta feita pelos Líderes Aloizio Mercadante e José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Retorno o assunto aos Srs. Líderes e, em seguida, a palavra será concedida ao Senador Maguito Vilela.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a me havia cedido a palavra antes de concedê-la ao Senador Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– S. Ex^a disse que tem de viajar e indaga se V. Ex^a poderia considerar essa tolerância.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Eu lhe cedo a palavra, Sr. Presidente, mas que fique registrado que eu a estou cedendo ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)
– Agradeço aos Líderes Jefferson Péres e Arthur Virgílio e aos demais Líderes. Já que não vai haver vo-

tação – e eu vim para votar –, como tenho de atender a outros compromissos, pedi a compreensão dos Srs. Líderes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para denunciar a violência descabida que está ocorrendo em Goiás, o Estado que represento.

Eu já vim a esta tribuna várias vezes com o mesmo propósito. Primeiro, a casa de um Senador foi metralhada, e até hoje nenhuma providência foi tomada pelo Ministro da Justiça nem pelo Secretário de Segurança Pública nem por outras autoridades.

Daí a pouco, matam o filho do Presidente do TRE, em Goiânia, durante o dia. Vim a esta tribuna pedir providências ao Ministro da Justiça, à Polícia Federal, ao Secretário de Segurança Pública e a outras autoridades. Até hoje, praticamente nada foi feito.

Ontem à noite, mais um vereador do PMDB foi assassinado em Goiás, na cidade de Maurilândia – ele deve estar sendo enterrado agora.

Assomo a esta tribuna novamente para apelar ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que se sensibilize com os problemas que estão ocorrendo no meu Estado, Goiás. São vidas e mais vidas que estão sendo ceifadas violentamente. Há pouco, inclusive, uma vida foi ceifada por uma discussão política.

Se as autoridades não tomarem providências, não sei o que vai ocorrer em Goiás, porque, repito, todos os dias há crimes violentos na capital e no interior do Estado.

Ora, há algum tempo, metralharam a casa de um Senador, e ninguém ficou sabendo de nada; depois, mataram o filho do Presidente do TRE. Ontem à noite, assassinaram um vereador do PMDB. Como vamos proporcionar tranquilidade a Goiânia, a Goiás, aos goianos e aos goianienses?

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez faço um apelo diretamente ao Ministro da Justiça: tome providências para resolver a situação em Goiás, em Goiânia, senão as coisas vão se complicar mais, principalmente nesta época de muito calor político, de discussões, de comícios, de carreatas, de passeatas, de caminhadas.

Quero dizer aqui que o assassinado foi Aldorando Mata da Silva, um vereador de uma cidade importante de Goiás, Maurilândia. Ele foi assassinado no início da noite de ontem, quando finalizava um dia exaustivo de campanha, na cidade de Maurilândia. Ele foi alvejado com quatro tiros.

Trabalhou durante anos e anos na área social, levando várias campanhas de vacinação para a zona rural do Município. Trabalhava sem vaidade; homem humilde, focava apenas os resultados.

Ao longo da sua vida, demonstrou também o seu lado humano e solidário com aquela cidade e aquele

povo. Aldorando sonhava em continuar a sua carreira política.

Ele deixa um exemplo de luta. Sua crença estava no trabalho como uma arma transformadora do mundo, como elemento essencial na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais solidária.

Por isso, Sr. Presidente, quero que o Senado aprove os nossos sinceros sentimentos de pesar pela morte desse extraordinário homem público. Encaminho à sua esposa, Dona Marilza Leme, e à filha Daiane a nossa solidariedade por esse momento de profunda tristeza, extensivo a todos os familiares, ao Prefeito de Maurilândia, José Carlos – um dos melhores prefeitos deste País, homem honrado, trabalhador, que fez uma grande administração e que está lá, agora, acabando de sepultar o seu companheiro.

Em nome do povo de Maurilândia, de Goiás, em nome do goianiense, faço mais este apelo diretamente ao Ministro da Justiça para que tome providências para estancar essa violência assustadora que toma conta de Goiânia e que toma conta de Goiás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Maguito Vilela, V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Estamos solidários com a denuncia de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, visto que o Senador Jefferson Péres abriu mão da sua manifestação. Em seguida, eu a concederei ao Senador Sérgio Guerra, como Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, reportando-me ao episódio anterior, vejo que tem razão o Líder Aloizio Mercadante, quando argúi que foi proveitosa sim a reunião com o Ministro Guido Mantega e com o Ministro Aldo Rebelo. Foi proveitosa sim a conversa que com os dois mantivemos.

Portanto, agora sim, temos um formato, temos um modelo pelo qual pautaremos as negociações entre Governo e Oposição nesse episódio. Antes, não; antes beirava-se a leviandade quando se dizia que a Oposição boicotava as PPPs, elas que nunca estiveram em ponto de bala, que jamais estiveram em ponto de votação.

Sobre o apelo que fez o Senador Aloizio Mercadante especificamente ao Senador José Agripino, e compreendendo as razões do Senador José Agripino, compreendendo que, de fato, S. Ex^a tem que mergulhar na sua Bancada, ouvi-la e, a partir daí, sair com uma decisão que a una, e não que a desuna – e o Senador José Agripino faz isso com enorme maestria, com enorme competência, com enorme capacidade política

–, tenho a dizer duas coisas: a primeira é que o PSDB não se furtará jamais à lealdade ao PFL nesta Casa. Não o fez em momentos muitos difíceis e não fará agora, quando o momento não é tão difícil assim. A opção não é tão dura de ser tomada. Estaremos juntos.

Por outro lado, vamos analisar também para dentro do PSDB as conveniências e as possibilidades de fazermos o que pede o Líder, ou seja, a votação da medida provisória da tecnologia agora. Vamos ver se isso é possível.

Ainda assim, há a pendência da informática logo a seguir. A pendência da informática mexe com o meu Estado, que V. Ex^a conhece tão bem, com o emprego no Amazonas e com a perspectiva de haver ou não, no extremo norte do País, um pólo de alto desenvolvimento tecnológico. Isso é fundamental. Fora disso, o que resta a quem represente com legitimidade aquele Estado do Amazonas é obstruir mesmo, é procurar embargar o processo de votação.

Negociaremos com o PFL, veremos qual é a sua decisão e estaremos com esse Partido, porém participando com o Líder José Agripino do processo de tomada de decisão, levando em conta que algo de muito legítimo foi colocado pelo Líder Aloizio Mercadante. S. Ex^a consagrou de vez essa praxe de se realizarem três sessões: duas sem unanimidade, em que não se vota, e uma terceira em que se vota se o Governo tiver maioria. O fato de S. Ex^a, apesar da pressa, da urgência e das pressões que recebe, reconhecer isso e depositar nas mãos da Oposição o direito de opinar sobre se há ou não votação da medida provisória é importante, porque revela a perspectiva de o Senador Aloizio Mercadante se portar de maneira humilde, inteligente e agregadora e, ao mesmo tempo, consolida essa praxe, que é essencial para o funcionamento desta Casa e que não pode ser quebrada ao alvitre de uma agonia do Governo.

Acabei de usar a tribuna e não vou repetir, pois é despicando fazê-lo, os argumentos ainda há pouco expedidos, mas o Governo, se tivesse vontade de votar para valer aqui, não editaria tantas medidas provisórias, não apresentaria tantas matérias que, a cada momento, estrangulam a pauta da Câmara e do Senado Federal e que, ao cabo, impedem o funcionamento pleno do Senado, tendo culpa, portanto, o Governo e praticamente não a tendo a Oposição, que pouco tem usado do artifício legítimo e democrático da obstrução, porque o Governo o faz por ela. A Oposição se sente desempregada em potencial. Quando pensa que vai obstruir, o Governo lhe tira até esse prazer, obstruindo por ela, com tantas medidas provisórias e matérias que travancam o funcionamento normal desta Casa.

Foi muito bom o Senador Aloizio Mercadante ter reconhecido e consolidado a praxe e nós todos, em conjunto, termos fugido da idéia golpista de que, quando interessasse, seguiríamos a praxe e de que, quando não interessasse, tentaríamos atropelar. No Senado, já se mostrou à farta que há uma correlação de forças que não permite o atropelamento, não permite nada que não seja o convívio democrático, a busca incessante do entendimento e, sem dúvida alguma, o resultado, que tem sido, muitas vezes, o melhor para o Brasil, da união dos esforços de Governo, com as suas idéias, e da Oposição, com a sua força para interagir. Isso tem dado bons projetos e uma qualidade de produção legislativa que julgo excepcional nesta quadra da História brasileira.

Portanto, vamos entrar nas conversas da melhor maneira, para vermos o que se pode fazer na sessão de amanhã e o que não se pode fazer. De qualquer maneira, estamos prontos para ajudar a realizar uma boa sessão do Congresso, que haverá de consolidar o reajuste para os servidores militares e serventuários da Justiça e que, enfim, marcará um ponto a favor desse esforço concentrado, que já não está perdido e nem frustrado, até porque o Governo desceu do Olimpo e veio negociar conosco as PPPs, a questão da biossegurança e da informática.

Ainda não há luz no fim desses três túneis, mas há a perspectiva da negociação, e só se votará quando se tiver a certeza de que os três diplomas sairão bons para o Brasil e para o equilíbrio federativo do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, muito obrigado. Esse era o esclarecimento que a Liderança do PSDB queria prestar à Casa, aberta para o diálogo como sempre esteve e, ao mesmo tempo, solidária em relação aos seus companheiros no caso, refiro-me ao Partido da Frente Liberal, especificamente ao notável Líder, Senador José Agripino, como jamais poderíamos deixar de estar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, pela Liderança da Minoria.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, efetivamente, matérias que estão no Senado Federal são de grande relevância e de importância bastante expressiva para o País.

O grande equívoco dos últimos tempos tem sido o de responsabilizar o Congresso Nacional, o Senado Federal, de modo especial, e a Oposição, de uma maneira ainda mais especial, pela falta de aprovação e de exame dessas matérias. Essas matérias não têm sido examinadas como deveriam ser, na forma e no rigor

do Regimento Interno, muitas vezes e quase sempre, por conta da proliferação, nem sempre consistente, de medidas provisórias. Isso tem sido dito e reafirmado aqui reiteradas vezes.

No caso específico das PPPs, que já têm amplo espaço na discussão pública do País, é evidente que isso não se deu de maneira organizada no Senado Federal. Na Comissão de Assuntos Econômicos, já estão convocadas autoridades que o Congresso Nacional precisa ouvir e a que é indispensável que o Senado Federal preste atenção. Essas convocações não se confirmaram, nem foram efetivadas.

É impossível tratar de uma matéria como essa na Comissão de Assuntos Econômicos sem um exame real e seguro. A Oposição não teve e não terá nenhum interesse em postergar a votação do projeto. Ao contrário, a Oposição tem a fazer, em relação a ele, críticas, comentários e discussões, mas o que deseja é que isso seja objeto de um exame tranquilo, sem que alguém esteja olhando para o relógio, sob pressões que não fazem sentido, mas no interesse de produzir uma lei que dê consequência positiva para o País. Devemos cumprir as regras como elas são desenhadas e previstas.

Num primeiro momento, como sugeriu o Senador Aloizio Mercadante, aprovando proposta do Líder José Agripino, devemos fazer uma discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, ouvindo todos aqueles que foram convocados e que precisam dar a sua palavra nessa matéria. Todos julgamos imprescindível isso. Em segundo lugar, num outro momento, já numa outra semana, deveremos fazer a discussão da matéria nas Comissões até a sua possível votação.

Rigorosamente, a fixação desse calendário demonstra a capacidade de lucidez do Senado e do Governo, em especial, que toma, agora, a iniciativa de conduzir esse processo na forma sugerida e prevista pelo Senado Federal, como deve ser, para uma matéria dessa importância.

No mais, quero deixar claro que o esforço concentrado terá resultados na medida em que normas forem respeitadas. De uma maneira especial, que o Executivo deixe de perturbar, como faz, com medidas provisórias nem sempre consistentes, o funcionamento do Senado Federal!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N^o 1.231, DE 2004

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimen-

to do Senhor Aldorando Malta da Silva, apresentando condolências à família.

Justificação

Foi assassinado no início da noite de ontem, o candidato a vereador, pelo meu partido, o PMDB, o Senhor Aldorando Malta da Silva.

Aldorando deixa o nosso convívio de forma trágica: foi assassinado no início da noite de ontem, quando finalizava um dia exaustivo de campanha, na cidade de Maurilândia, Estado de Goiás. Ele foi alvejado com quatro tiros.

Trabalhou durante anos na área social, levando várias campanhas de vacinação para a zona rural do município. Trabalhava sem vaidade, focando apenas os resultados. Ao longo de sua vida, demonstrou também seu lado humano e solidário.

Aldorando sonhava em seguir a carreira política. Deixa um exemplo de luta. Sua crença estava no trabalho como arma transformadora do mundo, como elemento essencial na construção de uma sociedade mais justa.

Apresento hoje um requerimento para que o Senado Federal possa expressar, em meu nome e de todos os demais senadores, os nossos sinceros sentimentos de pesar pela morte desse homem extraordinário. À esposa Marilza Lembi e à filha Daiane, a nossa solidariedade por esse momento de profunda tristeza, extensiva a todos os familiares.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.

– Senador **Maguito Vilela**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.232, DE 2004

Nos termos do artigo 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores da hora do expediente da sessão do dia 22 de setembro próximo, seja destinado a homenagear a memória de Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela passagem do 102º aniversário de sua data natalícia.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.

– **Paulo Octávio – Cristovam Buarque – Gerson Camata – Papaléo Paes – Mão Santa – Marcelo Crivela.**

REQUERIMENTO Nº 1.233, DE 2004

Requerem, nos termos do artigo 160, combinado com o artigo 199, do Regimento Interno do Senado Federal, que a hora do expediente da sessão do dia 26 de outubro próximo seja dedicada a comemoração

do centenário da imigração judaica no Estado do Rio Grande do Sul.

Justificação

Na Rússia czarista a perseguição e a política anti-semita era sistêmica. Durante todo século XIX acumulou-se na Rússia uma enorme massa de legislação discriminatória contra os judeus. O anti-semitismo russo assumiu inúmeras formas, desde a organização de **pogrons** (palavra russa que significa “tempestade” ou “destruição”) até a falsificação e a publicação dos famigerados “Protocolos dos Sábios de Sião”.

Em abril de 1903, em Kishiniev, ocorre o primeiro **pogrom** do século XX, turmas enfurecidas assassinaram brutalmente 45 judeus e feriram outros 700, destruindo centenas de casas e lojas. No período entre 1903 e 1907, em todas as cidades russas eram distribuídos panfletos e os jornais incitavam a violência, com o beneplácito do governo, nesse período ocorreram 691 **pogrons** que deixaram milhares de vítimas.

A Jewish Colonization Association – ICA, desde os primórdios do século XX, aprovou a instalação de uma colônia judaica no Rio Grande do Sul, em face da necessidade de colocação de judeus vitimados pelas perseguições. Adquiriram terras no Município de Santa Maria, de sorte que em 1904, estabeleceram-se no local as primeiras 38 famílias, 300 pessoas no total, todas vindas da Rússia, em busca de liberdade e paz.

O presente requerimento é uma justa homenagem aos cem anos de história da comunidade judaica no Estado do Rio Grande do Sul, desde a chegada dos primeiros imigrantes até os dias de hoje, uma história de integração e harmonia, de trabalho, determinação e desenvolvimento, mas principalmente uma histórica aceitação do outro, pois judeus, italianos, poloneses e alemães, sempre conviveram pacificamente em nosso Estado, onde existe pluralidade étnica, e respeito ao próximo.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.

– **Fernando Bezerra – Paulo Paim – Sérgio Zambiasi – Ideli Salvatti – Duciomar Costa – Mozarildo Cavalcanti.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os requerimentos lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.234, DE 2004

Considerando que não foram satisfatórias as respostas dadas ao Requerimento nº 180, de 2004, que originou o Ofício nº 613, 4 de maio de 2004, da Primeira Secretaria do Senado Federal ao Ministério da Fazenda, respondido pelo Senhor Ministro da Fa-

zenda por intermédio do Aviso nº 195/MF, de 9 de junho de 2004, requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda novo pedido de informações sobre os itens abaixo discriminados, relativos a liquidações extrajudiciais efetuadas pelo Banco Central do Brasil.

1. No requerimento anterior indaguei:

Quantos servidores aposentados do Banco Central trabalhavam em liquidações extrajudiciais de instituições financeiras em 31 de dezembro dos anos de 1997, 1999 e 2001?

Em sua resposta, o Banco Central informou apenas o número de liquidantes, quando é sabido que cada um deles convida vários colegas para trabalhar nas liquidações, o que corresponde, na prática, a uma segunda aposentadoria. Por isso, volto a indagar, mais esclarecidamente:

Quantos servidores aposentados do Banco Central do Brasil, liquidantes ou não, trabalhavam em liquidações extrajudiciais de instituições financeiras em 31 de dezembro de 1997, 1999 e 2001?

2. Também não tendo sido respondida, de modo satisfatório, a questão relativa à não-liquidação do Banco Pontual, no primeiro semestre de 1998, volto a indagar, especificando melhor a pergunta:

Em maio de 1998, estavam em pauta para liquidação três instituições financeiras: Banco Pontual, BBC e BMD. É fato que, das três instituições, o Banco Pontual era o que mais socorro público de caixa detinha, considerados aí o socorro das instituições oficiais de crédito (interfinanceiros do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal) e o redesconto do Banco Central? É fato, ainda, que apenas o Pontual não foi liquidado naquela época, tendo sofrido apenas uma intervenção, e que esse Banco só foi liquidado cinco meses após? Solicito que se especifique em quanto aumentou a dívida total do Banco Pontual nesses cinco meses para com as instituições públicas (Interfinanceiro do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e redesconto do Banco Central). Solicito também informar qual era essa dívida na data das respectivas liquidações do BBC e do BMD.

À época da liquidação do BBC e do BMD, o Banco Pontual deixava de preencher alguma das condições para sua liquidação? Havia temor de "risco sistemico"?

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.
– Senador **Demóstenes Torres**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.235, DE 2004

Requer Voto de Aplauso à cantora Maria Rita, pela premiação obtida em Los Angeles, vencendo o Grammy Latino, em sua quinta edição, nas categorias Revelação e Melhor Álbum de MPB.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à cantora Maria Rita, pela premiação obtida na quinta edição do Grammy Latino, nas categorias de artista-revelação e melhor álbum de MPB, além do prêmio de melhor canção brasileira, com a interpretação de "A Festa", de Milton Nascimento.

Requeiro, também, que deste Voto de Aplauso, sejam cientificados a homenageada e o cantor e compositor mineiro Milton Nascimento.

Justificação

A homenagem que ora formulou, justifica-se pelo novo êxito da jovem cantora Maria Rita, dessa vez no exterior. Ela foi a vencedora do Grammy Latino, como cantora-revelação e recebeu ainda o prêmio de melhor canção brasileira, interpretando "A Festa", do compositor e também cantor mineiro Milton Nascimento.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.236, DE 2004

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da Professora Lygia Pratini de Moraes, ex-Presidente da Rede Nacional de Combate ao Câncer e mãe do ex-Ministro da Agricultura Pratini de Moraes.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento, ocorrido na semana passada, em Porto Alegre, da Professora Lygia Pratini de Moraes, que dedicou a vida à assistência social, chegando a presidir a Rede Nacional de Combate ao Câncer.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro, justifica-se pela atuação da Professora Lygia Pratini de Moraes, que atuou na Liga Feminina de Combate ao Câncer e presidiu a Rede Nacional de Combate ao Câncer.

Sua atividade foi reconhecida pela Câmara de Vereadores da capital gaúcha, que conferiu à ilustre professora o título de cidadã emérita de Porto Alegre.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.237, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao Jornal do Senado, pelo lançamento da Edição Semanal, destinada principalmente aos leitores dos estados.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à equipe do Jornal do Senado, conduzida pela jornalista Maria da Conceição Lima Alves, pelo lançamento da Edição Semanal, destinada preferentemente a leitores dos estados. O voto é extensivo aos dirigentes e servidores da Secretaria de Comunicação Social do Senado da República, a cuja frente se encontra o jornalista Armando Sobral Rollemburg.

Requeiro, também, que deste Voto de Aplauso, seja cientificado o Diretor da Secretaria de Comunicação e, por seu intermédio, todos os que a integram.

Justificação

A homenagem que ora formulou, justifica-se diante de uma iniciativa vitoriosa e que, como estou informado, foi acolhida com grande interesse no interior brasileiro, público-alvo da publicação. Editado com zelo e com critério exclusivamente jornalístico, esse órgão vem prestando inestimável serviço à democracia brasileira, com a divulgação dos fatos que ocorrem nesta Casa.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney,

Com fundamento no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Voto de Aplauso em homenagem aos nossos atletas olímpicos que representaram o Brasil nas Olimpíadas de Atenas com elevado brio e indiscutível competência.

Justificação

A memorável participação brasileira em Atenas, além de honrar a todos nós, serve como um belo exemplo para a juventude, pois, prova de forma categórica que o brasileiro, apesar dos parcisos recursos destinados para a prática esportiva consegue se desdobrar e lograr resultados positivos, inclusive em modalidades pouco difundidas no País.

Conquanto o Governo, empresas privadas e o Comitê Olímpico Brasileiro – COB, tenham feito um louvável trabalho, faz-se imperioso a maior destinação de verbas para o esporte, uma vez que, além de ser um instrumento de mobilidade social, o esporte, inequivocamente é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento com vistas a reduzir as diferenças entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, contribuindo como um elemento essencial do processo de educação continuada e desenvolvimento social e servindo para que os indivíduos perspectivem melhores condições de vida e consequentemente atinjam posições de estratos sociais superiores aos que ocupam na atualidade.

Ademais, com a proeza dos nossos denodados atletas, temos a certeza que o eficaz incentivo à prática esportiva desde a infância no Brasil, trará não apenas a certeza de resultados ainda melhores nos próximos eventos esportivos internacionais, como também a melhoria da qualidade de vida do brasileiro e a diminuição dos gastos no setor da saúde, visto que, segundo a OMS e a Unesco, o esporte economiza US\$3,20 em saúde por cada US\$1,00 investido em sua prática.

Diante do exposto, tenho a grata satisfação de submeter à alta consideração dos senhores senadores o presente requerimento de aplauso aos atletas olímpicos brasileiros, pelo galhardo desempenho nas Olimpíadas de Atenas, pra ser enviado ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB.

Sala da sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2004

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando os debates que se travam em torno da política oficial relacionada com a importação e a fabricação de pneumáticos novos, bem como com a importação e remoldagem de pneumáticos por processo industrial – política essa que apresenta importantes desdobramentos, tanto no campo econômico como no da preservação do meio ambiente (tendo em vista o reaproveitamento de carcaças usadas, dando-lhes finalidade útil e proporcionando grande economia de petróleo), Requeiro sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

1 – alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a fabricação de pneumáticos novos;

2 – alíquota do IPI incidente sobre a importação de pneumáticos novos;

3 – montante arrecadado, a título de IPI sobre pneumáticos novos importados, no ano de 2003 e no primeiro semestre de 2004;

4 – alíquota do IPI incidente sobre a fabricação de pneumáticos remoldados;

5 – alíquota do IPI incidente sobre a importação de pneumáticos remoldados;

6 – montante arrecadado a título de IPI sobre pneumáticos remoldados importados durante o ano de 2003 e no primeiro semestre de 2004.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.

– Senador **Alvaro Dias**.

REQUERIMENTO Nº 1.240, DE 2004

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito sejam requeridas ao Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações a respeito da empresa BB Turismo, controlada pelo Banco do Brasil, relativas aos anos de 2003 e 2004:

1. relatórios da administração e demonstrações financeiras exigidas pela legislação societária em vigor, acompanhados das respectivas notas explicativas e pareceres de auditoria independente, e do conselho fiscal;

2. quantidade de bilhetes aéreos emitidos e seus valores;

3. cópia do contrato entre a empresa e a Infraero;

4. gastos com a locação de espaço em aeroportos.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.

– Senador **Mário Calixto**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.241, DE 2004

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno requeiro que seja consignado voto de aplauso em homenagem ao Dr. Celso Luiz Empinotti, professor titular da cadeira de cirurgia da Universidade Federal

de Santa Catarina, único médico brasileiro convidado a participar do 7º Congresso Nacional de la Sociedad Española de Cirugía de la Obesidad (SECO), que acontecerá em Valladolid – Espanha, de 20 a 22 de outubro próximo.

Sala de Sessões, 14 de setembro de 2004. – Senador **Leonel Pavan**.

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido voto de aplauso ao Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Delegado José Milton Rodrigues e ao Delegado Regional Executivo, Dr. Roberto Jaureguiber Prel Jr., pelo sucesso das operações da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro no combate à criminalidade, em especial ao crime organizado.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.

– Senador **Sérgio Cabral**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.243, DE 2004

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Exmº Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as seguintes informações:

I – Quanto à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001:

a) total dos recursos distribuídos pela União, no ano de 2004, discriminado trimestralmente, a cada um dos estados, ao Distrito Federal e a cada um dos municípios do Estado do Paraná;

b) total dos recursos destinados, nos anos de 2002 a 2004, discriminado mensalmente, ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes;

c) quais os programas ambientais e quais os projetos infra-estrutura de transportes contemplados com recursos da CIDE, nos anos de 2002 a 2004, dis-

criminosos anualmente, com os respectivos valores destinados dos programas e projetos.

II – Quanto à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), instituída pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996:

– total dos recursos destinados, nos anos de 2002 a 2004, discriminado mensalmente, ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde; ao custeio da previdência social; e ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.

– Senador **Osmar Dias**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 1.244, DE 2004

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações:

a) total arrecadado, nos anos de 2002 a 2004, discriminado mensalmente, com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

b) total arrecadado, nos anos de 2002 a 2004, discriminado mensalmente, com a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), instituída pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.

– Senador **Osmar Dias**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.245, DE 2004

Requeiro, nos termos do **caput** do art. 222 do Regimento Interno, voto de aplauso à Associação Nacional dos Jornais (ANJ) pelos 25 anos de sua fundação, comemorados na data de hoje com a posse da nova diretoria.

Assumirá a presidência o empresário Nelson Sirotski, presidente do grupo RBS, que criou a rede

de comunicação em Santa Catarina em 1979, como diretor da TV – Catarinense de Florianópolis.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2004.

– Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Osmar Dias, como não há acordo, eu queria, primeiramente, encerrar a Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia, visto que não houve acordo.

É a seguinte a Ordem do Dia, cuja apreciação é sobreposta e transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos:

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 43, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 191, de 2004)

(Encontra-se sobreposto a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 43, de 2004, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e acrescenta a alínea "f" ao inciso I do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, que dispõem sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica e isenção ou redução de impostos de importação, proveniente da Medida Provisória nº 191, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 32, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, combinado com o art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Encontra-se sobreposto a pauta, nos termos do § 2º do art. 64 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2004 (nº 3.015/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências.

Pareceres, dependendo de leitura, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hélio Costa, favorável ao Projeto e à Emenda nº 6, apresentando, ainda, as Emendas nºs 7 e 8-CE; e contrário às Emendas nºs 1 a 5; e da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e das Emendas nºs 1 a 6, e no mérito, favorável ao Projeto, apresentando, ainda, as Emendas nºs 9 a 12-CCJ.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

– 3 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81, 92, de 1999; 5, 20, de 2000; e 15, de 2001)
(Votação Nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que *introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário*.

Pareceres sob:

– nºs 538 e 1.035, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral

1º pronunciamento: (sobre as Propostas): favorável, com as Emendas nºs 1 a 105-CCJ, que apresenta; encaminhando os Requerimentos de destaque nºs 340 a 356, de 2002; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001, que tramitam em conjunto;

2º pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, apresentadas durante a discussão em primeiro turno): favorável às Emendas nºs 106, 109, 111, 114, 117, 125, 133, 138, 139, 143, 146, 147, 149, 152, 159, 163, 166, 167, 194, 204, 211, 218 e 222, de Plenário; favorável, nos termos de subemendas, às Emendas nºs 54-CCJ, 177, 181, 197, 217 e 232, de Plenário; pela prejudicialidade das Emendas nºs 110, 124, 182 a 185, 189, 192, 193, 198 a 200, 202, 203, 205, 207 a 210, 212, 213, 215, 223, 228 a 231, 233, 235 a 237; e pela rejeição das Emendas nºs 107, 108, 112,

113, 115, 116, 118 a 123, 126 a 132, 134 a 137, 140 a 142, 144, 145, 148, 150, 151, 153 a 158, 160 a 162, 164, 165, 168 a 176, 178 a 180, 186 a 188, 190, 191, 195, 196, 201, 206, 214, 216, 219 a 221, 224 a 227, 234, 238 e 239, de Plenário; e

– nº 451, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em reexame), Relator: Senador José Jorge, 3º pronunciamento: favorável à Proposta na forma da Emenda nº 240-CCJ, concluindo por texto que vai à promulgação, por texto que retorna à Câmara dos Deputados, e pela apresentação, por desmembramento, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 26 e 27, de 2004; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001, que tramitam em conjunto.

4 a 18

(Votação Nominal)

Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81, 92, de 1999; 5, 20, de 2000; e 15, de 2001, tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (ITEM Nº 03)

– 19 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 64, DE 1999**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal*. (Comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.274, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Waldeck Ornelas, favorável com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 20 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000 e 24, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.*

Parecer sob nº 103, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável à matéria e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto.

– 21 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 77, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000, e 24, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

– 22 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 22, de 2000, e 24, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal.* (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

– 23 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 24, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 22 e 28, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *acrescenta o inciso XII ao art. 167 da Constituição Federal.*

(Bloqueio ou contingenciamento de dotações do orçamento da seguridade social).

– 24 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 25 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 1, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.*

Parecer sob nº 549, de 2004, do relator Senador Aloizio Mercadante, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta.

– 26 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 81, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que *acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.*

Parecer favorável, sob nº 270, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 27 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal*. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

– 28 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102,
DE 2002-COMPLEMENTAR
(Votação Nominal)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002 – Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais*.

Parecer sob nº 561, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, reclassificando a matéria como projeto de lei complementar.

– 29 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS*.

Parecer sob nº 492, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

– 30 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2004 (nº 5.246/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre a inclusão da questão da violência contra a mulher como parte dos Temas Transversais integrantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais*.

Parecer sob nº 1.348, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senadora Fátima Cleide, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

– 31 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2004 (nº 6.777/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.352, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Arthur Virgílio, com voto contrário do Senador Antônio Carlos Magalhães.

– 32 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2004 (nº 2.596/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias federais BR-101 e BR-104, onde os extremos são os Municípios de São José da Lage (AL) e Novo Lino (AL), passando pelas cidades de Ibateguara e Colônia Leopoldina, ambas localizadas no Estado de Alagoas*.

Parecer sob nº 1.289, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Teotônio Vilela Filho, favorável, nos termos das Emendas de redação nºs 1 e 2-Cl, que oferece.

– 33 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2004 (nº 3.821/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que *dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.349, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 34 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2004 (nº 3.804/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *altera o art. 8º da Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002* (altera o percentual da GAJ)

Parecer favorável, sob nº 1.350, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 35 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2004 (nº 3.294/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal*.

Parecer favorável, sob nº 1.351, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 36 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2004 (nº 3.885/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *reorganiza o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército, dispõe sobre a promoção de soldados estabilizados do Exército à graduação de cabo e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.353, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jefferson Péres.

– 37 –

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2002

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.227, de 2004, Relator: Senador Romeu Tuma), do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2002 (nº 5.172/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre o abandono justificado do lar por um dos cônjuges*.

– 38 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 416, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 23, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2003 (nº 2.503/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à TV TOP Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina*.

Parecer favorável, sob nº 1.402, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Leonel Pavan.

– 39 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 888, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2004 (nº 1.356/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização de Véículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 1.354, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolfo Tourinho.

– 40 –

REQUERIMENTO Nº 516, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 516, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos regimentais, congratulações ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pela vitória brasileira na OMC, referente aos subsídios norte-americanos ao algodão.

Parecer favorável, sob nº 1.011, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon, propondo que a manifestação seja extensiva ao Ministério das Relações Exteriores como um todo, ao ex-Ministro Celso Lafer, ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– 41 –**REQUERIMENTO Nº 526, DE 2004**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 526, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos.

Parecer favorável, sob nº 1.012, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

– 42 –**REQUERIMENTO Nº 527, DE 2004**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 527, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos.

Parecer favorável, sob nº 1.013, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

– 43 –**REQUERIMENTO Nº 531, DE 2004**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 531, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que seja enviado às autoridades israelenses no Brasil um apelo no sentido de resguardar a vida, a liberdade e os direitos humanos do físico nuclear Mordechai Vanunu.

Parecer favorável, sob nº 1.014, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

– 44 –**REQUERIMENTO Nº 642, DE 2004**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 642, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de louvor ao Sr. Peter

Kaestner, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América do Norte, que ora retorna ao seu País, pelos relevantes serviços prestados à comunidade brasileira.

Parecer favorável, sob nº 1.357, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Tião Viana.

– 45 –**REQUERIMENTO Nº 732, DE 2004**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 732, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja enviado à Senhora Presidente Megawati Sukarno-Putri um apelo no sentido de permitir que o cidadão brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, preso na Indonésia, possa vir cumprir sua pena no Brasil, de acordo com as leis brasileiras.

Parecer favorável, sob nº 1.358, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tião Viana.

– 46 –**REQUERIMENTO Nº 1.090, DE 2004**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.090, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do presidente da Áustria, Thomas Klestil, bem como a apresentação de condolências ao governo austríaco.

Parecer favorável, sob nº 1.359, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

– 47 –**REQUERIMENTO Nº 1.122, DE 2004**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.122, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante, manifestando júbilo pela decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que considerou ilegal a interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ).

Parecer sob nº 1.360, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Na-

cional, Relatadora: Senadora Roseana Sarney, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece.

– 48 –

REQUERIMENTO Nº 925, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 925, de 2004, do Senador Duciomar Costa, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2004, de sua autoria.

– 49 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2004 (nº 4.018/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *concede pensão especial a Maria José Pereira Barbosa Lima*.

Parecer favorável, sob nº 563, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, peço a atenção de todos, porque abordarei um assunto importante, que faz parte da discussão que se trava neste momento. Preciso manifestar claramente uma posição.

Sr. Presidente, apresentei, na Comissão de Educação, um substitutivo ao projeto de biossegurança, que foi aprovado pela Comissão. No meu entendimento, o projeto oriundo da Câmara significava um entrave para o desenvolvimento nacional, para a pesquisa. Fizemos um trabalho de seis meses, ouvindo todas as entidades científicas, técnicas e políticas, e realizamos audiências públicas. Posteriormente, foi designado para relatar, nas três Comissões onde o projeto se encontra – de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos –, o Senador Ney Suassuna. S. Ex^a me procurou e disse: “Fique tranquilo. O meu projeto substitutivo vai ser baseado no seu projeto, vai ter como referência o seu projeto”. E fiquei tranquilo.

Cheguei ao Senado ontem, convocado para uma reunião na Liderança do Governo, e nela fiquei sabendo que algumas alterações, segundo o Senador Ney Suassuna muito leves, tinham sido feitas no meu projeto. Pedi uma cópia do projeto para que eu pudes-

se estudá-lo. Após análise, Sr. Presidente, cheguei à conclusão de que o projeto que está sendo apresentado pelo Senador Ney Suassuna vai significar um retrocesso – o Senador Ney Suassuna está aqui e digo isso na presença de S. Ex^a – tão grande quanto o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Renildo Calheiros. É impossível que eu acredite que as alterações que o Senador Ney Suassuna propõe sejam tão leves assim, porque elas vão provocar... Está difícil falar, pois há um debate aqui atrás, e eu não consigo falar com barulho. Eu nem mesmo vou a comício em campanha por causa disso. Gosto de falar em silêncio, com as pessoas prestando atenção, pois o assunto é importante, e o debate atrapalha quando paralelo.

Sr. Presidente, quero dizer que o projeto de lei apresentado pelo Senador Ney Suassuna, preservando todo o respeito que tenho por S. Ex^a e a compreensão de sua intenção em encontrar um consenso, sinto muito, mas é um projeto que não contará com o meu apoio em hipótese alguma, porque significa retroagir em relação à competência da CTNBio, em relação àqueles transgênicos ou OGMs que significuem alguma mudança genética para conferir à planta resistência a um herbicida. Esses transgênicos serão tratados como se fossem agrotóxicos e remetidos à lei de agrotóxicos. Quem, finalmente, dará autorização será o Ibama e a Agência Nacional de Saúde. E tudo ficará como estava no projeto do Deputado Renildo Calheiros.

Então, aqueles que têm a compreensão de que as alterações propostas pelo Senador Ney Suassuna são insignificantes e quiserem apoiar o seu projeto, fiquem à vontade. Faço essa afirmação porque conheço o assunto e o estudei profundamente.

Se aprovado o projeto do Senador Ney Suassuna, estaremos praticamente impedindo que Embrapa, Codetec e PAR (Programa de Arrendamento Residencial), todos os órgãos de pesquisa deste País possam realizar pesquisas com resultados práticos.

É verdade, sim, Senador Mercadante. V. Ex^a está dizendo que não é verdade. V. Ex^a sabe que não é. Se não é verdade, é mentira. E estou falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campainha.) – Não gostaria de debate paralelo, por favor!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O que estou dizendo é o que está escrito no projeto do Senador Ney Suassuna. Agora, aqueles que tiverem a interpretação de que estou equivocado podem defender as suas teses aqui. Mas o que estou dizendo é com base no que li e compreendi do projeto que está sendo apresentado pelo Senador Ney Suassuna.

Por isso, como autor do substitutivo aprovado na Comissão de Educação, digo que não apoiarei o projeto do Senador Ney Suassuna. E aqueles que querem que haja transparência neste debate, que haja a possibilidade de regulamentarmos este assunto e permitirmos a pesquisa e darmos competência à CTNbio devem ficar com o meu substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador, essa matéria não está em pauta. Então, peço que continuemos com os Líderes inscritos para não ferirmos a ordem em que se encontra, porque esse tema não está em debate.

O Senador Osmar Dias falou pela ordem, Senador Ney Suassuna, e sei que V. Ex^a tem o direito de responder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pelo Regimento, art. 14, fui citado e gostaria de ter a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está perfeito. Mas peço a V. Ex^a que seja breve, para podermos continuar pela ordem dos Líderes inscritos.

Concederei a palavra aos Senadores Aloizio Mercadante e Ney Suassuna, por terem sido citados, para explicação pessoal, por cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.)

– Quero apenas ponderar ao Senador Osmar Dias que, ontem, fizemos uma reunião com a presença do Senador Ney Suassuna e, hoje, pela manhã, marcamos uma negociação a que o Senador não pôde estar presente, tendo em vista a realização de audiência pública na Comissão de Educação, o que entendo ser um motivo de força maior.

Conversei com alguns Deputados, que estão colocando argumentos que estariam no texto do Senador Ney Suassuna e que já foram superados na negociação. Então, estou dizendo, Senador Osmar Dias, que, se fizermos uma afirmação peremptória, sem termos esgotado a negociação que iniciamos, podemos estar incorrendo num grave erro, uma vez que há vários aspectos que foram mencionados por mim, agora, ali na conversa, que já estão superados na negociação que fizemos.

Então, solicito ao Senador Osmar Dias que marquemos uma nova conversa sobre esse projeto, juntamente com o Senador Ney Suassuna, a fim de nos remetermos ao texto e às mudanças que foram promovidas na negociação que tivemos, antes de encaminharmos o processo em discussão em Plenário. Evidentemente, virá ao Plenário com toda a transparência, porque existe um projeto, um acordo na Câmara, um

parecer da Comissão de Educação e um parecer que sequer foi ainda apresentado nas três Comissões.

Por isso, solicito ao Senador Osmar Dias que nos reunamos para concluir o processo de negociação, que não foi definitivo exatamente pela ausência de S. Ex^a, o parecer dele, que foi a base de toda a discussão que fizemos, e alguns aprimoramentos, em cuja discussão, tenho certeza, estará de acordo.

Então, peço essa consideração ao Senador Osmar e que nos reunamos, se possível imediatamente após esta sessão, para darmos prosseguimento às negociações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Senador Ney Suassuna, para uma explicação pessoal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Como

fui citado, preciso usar da palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que não me fiz presente à reunião porque estava com o Ministro Gilberto Gil na Comissão de Educação, e não o poderia deixar sozinho na Comissão. A reunião deveria ter sido marcada em outro horário, então, se quisessem a minha presença.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – O Senador Osmar Dias é meu amigo e convive comigo há mais de dez anos, em dois mandatos. S. Ex^a conhece minha humildade. Não sou dono da verdade, mas posso convicções. Eu poderia, na condição de Relator nas três Comissões, direcionar as posições. Mas deve haver consenso em relação ao projeto, pois precisamos aprová-lo rapidamente. Além disso, Senador, a segunda afirmação de V. Ex^a não é verdadeira. Não estamos permitindo que qualquer vegetal transformado que tenha efeito de agrotóxico seja vedado. Inicialmente pensamos em fazê-lo no caso do milho e da batata BT. Em seguida, decidimos a excepciona-lização para o mamão, mas nos convencemos, com o diálogo que sempre deve existir, que não deveríamos fazer qualquer vedação. E retiramos totalmente, na última versão. Se V. Ex^a consultar a última versão, verá que isso inexiste. Lamentavelmente, V. Ex^a não participou da última reunião, até porque estava com o Ministro Gilberto Gil...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas de quando é a última versão?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em segundo lugar, não retiramos o primeiro item, como V. Ex^a mencionou. O Conselho da TecnoBio continua com toda força. O que não pode haver é o interesse do Governo – porque foi uma posição de Governo – em não dar força a um conselho de Ministros. Pois um conselho de Ministros tem que ter força, até porque é quem formula

a política de Estado. Portanto, estou à disposição para demonstrar que V. Ex^a está equivocado e para discutir. De maneira alguma chegarei aqui e falarei mal do projeto de V. Ex^a, já que o utilizei como base. Estarei sempre à disposição para o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ney Suassuna, peço desculpas por alertá-lo, mas V. Ex^a tem que se dirigir à Mesa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a tem razão, em virtude do Regimento Interno. Como tenho a educação de falar sempre olhando para as pessoas, não quis fazê-lo, mas peço desculpas. Concluo dizendo que estou à disposição para o diálogo e que esse projeto tem que ser um projeto de consenso.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas não pode mais. Já falaram os dois, já foi dada a palavra pelo Regimento. Creio que a proposta...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não, V. Ex^a está equivocado, Sr. Presidente. Posso, sim. Assim como o Senador Aloizio Mercadante pôde, também posso. A não ser que haja uma diferença no Regimento em relação ao Líder e a mim. A não ser que haja alguém que seja mais Senador do que eu aqui. Sou Senador igual a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, V. Ex^a vai me desculpar, mas se ficarmos nesse debate de um pedir a palavra pela ordem e o outro por ter sido citado... Já propuseram uma reunião. Mas V. Ex^a tem a palavra, jamais lhe faltaria com a educação...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Ah, bom. Agora V. Ex^a vai atender ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Jamais eu faltaria com a educação com V. Ex^a, porque V. Ex^a sabe o respeito, a admiração e a amizade que tenho pela sua pessoa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, respeito V. Ex^a, mas às vezes faltou com a educação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas não faltou com a educação com V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, é que o Senador Ney Suassuna disse que faltou com a verdade.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu disse apenas que V. Ex^a estava equivocado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não, V. Ex^a disse que faltou com a verdade e quero dizer a V. Ex^a que tenho por hábito não faltar com a verdade e, por isso, li muito bem o que está escrito no projeto de V. Ex^a. Agora V. Ex^a falou de uma outra versão. Aí, não posso mais afirmar nada, porque não sei mais sobre qual versão do projeto estamos falando.

O que estou querendo dizer com isso é que esse projeto teve uma versão ontem, outra hoje de manhã, e outra hoje à tarde. Já não sei mais qual versão tenho que estudar.

Isso é a prova concreta de que não dá para votar o projeto que está sendo apresentado por V. Ex^a, porque, em um dia, esse projeto já foi alterado três vezes. É esse o projeto de biossegurança que vamos aprovar no Congresso Nacional, que vai regulamentar uma matéria tão grave, que vai ter influência na vida de tantas pessoas? Será que vamos agir com esse grau de “responsabilidade” para aprovar uma matéria tão importante?

Sr. Presidente, sinceramente, não me encontro em condição de votar o projeto do Senador Ney Suassuna, pela simples razão de que nem mesmo S. Ex^a conhece bem o que estamos votando: o projeto está sendo alterado de novo, e ainda não li a última versão.

Então, perdoe-me, Senador Ney Suassuna. Se faltou com a verdade, foi porque não tive tempo de ler a última versão, que deve ter, mais ou menos, quinze minutos de vida.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, ainda não apresentei nenhum projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas trazer uma preocupação para V. Ex^a na condução dessa matéria. É evidente que ela interessa ao Brasil, ao Parlamento e à comunidade científica. O Senador Tasso Jereissati teve um empenho muito grande para que ela fosse tratada na Comissão de Educação e para que se constituísse um acordo político.

O Senador Osmar Dias, Relator, empenhou-se para que construíssemos um entendimento, especialmente no que diz respeito a embriões. A Líder do Bloco, Senadora Ideli Salvatti, foi clara, ao dizer que concordava com o acordo feito quanto ao uso de embriões, e que discordava quando se falava em organismos geneticamente modificados, os transgênicos. Agora, surge uma nova proposta, alheia ao que foi exaustivamente debatido na Comissão de Educação.

Sinceramente, tenho muita dificuldade em considerar que estamos caminhando para uma solução da Lei de Biossegurança. Vi uma espécie de juramento, um compromisso moral de quase todos os Senadores na Comissão de Assuntos Sociais, na audiência

pública, a fim de que se desse prioridade ao tema. E, agora, parece que estamos voltando a anular tudo que foi, com muita dificuldade, construído na Comissão de Educação.

Essa é a preocupação que queria expor a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, em permuta com o Senador Efraim Moraes.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – A palavra está com a Senadora Ideli Salvatti, mas escuto V. Ex^a com o maior prazer, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, acabei de ouvir o Senador Tião Viana ressentindo-se do acordo feito pelo novo Relator. O Senador Ney Suassuna deixou sob a nossa responsabilidade a tarefa de fazer prevalecer o acordo que foi discutido na Comissão de Assuntos Sociais. Inclusive, eu e o Senador Tasso Jereissati apresentamos uma emenda, que foi retirada, para que prevalecessem os argumentos do Senador Tião Viana, que é, de certa forma, o nosso interlocutor junto a alguns segmentos importantes e que serão muito fortes na decisão que tomaremos.

Portanto, quero deixar o Senador Tião Viana tranquilo, porque, de forma nenhuma, endossaremos qualquer atitude no relatório que não seja aquela acordada na Comissão de Assuntos Sociais pelo Senador Tasso Jereissati e por mim, por meio dos debates que tivemos naquela ocasião.

Agradeço a oportunidade e presto este esclarecimento ao Senador Tião Viana em deferência à sua preocupação e, principalmente, a seu compromisso com um projeto dessa envergadura, que S. Ex^a vem estudando ao longo de sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet para um esclarecimento. Peço à Senadora Ideli Salvatti que tenha paciência.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A Senadora Lúcia Vânia preside a Comissão de Assuntos Sociais; o Senador Edison Lobão, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e eu, modestamente, a Comissão de As-

suntos Econômicos. Penso que as Lideranças devem fazer um entendimento, mas não podem esquecer-se de combinar com quem é de direito.

Portanto, ratifico as palavras da Senadora Lúcia Vânia. Muitas vezes se combina, mas não com quem se deve fazê-lo. A Senadora Lúcia Vânia fala por nós.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Agradeço a V. Ex^as, Sr. Presidente e Senadora Ideli Salvatti.

Comungo com os Senadores Osmar Dias e Tião Viana as idéias. Penso que um assunto dessa envergadura, dessa complexidade não pode ser resolvido a toque de caixa. Ainda que se fale muito bem da audiência pública que houve, ela não é suficientemente boa e esclarecedora para que tomemos uma decisão.

Amanhã haverá outra audiência pública. Espero que a questão das células-tronco, que é bastante complexa e envolve todo o País, bem como entidades religiosas que adotam diferentes posições, seja bem discutida, para que não cometamos atrocidades.

Assim, em nome do meu Partido, afirmo que comungo com os Senadores Osmar Dias e Tião Viana as preocupações. Tenhamos cautela para discutir esse assunto. Não é possível discuti-lo a toque de caixa, sob o risco de cometermos uma bobagem e depois não termos como voltar atrás.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senadora Ideli Salvatti...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Continuo aguardando pacientemente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem dado mostra disso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a devida vênia da Senadora Ideli Salvatti, gostaria de destacar que o Projeto de Lei da Biossegurança trata de dois assuntos fundamentais em termos de Brasil: primeiro, os transgênicos, organismos geneticamente modificados; segundo, não a clonagem, mas a utilização de células-tronco embrionárias.

O debate começou, porque o projeto de lei trata, indevidamente, de dois assuntos completamente diferentes. Em todas as audiências públicas, as pessoas lamentaram que dois assuntos de tal magnitude e importância para o futuro do País estivessem sendo abordados no mesmo projeto de lei, o que é ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Senador, por gentileza, conclua o raciocínio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A Lei Complementar nº 195, que, na verdade, regulamenta o artigo da Constituição sobre a tramitação legislativa, mostra que dois assuntos não podem ser abordados no mesmo projeto de lei. E são dois temas completamente diferentes.

O debate que se estabeleceu no plenário demonstra, claramente, a necessidade de não se votar o projeto amanhã. O alerta que faço à Mesa é no sentido de que é preciso que os assuntos tramitem separada e calmamente pelas Comissões, em dois projetos de lei, a fim de que se chegue a um bom resultado, ou seja, à conclusão que fundamentará as ações de que o País necessita.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Antes de abordar os dois assuntos que me trazem à tribuna, gostaria de tratar, rapidamente, do Projeto de Lei da Biossegurança, que há meses tramita no Senado.

No meu ponto de vista, já superamos a capacidade de debate e aprimoramento do tema. Esse projeto, inclusive, propiciou uma das audiências públicas com maior repercussão este ano, que foi promovida pela Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senadora Lúcia Vânia, exatamente sobre a questão da células-tronco.

Peço, encarecidamente, a compreensão dos Presidentes das três Comissões pelas quais o projeto ainda passará. Houve um acordo para que o Senador Ney Suassuna fosse o Relator comum nas três comissões. Que S. Ex^a possa agilizar os trabalhos, a fim de que, conforme requerimento aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, seja marcada para amanhã uma reunião conjunta das três Comissões, o fórum adequado para a apresentação do parecer e para o debate e apreciação da matéria.

Faço um apelo à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Ramez Tebet, que me ouve atentamente, e ao Senador Edison Lobão, para que marquem para amanhã de manhã essa reunião, na qual todos os interessados poderão aprofundar a discussão e aprimorar o Projeto de Lei da Biossegurança. Dessa forma, à tarde, poderemos votá-lo, depois de terminarmos a votação da medida provisória e do projeto da informática.

O que me traz à tribuna são dois assuntos que gostaria muito de comentar. O primeiro trata de uma notícia extremamente importante para a agricultura

familiar do nosso País: o anúncio do seguro agrícola na semana passada; o outro refere-se a questões relacionadas à habitação para a população de baixa renda no nosso País.

Com relação à agricultura familiar, ao seguro que foi anunciado na última sexta-feira, registro que ele atenderá 850 mil produtores no seu primeiro ano de operação. Os agricultores que aderirem a esse novo seguro nesta safra terão uma cobertura extremamente importante.

Esse novo seguro agrícola prevê contribuição obrigatória de 2% para as culturas que terão a cobertura, e é fruto de uma ampla discussão realizada entre vários segmentos da sociedade em todo o País. É importante ressaltar que se trata de uma antiga reivindicação desse segmento da produção agrícola no nosso País.

A agricultura familiar é um setor que vem sendo prestigiado pelo Governo Lula. Honra-me dizer que a primeira matéria que relatei no plenário do Senado foi exatamente a renegociação da dívida dos pequenos agricultores familiares em nosso País.

Tivemos, já no primeiro Plano Safra do atual Governo, praticamente o dobro do crédito oferecido aos agricultores familiares. No último Plano Safra do Governo anterior foram R\$2,4 bilhões; no primeiro Plano Safra do Governo Lula, conseguimos colocar na mão dos agricultores familiares R\$4,5 bilhões. Para este Plano Safra que está se iniciando agora são R\$7 bilhões disponibilizados por meio do Pronaf em todo o Brasil.

É muito importante ressaltarmos algumas informações de como funcionará esse seguro.

O Seguro da Agricultura Familiar tem políticas específicas e é exclusivo para o custeio agrícola. A adesão é obrigatória para as chamadas culturas zoneadas (algodão, arroz, feijão, milho, soja, trigo, sorgo, maçã, banana, caju, mandioca, mamona e uva). Isso significa uma cobertura de 95% de todo o crédito de custeio que costuma ser concedido ao amparo do Pronaf. Pela primeira vez passam a ter cobertura as culturas consorciadas, ou combinadas, como, por exemplo, feijão e milho, milho e soja. As culturas não zoneadas (batata, tomate, cebola, girassol, mamão e laranja) que, embora não se enquadrem nesse novo seguro, terão a opção de aderir ao modelo anterior, conhecido como Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro.

Há um detalhe técnico extremamente importante, Senadora Serys: o Seguro da Agricultura Familiar garante 100% do valor financiado e 65% (limitados a R\$1,8 mil) da receita líquida estimada do empreendimento, que é a receita bruta menos o total de crédito concedido

pelo Pronaf. Se a perda for igual ou inferior a 30% da receita bruta estimada, não haverá cobertura.

Como a safra 2004/2005 está em andamento, nas operações contratadas ou renovadas pelo Proagro os agentes financeiros terão até 90 dias, contados a partir de 31 de agosto, para recolher o adicional, o prêmio. O agricultor não precisa voltar ao banco para rever o contrato. A renovação é automática. Se ele não quiser aderir ao seguro, poderá pedir o cancelamento e ter devolvido o valor cobrado.

As causas de perda da safra cobertas pelo Seguro da Agricultura Familiar incluem seca, granizo, geada, tromba d'água, vendaval, chuvas fora de época, além de pragas e doenças que não têm método difundido de controle. O seguro não contempla incêndio de lavoura, enchentes, erosão, falta de práticas adequadas no controle a moléstias e deficiências de adubação.

Portanto, as causas comuns para a perda de safra foram previstas. Como neste ano, que tivemos várias; por exemplo, o Estado de Santa Catarina praticamente teria contemplado todas essas causas: granizo, furação, vendaval, estiagem e problemas de chuvas. Esse realmente era um anseio efetivo da agricultura familiar.

Gostaria de ouvir a Senadora Serys Slhessarenko, que está no aguardo do aparte.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senadora Ideli Salvatti, realmente, seu discurso politicamente correto mostra o que está sendo feito em prol da agricultura familiar. O Programa Safra II, lançado há pouco tempo pelo Presidente Lula, realmente faz uma diferença muito grande. O que os governantes anteriores, em termos de agricultura familiar, fizeram foi uma grande desorganização. Agora, não somente para novos programas como para reorganizar o pequeno produtor rural, é um trabalho gigantesco. As afirmações que V. Exª fez evidenciam que realmente ele está sendo concretizado. Tenho andado muito por pequenos municípios do meu Estado, Mato Grosso, por assentamentos, enfim, no meio do pequeno produtor familiar, e nosso Governo está fazendo a diferença, com as políticas para a agricultura familiar. Não vou ocupar muito o seu tempo, mas eu queria falar de um exemplo não sei se V. Exª ainda vai falar dele do que faz realmente a diferença de um Governo para o outro. Não sei se V. Exª tem observado a questão da eletrificação rural. A diferença do Programa Luz no Campo, programa do passado – espero que nunca mais, e o Programa Luz para Todos, do nosso Governo Lula, da nossa tão competente Ministra Dilma Rousseff, é tamanha, que há um verdadeiro desfile de pessoas que entraram no Programa Luz no Campo que estão desesperadas para ver qual a alternativa para que elas tenham alguma forma de sobrevivência. Elas se

enterraram em contas. O Programa Luz para Todos é completamente diferenciado. Isso é somente para mostrar, por meio de um exemplo, como o pequeno produtor rural, o pequeno assentado no campo, tem um programa completamente diferente de um Governo para outro. Se formos buscar, são inúmeros os exemplos. Hoje todos buscam o Programa Luz para Todos, e aqueles que estão cadastrados no Programa Luz no Campo querem uma saída, ou para entrar no Programa Luz para Todos não sei de que forma – ou para encontrar uma saída a fim de que possam suportar aquele programa que se transformou num encargo e uma carga sobre suas costas; insuportável para o pequeno produtor rural da agricultura familiar. Parabéns pelo seu pronunciamento. É uma política politicamente correta essa que V. Exª coloca em relação ao pequeno produtor da agricultura familiar. Parabéns.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Serys Slhessarenko. E quero reforçar. Essa questão do Pronaf, do aumento dos recursos para a agricultura familiar entre a última safra do Governo anterior e a primeira safra do Governo Lula teve uma modificação significativa de R\$2,4 bilhões para R\$4,5 bilhões, mas talvez a mudança mais importante tenha sido a nacionalização do programa. Antes era um programa absolutamente centrado no Sul e Sudeste, sendo que, no Norte e Nordeste, era muito pouco utilizado; e tivemos uma nacionalização. O Centro-Oeste cresceu muito, mas no Norte houve 660% de crescimento no número de contratos. No Estado do Piauí, que tive oportunidade de visitar recentemente, houve um salto de seis para 90 mil contratos ofertados aos agricultores entre um Plano Safra e outro.

Eu gostaria muito de ouvir o Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, o pronunciamento de V. Exª mostra as responsabilidades sociais e políticas do Governo do Presidente Lula, dos nossos Ministérios vinculados ao setor produtivo rural brasileiro; um Brasil que está dando certo aos olhos de todos. Como a Senadora Serys Slhessarenko, fico muito feliz de ouvir um pronunciamento que homenageia o trabalhador rural, que era historicamente esquecido. Quando S. Exª se refere ao Programa Luz para Todos, são oito milhões de famílias que tinham qualidade de vida comparável a quem vivia no século XIX.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estavam atrasadas dois séculos.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Trata-se de um programa que conta com decisão política e responsabilidade social. A Ministra Dilma Rousseff simplesmente encontra, na própria tarifa de energia elétrica, recursos para que se possa implantar um

programa dessa dimensão humana, econômica e de desenvolvimento como um todo. No Acre, dentro da Amazônia Ocidental, estamos, de fato, rompendo com todos os ambientes de desalento e de desesperança que rodeavam os trabalhadores rurais. Alguns trabalhadores haviam feito uma promessa: apenas fariam a barba no dia em que a luz chegasse. E, hoje, na inauguração da sua área produtiva, esses trabalhadores comemoram, cortando a barba, que já estava muito longa, após tanta expectativa e o não cumprimento do compromisso. Portanto, Senadora Ideli Salvatti, considero seu pronunciamento uma homenagem ao trabalhador brasileiro. A agricultura familiar também conta com uma política de crédito extraordinária. Este é um Brasil que nos aumenta a auto-estima e a confiança. Cumprimento V. Ex^a e peço 15 segundos para considerar mais um fato positivo. Hoje à noite, votaremos o Projeto de Lei nº 49, que assegura recursos de mais de R\$700 milhões para a reconsideração salarial dos trabalhadores militares. Junto a esses recursos, está a autorização para recursos que venham a assegurar o plano de carreira dos servidores do Incra, da reforma agrária nacional. Essa é uma homenagem a uma categoria tão sofrida e que estava esquecida. Agora, o nosso Governo ousa assumir a responsabilidade social. Parabéns a V. Ex^a! Estamos prontos para votar essas matérias hoje à noite.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Tião Viana.

Por último, faço algumas ponderações a respeito do segundo assunto que me trouxe à tribuna. Falo sobre a habitação para a população de baixa renda. No jornal Valor Econômico publicado ontem, há um artigo extenso do Ministro das Cidades, Olívio Dutra, que coloca a nu toda essa situação, expondo o quadro encontrado e falando sobre as providências adotadas pelo seu Ministério. É importante registrar alguns dados colocados nesse artigo tão bem escrito por nosso Ministro.

S. Ex^a explicita, Senador Tião Viana, que um dos aspectos mais cruéis da habitação, principalmente nas grandes metrópoles, nas grandes concentrações urbanas, é exatamente a escassez de moradias para as famílias de mais baixa renda. Concentra-se nesse grupo de brasileiros 83% do déficit habitacional do País, estimado em 6,6 milhões de moradias, 5,4 milhões em áreas urbanas e 1,2 milhão em áreas rurais.

Não poderia deixar de registrar que, pela primeira vez na história, há um programa de habitação para famílias residentes no campo. Em vários Municípios de Santa Catarina vêm sendo construídas moradias em área rural com esse programa de financiamento que o Ministério das Cidades está desenvolvendo.

O programa habitacional continuado que o Ministério das Cidades implementa vem exatamente para cobrir o vazio, o buraco, o vácuo em que há muitos anos estamos. Desde a extinção do BNH, praticamente não houve programas efetivos de habitação popular.

O Programa de Crédito Solidário, lançado no final do primeiro semestre pelo Governo Lula, pela ação do Ministério das Cidades e de seu Ministro Olívio Dutra, utiliza recursos do Fundo de Desenvolvimento Social. Esse Fundo foi criado em 1995, mas fugia à sua destinação legal e, em vez de aplicar os recursos no financiamento de habitação, o fazia em aplicações financeiras, fugindo totalmente do objetivo da lei que o criou.

Em 31 de dezembro do ano passado, esse fundo continha R\$542,8 milhões. A aplicação desse Fundo de Desenvolvimento Social possibilitou a estruturação de um programa, o primeiro desde 1990, de financiamento à demanda habitacional, organizado em cooperativas e em associações em condições inovadoras com juro zero, correção anual das prestações pela TR, prazo de até 240 meses para pagamento, atendimento prioritário às famílias com renda até três salários mínimos e adoção do mecanismo de aval, o que garante o efetivo acesso ao crédito a uma faixa populacional que, até então, estava absolutamente marginalizada de todo e qualquer financiamento habitacional pelos mecanismos existentes para o financiamento imobiliário.

O programa [Crédito Solidário] proporciona a cada família até R\$10 mil (no caso de moradores de regiões metropolitanas, até o dobro dessa quantia) para a construção de novas habitações e conclusão ou reforma de moradias já existentes. Este ano, em sua primeira etapa, o Crédito Solidário deve beneficiar 41 mil famílias.

.....

De 1995 a 2002, em média, apenas 30% dos recursos investidos em habitação popular foram destinados à população de baixa renda. Ignorar tal demanda tem um alto preço: de acordo com o Censo 2000, o Brasil chegou ao final do século XX com 3.905 favelas disseminadas por todo o País. É um problema que se vem agravando ao longo dos anos, como o comprovam as estatísticas.

As taxas de crescimento dos domicílios favelados superam em muito as taxas de crescimento domiciliar: entre 1991 e 2000, os domicílios favelados cresceram 4,18% ao ano, enquanto a taxa de crescimento domiciliar no mesmo período foi de 2,8% ao ano.

Em 1950, das cidades brasileiras, apenas São Paulo e Rio de Janeiro tinham mais de 1 milhão de habitantes. Em quatro décadas, 13 cidades atingiram esse patamar. Hoje, além das regiões metropolitanas de São Paulo, que abrange 39 municípios, e do Rio de Janeiro, que inclui 21 cidades, existem outras 10 grandes metrópoles. Juntas, elas abrigam 33,6% da população brasileira. Nestas regiões, devido à falta de moradias, os assentamentos periféricos têm aumentado consideravelmente a sua área de ocupação.

Portanto, ter programa habitacional para a faixa da população de zero até cinco salários mínimos é fundamental. Do contrário, não há possibilidade alguma de se reverter essa situação.

Nos primeiros 18 meses do atual governo, a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades disponibilizou, via Caixa Econômica Federal e outros agentes financeiros, mais de R\$6,7 bilhões no setor habitacional, atendendo a 475 mil famílias, 59% delas na faixa de rendimentos de até cinco salários mínimos mensais.

Em 2004, espera-se realizar ao todo 543 mil atendimentos, com aplicação de recursos da ordem de R\$8,8 bilhões.

Portanto, é o que gostaria de deixar registrado. Tanto os avanços na agricultura familiar, com a disponibilidade do crédito e o lançamento do Seguro da Agricultura Familiar, como também as ações do Ministério das Cidades para a habitação para a população de baixa renda, políticas públicas fundamentais de inclusão social e de superação de marginalidade das pessoas que se encontram em situação de risco.

Sr. Presidente, peço desculpas pelos segundos que ultrapassaram o meu tempo.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Efraim Morais, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais como Líder da Minoria.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos, Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o tema que me traz hoje à tribuna é semelhante ao que acaba de abordar a Senadora Ideli Salvatti, pois diz respeito aos agricultores e ao Pronaf.

Confesso sinceramente que ou não estou acompanhando, ou no Nordeste não estão chegando todos esses benefícios. Parece-me que todos esses benefícios estão ficando aqui pelo Sul Maravilha.

Sr. Presidente, o assunto que trago – e o considero dos mais relevantes – envolve exatamente o setor que, sem dúvida, na vida produtiva nacional, é de maior importância, que é a agricultura. Quero falar a respeito das dívidas bancárias dos produtores rurais do Nordeste, sobretudo dos pequenos produtores, que vivem do que plantam e que estão sujeitos aos fatores imponderáveis do clima.

É claro que vi muita gente aqui com a voz rouca por ter participado de comícios, gente que vem caminhando pelas cidades, percorrendo seus Estados. É evidente que também estou fazendo o mesmo. Nessas ocasiões, tive a oportunidade de conversar com vários agricultores, pequenos agricultores da minha Paraíba, no meu Nordeste.

Não quero falar apenas a respeito das dificuldades que estão atravessando neste momento, ameaçados de terem suas propriedades confiscadas pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste – propriedades que, diga-se, são sua única fonte de sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Efraim Morais, permita-me interrompê-lo apenas por um minuto para registrar a presença em nossa Casa de Sua Excelência o Governador Wellington Dias, do Estado do Piauí.

Quero dizer ao Governador Wellington Dias que para nós é uma honra recebê-lo em nossa Casa.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quero cumprimentar também o Senador Wellington Dias, ex-companheiro da Câmara dos Deputados, que, com certeza, vai concordar comigo, pois sabe das dificuldades que, no seu Piauí, no Piauí de Mão Santa, no Piauí de Heráclito Fortes, enfrentam os pequenos e médios produtores, agricultores do Nordeste, agricultores que, por conta de suas dívidas, vêm-se ameaçados de ver tomadas as suas propriedades pelo Banco do Nordeste e pelo Banco do Brasil.

Sr. Presidente, quero ir além do mero diagnóstico da situação, que, de resto, já é bem conhecido desta Casa. Quero propor uma iniciativa concreta que evite a quebra de riqueza, posso assim dizer, da nossa Região, o querido Nordeste brasileiro. Venho propor mesmo a anistia das dívidas daqueles produtores junto ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste. E quero dizer a esta Casa, ao Presidente desta Casa, que, para tanto, estou encaminhando à Mesa Diretora projeto de lei nesse sentido.

É evidente, Senador Paulo Paim, Vice-Presidente desta Casa, que estamos apresentando um projeto de

acordo com o que é lógico. Não estamos perdoando todas as dívidas, estamos trabalhando dentro de um limite, dentro de um valor que beneficiará, inclusive, os pequenos e médios produtores.

Faço-o não para gerar privilégios, mas para evitar a insolvência em massa de um setor vital para o abastecimento de inúmeras cidades da Região Nordeste. Faço-o para reparar uma situação injusta, já que as dívidas em pauta decorrem dos efeitos da longa estiagem naquela região, e não de atos de responsabilidade direta desses produtores.

Sr. Presidente, espanta-me que até agora não tenha ocorrido essa iniciativa ao próprio Governo Federal, que, há não muito tempo, sem consultar a Nação, decidiu perdoar dívidas de diversos países africanos e sul-americanos para com o Brasil, em nome de uma generosidade de fachada, que não consegue ocultar o ranço de demagogia diplomática.

Primeiro foi a Bolívia, que recebeu uma anistia de quase US\$50 milhões em sua dívida com o Brasil, sem que desse perdão adviesse qualquer facilidade na negociação de fornecimento do gás que compramos daquele país, pagando em dólar.

Depois foi o Gabão, que devia US\$35 milhões e teve sua dívida inteiramente perdoada. A seguir, veio Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, países africanos que o Presidente visitou recentemente. O último foi Moçambique, cujo Presidente, Joaquim Chissano, esteve aqui em Brasília e, em solenidade no Palácio do Planalto, recebeu o perdão de US\$315 milhões dos US\$331 milhões que seu país devia ao Brasil.

Quanta generosidade com o chapéu alheio! Não se sabe com que delegação o Presidente agiu assim, nem por quê, sobretudo quando se sabe que, dos 20 países da América Latina e do Caribe, que fecharão o ano de 2004 com uma dívida externa bruta de US\$776 bilhões, o Brasil lidera a lista, com US\$222 bilhões, seguido do México, com US\$161 bilhões, e da Argentina, com US\$152 bilhões.

Por que tanta sensibilidade com os pobres de fora e nenhuma com os pobres daqui de dentro? A caridade, ensina o Cristianismo, começa em casa. Em todos os países do mundo, há algum tipo de assistência à agricultura, e isso é perfeitamente compreensível, dada a imponderabilidade daquela atividade. No Brasil, onde a agricultura tem sido uma das fontes de sustentação dos bons números da economia, o tratamento é freqüentemente punitivo.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, são conhecidos os entraves burocráticos para a concessão de créditos e morosos os processos de repactuação de débitos. Esses temas têm sido objeto de numerosos discursos aqui nesta Casa, proferidos por gente do

Governo e da Oposição. E, no entanto, não parecem sensibilizar os chamados canais competentes.

Senador Leonel Pavan, neste ano já vim algumas vezes a esta tribuna, assim como V. Ex^a, para pedir a atenção especial desta Casa para a renegociação das operações de crédito rural envolvendo o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Repito, Sr^{as}s e Srs. Senadores: há trabalhadores ameaçados de perder suas terras por causa de dívidas. Em particular no meu Nordeste, que hoje enfrenta a seca prolongada, o excesso de chuvas no início do ano trouxe problemas que ainda têm reflexo na região.

O projeto que hoje apresento, Senador Garibaldi Alves Filho, autoriza não mais a renegociação, mas a anistia das dívidas. Como disse, é uma questão de justiça para com nossos pequenos agricultores estender-lhes o benefício oferecido a bolivianos, caboverdianos, gaboneses e moçambicanos, porque se assim não for feito, dentro de poucos dias o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste estarão tomando as propriedades dos pequenos e médios agricultores do Nordeste. E o que vai acontecer? O que posso imaginar? Será que os produtores, os agricultores, que não têm condições de pagar as suas dívidas, virão para as cidades, irão ocupar a zona urbana? Ou será que no dia que forem colocados para fora da sua propriedade passarão a ter o mesmo direito que os sem-terra? Ou seja, na hora em que o Governo tomar essas terras, por meio do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, vão invadir a própria propriedade, a propriedade que construíram com sacrifício e que, em função do não pagamento das suas dívidas, estão perdendo?

O que está hoje em questão é o que é produzido pela Secom, o que é produzido pelo Governo. E em determinado momento, quando fala no seguro total, mais uma estima à agricultura familiar, ele diz o seguinte: "A incerteza de não saber se a colheita será favorável resulta em lavouras reduzidas e deixa inseguros os trabalhadores. Sessenta por cento deles não fazem financiamento, sendo que muitos acabam vendendo animais que fornecem o leite para os seus filhos, com a finalidade de pagar dívidas de sementes e adubos usados nas suas propriedades".

O próprio Governo diz, em um ato demagógico para tentar justificar o novo seguro que está fazendo, que esses agricultores estão vendendo as suas vacas que dão leite para os seus filhos. É bom que esses doutores dos gabinetes de ar-condicionado entendam que nós, lá do Nordeste, já sabemos que as vacas se foram, que os bezerros já não existem e que não há mais de onde tirar qualquer recurso para dar em contrapartida, qualquer que seja a quantia. E se não há uma contrapartida, lamentavelmente, o Banco do Brasil e o

Banco do Nordeste não recapitulam as suas dívidas. Lamento que isso venha ocorrendo ao Nordeste.

Ouvirei o Senador Garibaldi Alves Filho para depois concluir. Acredito, Senador Garibaldi Alves Filho, que o Presidente Lula, por ser um homem do Nordeste e por conhecer bem essa situação, será sensível a essa questão, já que perdoou as dívidas da Bolívia, da África e dos Estados Sul-americanos que, somadas, talvez não representem 60% do que devem os pequenos agricultores do Nordeste e do Sul do País, que não têm condições para efetuarem o pagamento.

Espero sensibilidade, espero essa mesma bondade, essa mesma generosidade do Presidente Lula que, sem ouvir a Nação, sem ouvir o Congresso, perdoa as dívidas e beneficia os pobres lá de fora, esquecendo-se dos trabalhadores do Brasil, daqueles que realmente precisam de um empurrãozinho, da mão do Governo para dar continuidade à sobrevivência da sua família; inclusive, como diz o próprio Governo, não vendendo a vaquinha que fornece o leite para os seus filhos.

Ouço V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Efraim Moraes, quero dizer que V. Ex^a, como sempre, traz um relato muito fiel do que está ocorrendo na nossa região. O Rio Grande do Norte e a Paraíba expressam uma mesma realidade, o que me deixa muito à vontade para participar do discurso de V. Ex^a. Infelizmente, V. Ex^a tem razão. Os apelos feitos aqui, para uma renegociação mais justa, adequada e oportuna dos débitos rurais, não têm sido ouvidos. Há um verdadeiro clamor para que eles pudessem ser ouvidos e essa renegociação pudesse prosperar para abranger um maior número de agricultores. O estoque das dívidas existentes não permite que os agricultores possam fazer novos empréstimos. Por outro lado, como diz V. Ex^a, as execuções que estão sendo anunciadas, e outras que já estão sendo executadas pelos bancos oficiais, simplesmente levam o agricultor ao desespero de vender a sua última vaquinha, como diz V. Ex^a, patenteando esse sentimento de angústia do agricultor do Nordeste. Gostaria de dizer que enquanto o Governo não ouvir esses clamores e esses apelos só podem prosperar as soluções mais extremadas, como é a proposta de V. Ex^a de anistia. Se tivéssemos uma renegociação, não estaria V. Ex^a agora na tribuna apelando para uma medida mais radical de anistia. Quero endosar aqui os apelos feitos por V. Ex^a no sentido de que se abra a renegociação. Caso contrário, teremos que partir para medidas mais extremas.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço, Senador Garibaldi Alves Filho, e incorpoço, na íntegra, este aparte, até porque V. Ex^a coloca muito bem a semelhança que existe entre os nossos Estados que são

vizinhos, Estado do Rio Grande do Norte e a minha Paraíba. E sabe muito bem V. Ex^a das dificuldades que estamos vivendo e que não são deste ano. Não foi o início das chuvas fortes do início deste ano e, depois, o prolongamento da seca que estamos vivendo neste momento. Esta seca é antiga. O Rio Grande do Norte de V. Ex^a e a minha Paraíba, como os demais Estados do Nordeste, tiveram dois ou três anos de calamidade pública. Ora, o Governo tem o argumento, perante o próprio FMI, de que pode, considerando a calamidade pública, perdoar essas dívidas. É aceitável até que proíba de ir ao banco quem for perdoado, porque quem está renegociando não pode fazer outra operação, como sabe V. Ex^a.

Então, é preciso que o Governo entenda que a situação da Bolívia, de Moçambique, da África, dos países sul-americanos não é diferente da nossa situação no Nordeste. Não estamos pedindo muito. Estamos pedindo o mesmo direito que tiveram os bolivianos, os moçambicanos e outros. Que se faça o mesmo que se fez no exterior para se resolver os problemas dos pobres: que se resolva a situação dos nossos pobres. Não estamos pedindo nada demais.

É radical? Eu diria até que é radical a minha proposta. É impossível? Não vejo nada de impossível. Agora mesmo, por exemplo, vejo o próprio Governo querendo salvar a Varig com R\$3 bilhões. Está errado? Não, mas vamos discutir como empregar esses recursos. Penso que é justo salvar a Varig. Como fazê-lo é que vamos ter de discutir.

Agora, é injusto ou justo perdoar uma dívida que o Governo sabe que não vai receber? Ele não tem como receber, porque o cidadão sofre há cinco anos por calamidades, secas, enchentes. Não há como pagar.

O Governo, na sua demagogia, para se justificar, pensando que lemos – lemos uma vez ou outra, quem não gosta de ler é o Senador Arthur Virgílio, que mandou cancelar a assinatura –, diz em um noticiário de seu site: “Sessenta por cento deles não fazem financiamento, sendo que muitos acabam vendendo animais que dão o leite para seus filhos para pagar dívidas de sementes e adubo”. São palavras do Governo. Será que o Governo não será sensível a isso?

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, creio que o Presidente Lula, até por ser nordestino, mais do que ninguém, deveria e deverá, no meu entender, ser sensível a esse nosso projeto. Considero oportuno esse projeto de lei que encaminho, no momento em que o Governo brasileiro se mostra ao mundo como um credor compassivo e generoso.

Sr. Presidente, o nosso projeto não é uma proposta partidária, ou de facção, é uma proposta humanitária, acima de tudo. É uma proposta que haverá de

reorganizar o sistema produtivo rural da nossa querida região Nordeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT RS)

– A Presidência prorroga a sessão por 30 minutos, para que os Senadores Leonel Pavan, Antonio Carlos Valadares e Paulo Paim possam fazer seus pronunciamentos, no prazo de dez minutos cada um.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tínhamos, agora, um encontro com o Ministro Guido Mantega, para que S. Exª nos desse algumas explicações sobre o propalado projeto da PPP. Porém, como já havíamos acompanhado a sua visita hoje ao Senado e conhecemos relativamente o seu posicionamento e também o do nosso Partido, preferimos ficar aqui para relatar alguns fatos que interessam ao Estado de Santa Catarina e talvez possamos alertar o Governo da importância do nosso Estado para o País. Acreditamos que o Governo precisa despertar e respeitar mais Santa Catarina.

Com ousadia, coragem e investimento tecnológico, a classe empresarial catarinense tem tornado o Estado destaque nacional na geração de riquezas, emprego e renda. Grandes, pequenas e médias empresas, sem falar no setor de serviços e o agropecuário, contribuem cada qual com sua parcela de empreendedorismo e persistência.

No entanto, Sr. Presidente, apesar de cantada em verso e prosa e reconhecida pelas nossas autoridades federais como um Estado de boa qualidade de vida, com destaque para a educação, Santa Catarina não tem recebido o devido e merecido retorno de recursos da União em relação àquilo que oferece ao País em arrecadação.

A Unidade Federada catarinense tem o 7º PIB (Produto Interno Bruto) do País; é o 5º em volume de exportação (com valor agregado de produtos bem maior do que os outros Estados), contribuindo decisivamente para o equilíbrio da balança comercial, além de ser modelo na geração de mão-de-obra qualificada.

Mesmo assim, é apenas a 11ª economia no recebimento de recursos federais para investimentos sociais e de ampliação da nossa infra-estrutura logística.

Se houvesse justiça neste retorno, já teríamos, há muito tempo, recursos suficientes para assegurar a produção industrial, o que se traduz na recuperação da malha rodoviária superada e para duplicar vias de acesso aos portos, além da ampliação e modernização destes, bem como a melhoria dos aeroportos e, ainda, para garantir suprimento de energia.

Porém, a União tem resistido a investimentos públicos consistentes no setor, em que pesem os esforços e cobranças permanentes da classe política e empresarial. De nossa parte, conseguimos manter, a despeito de cortes, emendas ao Plano Plurianual (2004-2007), que totalizam recursos da ordem de R\$119 milhões como previsão de investimentos em obras de infra-estrutura para Santa Catarina. No entanto, o Governo parece ignorar os recursos por nós aprovados no Senado.

Continuaremos vigilantes e alertas, em conjunto com a Bancada federal catarinense para cobrar a efetiva liberação destes e de outros recursos pendentes ou em fase de alocação orçamentária.

É uma questão de cumprir papéis. A classe empresarial e política está fazendo a sua parte. Ao Governo Federal cabe, no mínimo, atuar como incentivador e facilitador da atividade econômica para romper ciclos de estagnação e projetar um futuro de segurança para empreendedores e a sociedade como um todo.

Os dados demonstrados acima não deixam dúvidas de que os catarinenses contribuem de forma substancial para a geração da riqueza nacional e exigem, no mínimo, respeito e condições básicas para continuar trabalhando e produzindo cada vez mais.

Nós catarinenses, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos chegando ao limite. Não há mais como esperarmos a boa vontade do Governo! Não há mais como ficarmos acalmando a população, quando tenta reagir; quando tenta fechar rodovias; quando tenta fazer algum movimento, que certamente, da forma como querem, traria prejuízos para a segurança, para a economia e para a área social. Não há mais como segurar! Santa Catarina não está sendo respeitada pelo Governo Federal!

Somos da oposição, mas, por diversas vezes, assomamos esta tribuna para elogiar o Governo em alguns setores, a exemplo do turismo. Em contrapartida, por diversas vezes, viemos a esta tribuna, em nome de entidades do nosso Estado, em nome da classe empresarial, dos nossos trabalhadores, das micro e pequenas empresas, para dizer ao Governo, já que os Senadores da base de apoio não dizem,

que Santa Catarina produz e produz muito para o nosso Brasil.

Orgulhamo-nos disso e a população reconhece, mas, no entanto, não há reconhecimento por parte do Governo Lula, por parte do Governo do PT, com o Estado de Santa Catarina.

Sabemos que muitos daqui, Senadoras e Senadores, falam que Santa Catarina é um Estado privilegiado, que tem um povo trabalhador, como todos os demais Estados o têm, mas tem resistido às pressões; tem resistido, muitas vezes, ao desrespeito e à falta de sensibilidade do Governo para com o Estado; tem trabalhado com a cabeça erguida, olhando para frente, sempre na esperança de que o Governo também olhe por nós.

O Governador Luiz Henrique, que apóia o Governo petista e que a ele tem feito inúmeros elogios, acredito que também esteja chegando ao limite. Não é possível que, após tantas viagens em busca de recursos, pedindo socorro, o Governo Federal se mantenha insensível. E nós, que somos o elo entre o povo e o Governo Federal, no sentido de buscar soluções às suas reivindicações, também estamos chegando ao limite.

É preciso que o Governo Federal distribua melhor os recursos, que olhe para os Estados como um todo, mas que olhe por Santa Catarina, que também enfrenta problemas sociais e que passa por dificuldades, mas trabalha e produz. No entanto, a União não nos respeita.

Por essa razão, deixo registrado este esclarecimento e, por que não dizer, o nosso repúdio pelo fato de o Governo Federal não olhar com bons olhos para um Estado tão importante para a Nação, como é o Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

Esta Presidência faz um apelo para que V. Ex^a não ultrapasse o limite de dez minutos, a fim de que possamos também usar da palavra pelo mesmo período de tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, atualmente apenas 9% dos jovens brasileiros conseguem uma vaga na universidade. O Governo tem um plano, o Plano Nacional da Educação – PNE, para elevar para 30% o contingente de jovens entre 18 e 24 anos que cursam o ensino superior. Por isso, o Ministério da

Educação está preparando o ingresso de pelo menos 300 mil jovens e professores da rede pública nos cursos superiores em um prazo de cinco anos. A meta do Governo é proporcionar o ingresso de pelo menos 70 mil estudantes por ano na universidade.

O número de instituições de ensino superior no Brasil chega a 1.677 – faculdades e universidades –, sendo que, de acordo com dados do Ministério da Educação, 195 universidades públicas, contra 1.442 universidades particulares.

Para corrigir a situação do ingresso de estudantes nas universidades, o Governo acaba de criar o ProUni, que é objeto de proposição em andamento na Câmara dos Deputados. Mas, para fazer face às matrículas que terão que ser feitas no próximo ano e por causa do atraso do andamento da matéria na Câmara dos Deputados, o Governo baixou a Medida Provisória nº 213, de 2004, repetindo mais ou menos o projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados e recriando o ProUni.

O objetivo do ProUni é conceder bolsas de estudos, integrais e parciais de 50%, para curso de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

Quem poderá receber essa bolsa?

Atualmente, o Governo financia, por meio da Caixa Econômica Federal, os estudantes mediante determinados critérios. No caso em questão, não se trata de um financiamento, mas da concessão de bolsas a estudantes de baixa renda.

Existem dois tipos de bolsa, como já disse: a integral e a parcial. A integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até um salário mínimo e meio. E a bolsa de estudo parcial, no montante de 50%, será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até três salários mínimos. A bolsa será destinada, então, ao estudante que tenha cursado o ensino médio completo, em escola da rede pública ou em instituições privadas, na condição de bolsista integral; ao estudante portador de necessidades especiais e ao professor da rede pública de ensino para os cursos de licenciatura e Pedagogia, destinados à formação no magistério da educação básica.

O processo de seleção deverá ser feito de acordo com o perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio – o Enem – e de outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação.

Com o fito de estimular instituições privadas de ensino a destinarem gratuitamente 10% das suas vagas para estudantes de baixa renda, o projeto concede isenção do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas; da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins; da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e da Contribuição para o Pis/ Pasep a quem aderir ao ProUni. E a instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativos não benéficos, poderá aderir ao ProUni mediante assinatura de termo de adesão, oferecendo, no mínimo, uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes regularmente, matriculados em cursos efetivamente nela instalados, sendo que, até 50% das bolsas integrais, oferecidas pela instituição, poderão ser convertidas em bolsas parciais, à razão de duas bolsas parciais para cada bolsa integral.

A instituição poderá, alternativamente, oferecer uma bolsa integral para cada 19 estudantes pagantes regularmente, matriculados em cursos efetivamente nela instalados.

As instituições filantrópicas deverão oferecer 20% de gratuidade, já exigidos por lei, exclusivamente em bolsas de estudos, e não mais em outros tipos de atendimento de difícil controle e contabilização.

Vantagem: o projeto, Sr. Presidente, terá uma política de cotas, pela qual as bolsas de estudo para negros e indígenas serão concedidas de acordo com a proporção dessas populações nos respectivos Estados.

O Ministério da Educação desvinculará do ProUni o curso considerado insuficiente, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação, por três avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos consecutivos, deverão ser redistribuídas proporcionalmente.

Sr. Presidente, falo a respeito dessa matéria porque sabemos que o ensino universitário é da maior importância para o Brasil, visando a colocar o nosso País em igualdade de condições com outros países desenvolvidos, a fim de que a nossa juventude possa competir no mercado de trabalho tanto em nível interno como em nível internacional.

O Brasil é um País de população imensa, onde milhares de jovens estão concluindo o Ensino Médio e precisando ingressar na universidade. Não o fazem milhões deles porque não dispõem de recursos para enfrentar o vestibular, para participarem de um curso superior, de vez que, de um lado, a universidade pública limita o número de vagas e, de outro, as particulares

estão cobrando mensalidades que muitas vezes não podem ser cobertas por aquelas pessoas cuja renda familiar está em torno de três salários mínimos.

Vou apresentar à Medida Provisória nº 213 algumas emendas. Uma delas se refere à participação não apenas da faculdade ou universidade que oferece o curso, ou do próprio MEC, mas também do professor e do estudante na fiscalização da doação dessas bolsas de estudo, para que não haja desvios, abusos e fraudes, e assim essa distribuição seja a mais transparente possível.

Sr. Presidente, foram apresentadas quatro emendas. Falei apenas da emenda da fiscalização. A respeito das demais, falarei durante a discussão da medida provisória, neste plenário.

Destaco o esforço realmente inovador do Governo do Presidente Lula no que toca à concessão dessas bolsas de estudo, que antes não eram conferidas ao estudante pobre. Cria-se uma porta aberta para que os diversos segmentos sociais tenham direito à participação na vida nacional, integrando-se ao processo de desenvolvimento, participando ativamente do desenvolvimento tecnológico, mediante a criação de novas vagas para professores, novos campos de trabalho, novas profissões nas universidades, e aproveitando o potencial que temos de inteligência, de capacidade, de competência inovadora em nosso País, por meio dessa juventude que, ano a ano, surge no mercado de trabalho e que bate à porta da nossa universidade.

Por isso, quero destacar essa iniciativa louvável do Presidente da República, do Presidente Lula, por intermédio do Ministério da Educação, para proporcionar à juventude, principalmente a mais pobre e carente, a possibilidade, a perspectiva de ingresso efetivo e concreto na universidade do nosso País.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho à tribuna para demonstrar a minha indignação com a decisão do Ministro Edson Vidigal na questão do transporte para os idosos.

No Estatuto do Idoso, aprovado aqui por unanimidade, infelizmente o transporte gratuito, em até duas

poltronas, foi obstaculizado devido a uma posição, no meu entendimento, lamentável do Presidente do STJ. A atitude do Presidente do STJ beneficia parte dos empresários do transporte brasileiro, principalmente aqueles ligados à Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros. Essa decisão procura negar ao idosos pobres, com renda até dois salários mínimos, o direito que adquiriram, com o Estatuto do Idoso, de utilizar gratuitamente até duas vagas, desde que comprovem sua renda e tenham mais de 60 anos.

Todos sabemos que decisões judiciais devem ser cumpridas, Sr. Presidente, mas, com todo respeito que me mereça o Ministro Vidigal, não posso deixar de comentar a decisão de S. Ex^a e os argumentos que utilizou para justificar o não-atendimento do pleito acionado pela ANTT.

Em seu primeiro argumento, o Ministro faz uma espécie de deboche, eu diria, à pobreza, e agride a dignidade do idoso. Afirma o Ministro, em seu despatcho, que "o dinheiro não dá em árvore". Até o meu guri, que tem nove anos, sabe disso, assim como qualquer criança e todos nós sabemos, mas não temos dúvida de qual é a obrigação do Estado e da sociedade para com os idosos.

Em sua convicção, marcada por uma visão do capitalismo selvagem, o Ministro sustenta ainda, na sua decisão a respeito dos contratos firmados com as empresas, as concessionárias e o Poder Público, que é importante respeitarem-se contratos. No entanto, estes são discutidos, são acertados e, consequentemente, homologados.

Por mais estranho que possa parecer, o Ministro cria uma relação entre o direito dos idosos com renda de míseros dois salários mínimos e os investidores externos. S. Ex^a argumenta que os investidores externos de milhões ou bilhões de dólares seriam prejudicados.

Pergunto se o respeito às leis do País também não deve estar entre as suas preocupações para tranquilizar até mesmo os investidores. Ou estariam, agora, os investidores externos interessados, quem sabe, na exploração do serviço interestadual, ou em explorar idosos que ganham até dois salários mínimos?

O Ministro está vendo no dispositivo do Estatuto do Idoso, que concede um benefício para aqueles que ganham até dois salários mínimos, uma forma de afugentar investidores do Brasil. Isso não é sério.

Ora, se a concessão de duas passagens gratuitas aos idosos ameaça o equilíbrio financeiro das empresas, está na lei, elas podem recorrer à ANTT

e discutir a planilha de custos. Aliás, tenho informações seguras de que os empresários já estão querendo reajustar o preço das passagens, alegando o dispositivo do Estatuto. Com certeza, vão conseguí-lo, mas não vão querer conceder as duas passagens para cidadãos com mais de 60 anos.

O que não pode, Sr. Presidente, é um setor do empresariado desejar ficar acima da lei. Isso, sim, parece que o Ministro não percebeu, é uma ameaça declarada ao Estado democrático de direito.

O Ministro Edson Vidigal também não foi feliz quando recorreu ao prussiano Otto von Bismarck para dizer como são feitas as leis e as salsichas. Se S. Ex^a julga o Estatuto do Idoso como salsicha, é sinal de que não tem argumento para embasar aquela que foi uma decisão do Ministro e não do STJ.

O Estatuto do Idoso, de minha autoria, foi apresentado em 1997 e aprovado por unanimidade, na Câmara e no Senado, pelos 513 Deputados e 81 Senadores. O texto, fruto do trabalho de uma comissão formada por 31 Parlamentares, foi exaustivamente debatido na Câmara e no Senado.

A pergunta que fica é a seguinte: será que o Ministro é de uma família tão abastada, cujos pai, mãe ou irmãos nunca tiveram contato com a pobreza? Não sabe como vive um cidadão que ganha até dois salários? Será que S. Ex^a não conhece ninguém com mais de 60 anos que viva em estado de miséria?

Sr. Presidente, quero fazer justiça e homenagear empresas como Unesul, Andorinha, Expresso Brasileiro, Transpiauí, Rio Doce e São Geraldo, que não estão acatando a visão do Ministro e desse setor do empresariado, cumprindo, na íntegra, o Estatuto do Idoso. Eu diria que mais da metade das empresas brasileiras mostrou que o Ministro está errado. S. Ex^a não submeteu isso ao Pleno e iremos lá buscar o direito dos idosos.

Quero cumprimentar, inclusive, o apresentador de televisão Ratinho, que foi Deputado Federal. Ontem, ele fez, no seu programa, uma defesa muito firme e clara, defesa de quem tem compromissos com os idosos, criticando os empresários que não querem cumprir o Estatuto do Idoso.

Sr. Presidente, para mim, o Estatuto do Idoso é o melhor projeto que o Congresso Nacional aprovou – porque é obra de todos nós – nos últimos vinte anos. Precisamos defendê-lo, nem que tenhamos de ir ao Supremo Tribunal Federal.

O Governo Lula fez a sua parte. Primeiro, disseram que era preciso um decreto, e o Governo o expediu. Depois, alguns empresários – não todos

– entraram com uma liminar para sustentar o direito. O nosso Governo entrou com uma ação na Justiça e derrubou a liminar. Eles foram buscar outra liminar. Agora, o Presidente do STJ toma essa decisão absurda. O Brasil todo bate palmas para o Estatuto do Idoso, exceto um setor do empresariado. A maioria do empresariado do transporte não tem essa visão gananciosa de falta de solidariedade.

Sabem quantas pessoas viajam de um Estado para o outro, podendo usar essa lei? São poucas. Quem ganha dois salários mínimos quase não tem dinheiro para pagar o lanche quando o ônibus pára. São duas ou três ou cinco pessoas que usam o transporte de um Estado para outro por semana. Então, é um absurdo essa posição.

Não vou falar mais sobre isso, apenas porque não tenho tempo, mas fica registrada a minha indignação em relação a essa posição do Presidente do STJ e à posição de um setor do empresariado.

Sr. Presidente, neste meu tempo final, vou concluir deixando bem claras a minha posição e a minha preocupação com o Rio Grande do Sul. Recebi uma carta da Famurs, Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, e também muitos documentos de praticamente todos os Partidos do Rio Grande do Sul. Estamos muito preocupados. No mínimo, quatro milhões de pessoas serão prejudicadas de forma direta se simplesmente resolverem, de uma hora para outra, dizer que não podemos mais atuar como estamos atuando.

O Rio Grande do Sul é um celeiro nessa área de atuação na produção do fumo. Vou apresentar alguns dados. A exportação de fumo e de tabaco no Rio Grande do Sul perde apenas para a de soja. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de fumo, gerando uma receita na exportação de US\$1,6 bilhão. O Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional de fumo. Na Região Sul, são mais de 300 famílias; se considerarmos que elas são formadas de três, quatro ou cinco pessoas, chegaremos a quase um milhão de pessoas. Considerando o número de empregos que gera, só na Região Sul, mais de dois milhões de pessoas seriam prejudicadas. Na lavoura, na indústria, são cerca de 2,4 milhões de pessoas trabalhando diretamente.

O fumo e o tabaco geram renda superior a R\$3,5 bilhões no meio rural e de US\$1,5 bilhão em exportação. Há outros dados que eu poderia descrever rapidamente. Mas quero dizer que o documento que recebi dos produtores, dos trabalhadores, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, dos assalariados

dessa área, assim como da Famurs, demonstra que países como os Estados Unidos, África do Sul, França, China, Holanda, Argentina, Espanha, Itália, Áustria e Alemanha não aderiram ao acordo.

A posição dos produtores gaúchos é muito equilibrada. Não fumo e gostaria que cada vez mais combatêssemos esse hábito, mas não de uma hora para outra, dizendo que três milhões de pessoas perderão o emprego. Sei que não é essa a posição do Governo. O projeto está no Senado para o debate. Não é isso que estabelece o chamado acordo internacional em discussão. O que eles querem? Que se apontem os caminhos. Quantos anos são necessários para se fazer a transição? Se conseguirmos fazer essa transição, de onde virá o investimento para assegurar que esses milhões de brasileiros não ficarão no caos social?

Portanto, a minha posição, que todos conhecem, será sempre na linha de que o fumo traz prejuízo para o cidadão. Contudo, não podemos, de uma hora para outra, simplesmente dizer que um milhão, dois milhões, três milhões, quatro milhões de pessoas perderão o que recebem hoje por atuar nessa área.

Sr. Presidente, amanhã participarei do debate na Comissão, que deve ser equilibrado e de alto nível. Entendo que essa deve ser a posição do nosso Governo.

Senador Tião Viana, fiz uma ilustração, porque não tive tempo, em que mostro o quanto estamos avançando no agronegócio, na pecuária. Demonstro que as indústrias hoje no Brasil estão com 90% da capacidade instalada. Viajei praticamente todo o Rio Grande, passando por 152 cidades. Percebo a satisfação do empresariado nacional com a nossa política econômica.

A questão específica do fumo deve ser tratada com respeito e com carinho. Dirijo-me a V. Ex^a, Senador Tião Viana, que é médico, porque sei que V. Ex^a tem uma enorme preocupação com esse assunto, assim como eu. Precisamos saber dar os passos, evitando que milhões de pessoas percam o direito ao salário e ao emprego, de um momento para o outro, por uma decisão que vai, de forma indireta, favorecer uma série de outros países.

Fizemos um bom debate quanto à questão das armas e avançamos muito com esse Estatuto. Estou proondo, neste momento, que façamos também um belo debate sobre essa questão, evitando um prejuízo enorme para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e, com certeza, para o Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Agradeço a tolerância de V. Ex^a.
Mas eu precisava fazer esses dois depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Os assuntos a que V. Ex^a se referiu são importantes, Senador Paulo Paim.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Solicito a V. Ex^a que me conceda pelo menos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador João Ribeiro, concedo-lhe dois minutos, porque estamos a cinco minutos do início da sessão do Congresso.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, passo a ler o editorial do jornal Folha Popular, da capital do meu Estado de Tocantins, Palmas:

Longe de casa, mas com o coração no Tocantins.

Domingo é dia de missa, é dia de culto, é dia de descanso e de oração. Como todos os dias, para quem crê em Deus, é sempre dia de orar e pedir ao Pai Todo Poderoso para que Ele abençoe as nossas vidas, abençoe a Palmas e ao Tocantins, que Ele nos dê saúde e condições, para que possamos levar uma vida digna e justa.

Aqui no nosso Estado, em todos os municípios, novenas estão sendo realizadas, correntes de oração e preces, com o nosso povo se unindo em uma só intenção, pedindo a Deus pela saúde do nosso eterno Governador Siqueira Campos, o Siqueira Campos, que não teve infância, apenas sofrimento; Siqueira Campos, que não teve juventude, apenas trabalho e luta pela sobrevivência, o nosso Siqueira, que dedicou a sua vida à criação do Tocantins e à fundação de Palmas. Um homem simples e humilde, mas que projetou o Tocantins e o colocou entre os Estados mais modernos e organizados do Brasil. O homem que idealizou a nossa capital, um projeto arrojado, uma bela cidade que enche de orgulho a nossa população, com o seu Lago e a sua arquitetura moderna.

Ele hoje está longe de casa, longe de Palmas e do Tocantins, enfrentando mais um desafio que Deus colocou em sua vida, para que ele possa, mais uma vez, provar a sua fé e a sua força, a sua vontade de viver e de continuar servindo o nosso Povo.

Longe de casa, mas com o coração no Tocantins, ele acompanha e encoraja a luta de seus companheiros em todos os municípios do Estado.

Ele está presente com a força dos seus ideais e tem ao seu lado os verdadeiros amigos, aqueles que, neste momento de tanta dor e provação, não lhe têm faltado, nem a ele, nem a esta vida inteira de dedicação e amizade, logo agora que ele não pode estar aqui, participando da campanha.

Siqueira Campos, que mesmo tendo em 2002 os mais altos índices nas pesquisas que lhe garantiram uma vaga certa no Senado, preferiu terminar o seu Governo, cumprindo todos os seus compromissos, deixando para outros companheiros a oportunidade de representar o Tocantins naquela Casa, para que esses pudessem sustentar a luta, com coerência e lealdade, apoiando os nossos Prefeitos e Deputados, apoiando o nosso povo e o Governo do Estado. A União sempre foi a nossa força maior, e somente ela é que vai garantir a continuidade e o progresso tão necessários para defender os interesses da nossa população.

Folha Popular agradece a todos que estão orando e torcendo pela saúde do nosso eterno Governador e se soma nas orações, na certeza de que ele continuará firme e forte, e que em breve estará novamente em nosso meio, continuando essa luta, a luta que é a marca de sua vida, a luta pelo nosso Tocantins.

Coragem Siqueira! Deus e o povo estão ao seu lado. (Sic.)

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que faça constar dos Anais da Casa essa mensagem de fé e confiança em Deus, que o jornal Folha Popular, do querido Estado do Tocantins, apresentou no editorial de domingo, pedindo a recuperação do nosso eterno Governador Siqueira Campos. Agradeço a V. Ex^a por esses minutos.

Vamos pedir a Deus que dê a S. Ex^a muita força para continuar lutando e vencer mais esse desafio em sua vida. Deus é grande e confiamos Nele.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

LONGE DE CASA, MAS COM O CORAÇÃO NO TOCANTINS

Domingo é dia de missa, é dia de culto, é dia de descanso e de oração. Como todos os dias, para quem crê em Deus, é sempre dia de orar e pedir ao Pai Todo poderoso para que Ele abençoe as nossas vidas, abençoe a Palmas e ao Tocantins, que Ele nos dê saúde e condições, para que possamos levar uma vida digna e justa.

Aqui no nosso Estado, em todos os municípios, novenas estão sendo realizadas, correntes de oração e preces, com o nosso povo se unindo em uma só intenção, pedindo a Deus pela saúde do nosso eterno Governador Siqueira Campos, o Siqueira Campos, que não teve infância, apenas sofrimento; Siqueira Campos, que não teve juventude, apenas trabalho e luta pela sobrevivência, o nosso Siqueira, que dedicou a sua vida à criação do Tocantins e a fundação de Palmas. Um homem simples e humilde, mas que projetou o Tocantins e o colocou entre os Estados mais modernos e organizados do Brasil. O homem que idealizou a nossa Capital, um projeto arrojado, uma bela cidade que enche de orgulho a nossa população, com o seu Lago e a sua arquitetura moderna.

Ele hoje está longe de casa, longe de Palmas e do Tocantins, enfrentando mais um desafio que Deus colocou em sua vida, para que ele possa, mais uma vez, provar a sua fé e a sua força, a sua vontade de viver e de continuar servindo o nosso Povo.

Longe de casa, mas com o coração no Tocantins, ele acompanha e encoraja a luta de seus companheiros em todos os municípios do Estado.

Ele está presente com a força dos seus ideais e tem ao seu lado os verdadeiros amigos, aqueles que neste momento de tanta dor e provação, não lhe tem faltado, nem a ele, nem a esta vida inteira de dedicação e amizade, logo agora que ele não pode estar aqui, participando da campanha.

Siqueira Campos, que mesmo tendo em 2002 os mais altos índices nas pesquisas que lhe garantiram uma vaga certa no Senado, preferiu terminar o seu Governo, cumprindo todos os seus compromissos, deixando para outros companheiros a oportunidade de representar o Tocantins naquela Casa, para que esses pudesse sustentar a luta, com coerência e lealdade, apoiando os nossos Prefeitos e Deputados, apoiando o nosso povo e o Governo do Estado. A União sempre foi a nossa força maior, e somente ela é que vai garantir a continuidade e o progresso tão necessários para defender os interesses da nossa população.

FOLHA POPULAR agradece a todos que estão orando e torcendo pela saúde do nosso eterno Governador e se soma nas orações, na certeza de que ele continuará firme e forte, e que em breve estará novamente em nosso meio, continuando essa luta, a luta que é a marca de sua vida, a luta pelo nosso Tocantins.

Coragem Siqueira! Deus e o povo estão ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador João Ribeiro, vamos incorporar-nos à corrente de orações para o restabelecimento do Governador.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

Peço a V. Ex^a que seja breve, pois a sessão da Câmara dos Deputados foi encerrada, e temos que dar início à do Congresso Nacional.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de prestar minha solidariedade a todos que oram e torcem pela recuperação do ex-Governador Siqueira Campos, hospitalizado em São Paulo.

Minha presença na tribuna é para elogiar a atitude construtiva dos produtores de camarão do meu Estado, do Nordeste e do Brasil, que sofrem acusações de dumping por parte dos Estados Unidos, bem como a do próprio Governo brasileiro, que busca o diálogo por meio da Embaixada dos Estados Unidos e tenta uma revisão junto ao Departamento de Estado da decisão adotada frente às acusações.

Por outro lado, a Associação Brasileira de Criadores de Camarão, que tem à sua frente o Sr. Itamar Rocha, não se deixa intimidar. Estamos procurando, Sr. Presidente, novos mercados para colocar a produção de camarão. Temos a satisfação de registrar que a exportação para a Espanha do camarão cultivado em cativeiro já ultrapassou a destinada à França, o que significa dizer que os produtores de camarão não se estão deixando tomar pelo desânimo, não se estão deixando abater.

Abre-se uma perspectiva cada vez melhor, mais duradoura e positiva para essa atividade econômica, principalmente no Nordeste, no Rio Grande do Norte.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sou eu quem agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Valmir Amaral, Romero Jucá, Papaléo Paes e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

A TV NÃO É PROBLEMA,
DIZ QUEM ENTENDE DE TV,
A PROPÓSITO DO PROJETO DA ANCINE

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, já tive ocasião de me manifestar neste Plenário a propósito da monstruosidade jurídico-constitucional que o projeto do Governo petista do Presidente com a idéia descabida e ditatorial de criar a Ancinave, a Agência Nacional de Cinema e Audiovisual.

Bem a propósito do tema, o cineasta e jornalista Ipojuca Pontes traz a público as origens mais remotas dessa infeliz idéia de controle da mídia: o site do Foro de São Paulo, criado em julho de 1990 por Fidel Castro e pelos mentores do PT, ora no Governo. Em artigo publicado na edição de ontem do jornal O Estado de S. Paulo (pg. 2, edição de 14 de setembro de 2004), indica a fonte de inspiração para essa manifestação totalitária contida no projeto da Ancinave e do Conselho Federal de Jornalismo, adotado pelo Governo petista do Presidente Lula.

Nesse foro, foi aprovado documento (íntegra a seguir, em anexo) no qual, além de outros pontos, defende a constituição de um controle público, não necessariamente estatal, sobre os meios de comunicação e de telecomunicação, e o envolvimento direto e prioritário dos partidos na luta pelo controle público dessas áreas.

Trago também o artigo do jornalista João Roberto Marinho, da Rede Globo, publicado pela Folha de S. Paulo do último dia 2.

Além de apontar a inconveniência dessa descabida intervenção do Governo num setor que não necessita que lhe digam como fazer nem o que fazer, João Roberto Marinho faz um relato sobre os passos da televisão brasileira, desde que foi implantada. É uma história de êxito, diz o dirigente. E eu concordo com ele. Em meu Estado, temos um exemplo vivo dessa verdade, a Rede Amazônica.

Essa é uma emissora que fez muito pelo País. Basta lembrar que, na Amazônia ocidental e no Estado do Amapá, ela, como afiliada da Rede Globo, cobre uma área de 2,5 milhões de km², sendo, no Brasil, a maior cobertura em termos geográficos, levando aos lares amazônicos mais longínquos, em tempo real, a mesma programação exibida pela TV Globo.

Antes da formação da rede, a que se refere o artigo publicado na Folha, a Rede Amazônica movimentava cerca de 7.000 (sete mil) fitas/mês para levar a programação aos seus telespectadores.

No seu artigo, João Roberto Marinho lembra essa verdadeira odisséia, assinalando: A visão de empresário e o perfeito entendimento que Roberto Marinho tinha de nosso país fizeram com que a construção dessa rede logo fosse calcada nas emissoras locais, num criativo sistema de afiliação.

Ao anexar o artigo a este pronunciamento, seu inteiro teor passa a constar dos Anais do Senado da República. Quem sabe virá servir de alerta para que o Governo reflita sobre o verdadeiro atentado à livre manifestação cultural, artística e informativa que seu projeto da Ancine encerra.

As matérias mencionadas estão nos anexos a seguir.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

São muitas as transformações neste final de século. O neoliberalismo e a globalização têm seus reflexos no mundo do trabalho, na cultura, na economia, na qualidade e no modo de vida de todos os que habitam o planeta.

Os setores de comunicação, de telecomunicações e de informática têm sido responsáveis, em grande parte, por estas mudanças, tanto como implementadores quanto mentores, sem que, no entanto, estas transformações tenham sido apropriadas pelas populações excluídas do globo.

A crescente riqueza produzida por estes setores – analistas indicam para o ano 2015 cerca de 40% da produção mundial em torno destes setores – e seu óbvio poder colocou para os grandes grupos internacionais a necessidade de controle total sobre as redes de telecomunicações, por onde já trafega, e trafegará ainda mais, US\$1 trilhão/ano. Por isso, é perfeitamente compreensível os sumários processos de privatizações impostos pelo Banco Mundial à toda a América Latina. Grandes empresas públicas de nossos países agora são entregues a megacorporações transnacionais, ou seja, decisões fundamentais para o desenvolvimento de nossos países correm sérios riscos de não mais se efetivarem em Caracas, Buenos Aires ou cidade do México, mas em Madri, Londres, Roma ou Washington.

Aos partidos de esquerda resta a tarefa de impedir que aconteça esta desnacionalização que vem sendo implantada sem ao menos acontecer qualquer discussão mais ampla com a sociedade, mesmo que seja visível a hiper – concentração de setores da mídia provocando ainda mais formação de monopólios e oligopólios privados.

Por isto, dentro deste contexto de imposição da vontade das elites financeiras internacionais e das megacorporações que atuam nas áreas das comunicações e telecomunicações, os participantes do seminário Comunicação: Democracia Ausente, indicam para os senhores delegados do 7º Foro de São Paulo, realizado em Porto Alegre, os seguintes encaminhamentos para subsidiarem a discussão deste Foro em relação a produção de políticas que enfrentem o neoliberalismo no campo da informação e suas estradas físicas e eletrônicas:

Que a questão da comunicação e telecomunicação tenha um sentido estratégico no enfrentamento ao neoliberalismo. Isto significa os partidos abandonarem a concepção puramente instrumental da informação para adotarem uma postura de construção de políticas tendo a comunicação como um dos eixos fundamentais.

Que é urgente a constituição de um controle público, não necessariamente estatal, sobre os meios de comunicação e telecomunicação.

Que é tarefa dos partidos de esquerda reorganizar os sistemas de comunicação no sentido contrário da concentração monopolista e com um sentido público.

Capacitação da sociedade para se apropriar e entender os processos políticos e técnicos da implantação do modelo neoliberal de comunicação.

Envolvimento direto e prioritário dos partidos na luta pela controle público destas áreas.

Intransigente luta contra a desnacionalização destes setores.

Promover o debate e o estímulo à experiências concretas aos meios alternativos de comunicação.

Estimular a organização dos setores de comunicação de esquerda que envolvam de forma integrada os países da América Latina e Caribe.

Promover a divulgação das experiências exitosas e inovadoras da autêntica comunicação de esquerda.

Criação de uma Secretaria Especial de Comunicação e Telecomunicação permanente do Foro de São Paulo que promova este debate no seu interior com representantes em cada país.

Porto Alegre 30 de julho de 1997.

Inara Claro – Assessora Comum. Vice – Prefeito

Dica Sitoni – Assessora Comum. Prefeitura Porto Alegre

Vera Spolidoro – Assessora Comum. Tarso Genro

Renata Brecher Müller

Flávio Müller

Renato de Oliveira – ADFRGS

Paulo André Louzada

Arno Maciel

Deoni Fellizzari – SINTAF/RS

Cláudio Dutra – Executiva FITEL

Nelson Morgardo – Partido Comunista

Chile

Gladis H. Wolft – Vereadora PT/RS

Celso Augusto Schröder – Secretário de Comunicação PT/RS, direção Fenaj

Ana Ribeiro – Assessora Comun. Prefeitura Porto Alegre

Patrícia Pessi – Assessora Com. Prefeitura Porto Alegre

Itamar B. Garcez

Adroaldo Correa

Marcelo Beltrão – Executiva Fittel

Tânia Failace

Milena Weber – Coordenadora Curso Comum. UFRGS

Daniel Herz – Direção Fenaj, Coordenador Forum Nacional pela Democratização

Herman Hansen – Frente Amplio Uruguay – Partido Socialista

A Globo, a Ancinav e Cuba

Sob o título *A TV não é problema*, publicado em jornal da grande imprensa no início do mês, João Roberto Marinho, jornalista e vice-presidente das Organizações Globo, examina com ponderações pertinentes a questão da telecomunicação brasileira (segundo ele, a parte mais visível da indústria do audiovisual) e chama a atenção dos interessados sobre o caráter daninio do projeto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) – elaborado pela burocracia do Ministério da Cultura (MinC) e a ser encaminhado ao Congresso Nacional –, que considera, com argumentação plausível, uma “ameaça”.

Depois de traçar, em breve relato, o papel da televisão em rede como instrumento da integração nacional, num país de contornos continentais, e de realçar o amplo significado informativo do *Jornal Nacional*, no telejornalismo, e da novela das 8, no plano do lazer que acomoda mais de 70% da população brasileira ao fim de cada dia, o vice-presidente das Organizações Globo identifica pelo menos dois pontos críticos no projeto da Ancinav, que denunciam o caráter autoritário da empreitada governamental.

O primeiro diz respeito ao caráter intervencionista do projeto, extemporâneo, especialmente quando faz do uso de taxações abusivas e de expedientes regulatórios, instrumentos velados de censura. Com efeito, na ânsia de tributar o indefeso contribuinte para consolidar um novo aparato burocrático (que, de saída, nomeará 500 barnabés), a Ancinav tem por objetivo abocanhar 10% sobre o valor do ingresso na bilheteria e da compra ou aluguel de vídeos, além do adicional de 4% sobre as receitas das emissoras de rádio e televisão (o que supera a margem de lucro da maioria das emissoras) e, ainda,

Sem liberdade de comunicação dificilmente o País escapará da ditadura totalitária

o lançamento de sobretaxa de R\$ 600 mil ao filme que ultrapassar a concessão de 200 cópias – vale dizer, uma “apropriação” perversa do Estado sobre o êxito e o lucro das empresas do ramo.

O segundo ponto, de caráter fiscal e de escopo mais autoritário, atribui à Ancinav um

quase poder de polícia, acima do que hoje é permitido aos procuradores públicos, que dará à agência o arbítrio de requerer das empresas do setor toda e qualquer “informação técnica, operacional, econômico-financeira e contábil”, para fins de gravames e suspensões – o que denuncia, no mínimo, o caráter inconstitucional do arbítrio.

Desmontando o projeto da burocracia petista, João Roberto Marinho assinala que o governo, com o excesso de expedientes regulatórios, pretende controlar a informação veiculada em rede, o que inviabilizaria, no caso da TV Globo, o próprio *Jornal Nacional*. Por fim, ainda que de passagem, o artigo estima que o escopo do projeto “é de um autoritarismo que comporta muitos ‘ismos’, à direita e à esquerda do espectro político”, sem identificar, no entanto, a natureza e a origem dos “ismos”.

Qualquer pessoa razoavelmente informada, dentro ou fora do ramo, poderá encontrar no site do Foro de São Paulo, entidade criada em julho de 1990 por Fidel Castro e pelos mentores do PT, ora no governo, as origens totalitárias do atual projeto da Ancinav e do Conselho Federal de Jornalismo, ambos em via de tramitação no Congresso. Com efeito, a declaração final elaborada pelo Foro Paralelo de Comunicação do Foro de São Paulo, ocorrido em Porto Alegre em 30 de julho de 1997, não pode ser mais explícita: ela indica abertamente, em dez itens fundamentais, os caminhos

que devem ser adotados para o controle da informação no Brasil, uma vez, diz o documento, que “a questão da comunicação e da telecomunicação tem um sentido estratégico (para se chegar ao socialismo) no enfrentamento ao neoliberalismo”.

De forma clara, o documento prega, como objetivo de ação política: 1) “A urgente constituição de um controle público, não necessariamente estatal (por via de sindicatos e conselhos), sobre os meios de comunicação e telecomunicação”; 2)

“tarefa que caberá aos partidos de esquerda”, que, por sua vez, 3) “deverão reorganizar os sistemas de comunicação no sentido contrário da concentração monopolista (do tipo TV Globo e outras), tendo como prioritário 4)

“um envolvimento direto dos partidos (de esquerda)

na luta pelo controle público destas áreas.”

No final do céndido artigo, o vice-presidente das Organizações Globo informa ao governo e aos interessados que a televisão brasileira, diante dos problemas nacionais e de setores do audiovisual, “não é o problema”. De fato, a julgar pelo que se vê, não é – mas devia ser. Porque sem a liberdade de comunicação, em especial de rede de televisão que detém 100 milhões de espectadores, dificilmente o País escapará da ditadura totalitária que se pretende implantar. Por muito menos, ante a investida sindicalista de Jango em 1964, de forte teor socialista, mas seguramente menos organizada e ameaçadora do que a “democracia participativa” preconizada por Fidel e Lula, o democrata Roberto Marinho não só se insurgiu como ajudou, pela corajosa posição assumida, a derrubá-la.

■ *Ivo José Penteles, cineasta e jornalista, é autor do livro *Politicamente Corrompidos**

A TV não é o problema

JOÃO ROBERTO MARINHO

Há momentos em que todos os que detêm uma posição de liderança devem assumir responsabilidades. E de tal modo que ninguém confunda serenidade com falta de firmeza e disposição de ouvir com ausência de convicções consolidadas. O momento é de reafirmar valores que têm levado a televisão brasileira -a parte mais visível da indústria do audiovisual- a trilhar uma história de sucesso.

Em 1969, Roberto Marinho inaugurava a televisão em rede no Brasil. Foi um passo decisivo, pois integrou um país de contornos continentais. Até ali, programas de televisão, capítulos de novelas, imagens de notícias tinham de viajar de avião, com muitas escalas, para que os diversos pontos do Brasil, com muito atraso, pudessem conhecê-los.

A visão de empresário e o perfeito entendimento que Roberto Marinho tinha de nosso país fizeram com que a construção dessa rede logo fosse calcada nas emissoras locais, num criativo sistema de afiliação. Assim, ao mesmo tempo em que todos se beneficiavam de ganhos de escala, as diferenças regionais, de que os brasileiros se orgulham, estariam respeitadas. Seria a união na diversidade.

Foi no jornalismo que isso ficou mais evidente. A montagem de estruturas jornalísticas próprias em todos os Estados seria um ônus que empresa nenhuma poderia suportar. E um ônus perverso se a estrutura fosse de mão única, voltada apenas para um telejornal nacional. Optou-se, então, por incentivar as afiliadas a montarem estruturas jornalísticas, com critérios técnicos bem definidos, que abastecessem telejornais locais com reportagens de qualidade e, simultaneamente, fomessem material para telejornais nacionais. Graças a isso, todos os Estados têm hoje um robusto noticiário local, que soma duas horas diárias de transmissão ao vivo. E é assim também que, nacionalmente, os brasileiros podem saber, em tempo real, o que acontece em qualquer lugar do Brasil. Não há nenhum jornal impresso, nenhuma cadeia de rádio ou site de internet que cumpra essa missão.

Para a identidade de um povo, o fundamental é o que se vê na tela, não a forma de produção

A Ancinav fala em editar normas e em regular, intervindo drasticamente no setor, mas não especifica regras

Na teledramaturgia, o respeito pelo que é brasileiro e, dentro dessa perspectiva, pelo que é regional manteve-se o mesmo. A TV Globo tem um índice de produção e exibição de produtos nacionais que só se encontra nas TVs americanas: 95% do que é exibido em horário nobre é feito por brasileiros e para brasileiros, sem os chamados enlatados que até 20 anos atrás inundavam nossas telas. E que, ainda hoje, inundam telas francesas, canadenses, coreanas e australianas. Em nossas novelas, a primeira missão que nos impusemos foi acabar com tramas escritas fora de nosso país e botar no ar escritores brasileiros de qualidade.

A outra missão foi retratar todos os Brasis. Embora com cenas de estúdio filmadas no Rio de Janeiro, nossas novelas sempre abordaram temas regionais, de todas as partes, com todos os sotaques, com cenas externas gravadas in loco. Bahia, Rio Grande do Sul, Minas, Paraná, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás, São Paulo, Pernambuco, Maranhão etc., apenas para citar alguns Estados, foram cenários de novelas e minisséries. Essa foi a razão de nosso enorme sucesso. Para a identidade de um povo, o fundamental é o que se vê na tela, não a forma de produção. Mas se esta é centralizada, a razão é óbvia: é somente assim que o ganho de escala permite custos que nos façam competitivos diante dos adversários estrangeiros, que, registre-se, também produzem seus enlatados centralizadamente nos grandes estúdios e os vendem para o mundo inteiro.

Esse modelo de produção conseguiu duas vitórias: é graças a ele que o Brasil pode ver os Brasis e é graças a ele que o mundo pode ver o Brasil. Hoje, nossos programas são exportados para 130 países dos cinco continentes, o que gera benefícios tangíveis, como dólares, e, mais importantes, intangíveis, como a construção externa de uma imagem positiva de país. Os americanos sabem a importância disso. Somente em 2003, a Globo exportou mais de 24 mil horas de programação. Neste momento, 33 programas são vistos diariamente em 53 países. Por tudo isso, é apenas com constrangimento que reagimos diante daqueles que dizem que o Brasil deve deixar de ser só consumidor para se transformar em exportador de audiovisual.

O mesmo modelo permitiu a consolidação dos mercados locais e nacional. O varejo de Pernambuco, por exemplo, encontra em Pernambuco uma emissora local, de grande audiência, com programação de qualidade, na qual pode anunciar os seus produtos. Da mesma forma, as grandes marcas, quando necessário, encontram uma rede nacional, cobrindo todo o nosso território, para se comunicarem com seus consumidores.

E, no entanto, esse modelo de produção, vitorioso sob todos os aspectos, sofre sua mais grave ameaça. Mesmo após as modificações anunciadas no último dia 30, o projeto que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) continua sendo extremamente danoso. A ameaça da volta da censura, que era real, dissipou-se com a supressão de diversos artigos, o que só merece aplausos. Mas, ao afastarem o perigo de censura, os formuladores da Ancinav

têm deixado ainda mais claro que pretendem autoritariamente intervir naquilo que está dando certo, seja em cinema, seja em televisão. A intenção, dizem, é proteger a indústria nacional, mas o resultado será o oposto.

Equivocadamente, esses formuladores acreditam que o nosso modelo de produção é único no mundo, quando, na verdade, ele é o único que pode tornar nossa indústria competitiva. Sem ele, é preciso que se diga, está ameaçada a novela das oito (e as demais também), um divertimento que, por sua qualidade, o brasileiro escolheu para seu fim de noite. Também está ameaçado o telejornalismo de qualidade. Pode ser que o grupo de funcionários que "pensou" a Ancinav não goste da novela das oito, mas 70% dos brasileiros gostam. Querer, por decreto, mudar o gosto do povo é de um autoritarismo que comporta muitos "ismos", à direita e à esquerda do espectro político. Um "Jornal Nacional", cujo esteio são os telejornais locais, talvez não seja conveniente para governantes, mas inviabilizá-lo com expedientes regulatórios é o mesmo que censurá-lo. Sairá perdendo o Brasil.

Na verdade, a Ancinav fala em editar normas e em regular, intervindo drasticamente no setor, mas não especifica regras. Num único ponto, menciona uma lei a ser enviada ao Congresso. Em todos os outros, afirma que regulará uma ampla gama de questões com base em enunciados vagos. Só é detalhista em relação a taxas e punições. Com a Anatel foi diferente: criada pela Lei Geral de Telecomunicações, ela não pode legislar, mas apenas fazer cumprir as regras previstas naquela lei. A Ancinav, não: como está, seria um cheque em branco.

Esse não é o único viés autoritário do projeto. O governo, de fato, alterou alguns artigos na tentativa de torná-lo menos intervencionista: eliminou a sobreposição de funções com o Cade e a SDE e desistiu de se atribuir a missão de "planejar" e "administrar" as atividades do setor. Mas a intromissão na vida das empresas continua inaceitável: manteve-se o poder de requisitar delas, a qualquer título, todos os documentos com informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis, sob pena de puni-las com sanções que chegam à suspensão temporária. Com que propósito? Num ambiente extremamente competitivo, onde se disputam artistas, direitos de transmissão, novas tecnologias e formatos inovadores de programas, essa cláusula permite ao governo -qualquer governo-, de posse de todas as informações, privilegiar uns em detrimento de outros.

Por último, a manutenção do capítulo sobre taxação é incompatível com um governo que se

comprometeu publicamente a reduzir a carga tributária asfixiante: cria-se uma taxa que tornará ainda mais frágil o setor que pretendeu proteger e estimular, tirando dele algo como R\$ 400 milhões. Em rádio e televisão, a taxa adicional será de 4% sobre as receitas, um número que supera a margem de lucro da maior parte das emissoras. No cinema, a taxação provocará danos irreparáveis. Em sete anos, o número de salas de cinema pulou de 1.200 para 1.910, sinal de acentuada recuperação. Os filmes nacionais, que ocupavam 8% das salas em 2001, hoje ocupam 22%.

O projeto da Ancinav ignora esses avanços e pretende interferir no gosto popular, punindo com multa de R\$ 600 mil lançamentos com mais de 200 cópias. A suposição é que, assim, o público preferirá um filme nacional ao "Homem-Aranha". Isso não é regulação, é censura com expedientes econômicos. O público verá tanto mais cinema brasileiro quando mais filmes brasileiros de qualidade forem produzidos. Consegue-se isso com fomento, não proibindo o que é estrangeiro. A taxação de cópias fará com que os filmes passem primeiro nos centros urbanos mais ricos, o que determinará o fechamento de salas no interior, que, não podendo se beneficiar do marketing de lançamento, voltarão a ser antieconômicas. A taxação no preço dos ingressos, prevista no projeto, será também uma medida perversa: quanto mais caro o ingresso, menor será o público, sendo os mais pobres os primeiros a serem excluídos.

O Brasil tem muitos problemas. A televisão brasileira certamente não é um deles. Na defesa dos outros setores do audiovisual, pode ser parte da solução. Desde que nem ela nem o cinema sejam sufocados.

João Roberto Marinho, 50, jornalista, é vice-presidente das Organizações Globo.
D:\Meus Documentos\A TV NAO EH PROBLEMA.doc
Arthur.Virgilio@senador.gov.br

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sras e Srs. Senadores: uma das principais características do ser humano é a busca da longevidade. De que adiantaria viver muito, sem, no entanto, viver bem? Para associar vida longa e qualidade de vida é preciso, antes de tudo, que o homem se alimente adequadamente. Zelar pela boa e correta alimentação dos indivíduos é tarefa do Nutricionista, profissional cujo dia é comemorado em 31 de agosto.

Há muito tempo, estudos e pesquisas vêm demonstrando a importância da alimentação adequada para a conquista do bem-estar físico, mental e social, ou seja, da qualidade de vida. Por isso, o Nutricionista ocupa um papel fundamental em nossas vidas: ele utiliza a Ciência da Nutrição para ajudar as pessoas a se alimentarem melhor, proporcionando-lhes saúde em todas as fases de sua existência.

A tarefa do nutricionista não se limita aos cuidados com a alimentação. Estende-se, também, à interpre-

tação e compreensão de fatores culturais, biológicos, sociais e políticos, objetivando a criação de soluções que assegurem uma vida mais saudável, mais justa e mais equilibrada para todos.

O profissional da nutrição vem, com méritos, conquistando seu espaço na sociedade brasileira. Hoje, seu trabalho é reconhecido seja na esfera pública, industrial, clínica e educacional, seja, mais recentemente, na área de *marketing*, consultoria e assistência domiciliar.

O nutricionista atua em qualquer local onde seja necessária a preparação de alimentos, como, por exemplo, em comunidades, empresas, escolas, hospitais e hotéis. Seu papel não se limita a estabelecer o cardápio e selecionar os ingredientes, mas estende-se ao acompanhamento do estágio de preparação da comida, bem como ao contato com os fornecedores de mantimentos.

Além disso, o nutricionista pode tomar parte em projetos de caráter social desenvolvidos por institui-

ções governamentais, ONGs e demais entidades da sociedade civil organizada. Exerce, assim, um papel proeminente na promoção da saúde e do bem-estar de comunidades espalhadas pelo nosso Brasil, sobre-modo as mais carentes, as mais desassistidas.

O nutricionista encontra, do mesmo modo, excelentes oportunidades de trabalho no desenvolvimento e supervisão de dietas e programas de reeducação alimentar, cada vez mais estimulados pela crescente preocupação das pessoas com sua saúde e boa forma física.

O nutricionista é, por tudo isso, um profissional de extrema relevância, que exerce um papel de destaque na sociedade brasileira, quer na área da saúde pública, quer na gastronomia ou na nutrição clínica. Por trás de uma boa alimentação está sempre um bom nutricionista!

Gostaria de parabenizar o Conselho Federal de Nutricionistas, órgão criado há quase trinta anos, e que tão bem representa os profissionais de nutrição do Brasil, pela passagem do Dia do Nutricionista.

Acima de tudo, congratulo, em particular, cada nutricionista! Parabéns a você, que, de forma abnegada e altruísta, contribui, nas ações do dia-a-dia, para o aprimoramento constante da saúde do povo brasileiro!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último mês de junho se realizou, em São Paulo, a Décima Primeira Conferência sobre o Comércio e o Desenvolvimento, promovida pela UNCTAD, órgão da ONU especializado nas relações e possibilidades que há entre políticas de promoção comercial e o desenvolvimento.

No dia 23 de junho, participei, na condição de Membro Permanente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, de uma reunião na Câmara dos Deputados que contou com a presença do Embaixador Rubens Ricupero, atual Secretário-Geral da UNCTAD, oportunidade em que ele fez um apanhado geral do que fora debatido na semana anterior em São Paulo.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, antes de entrar no mérito mesmo dos debates, gostaria de louvar a organização de evento de tal magnitude no Brasil. A Décima Primeira Reunião da UNCTAD foi o mais importante evento multilateral de que o Brasil foi sede desde a ECO-92 no Rio de Janeiro.

Seus efeitos práticos – ou seja, a entrada de divisas e o incremento do setor de serviços na cidade – e simbólicos – por meio da associação do Brasil com os aspectos mais progressistas da agenda internacional

– não podem, ou melhor, não devem ser menosprezados por nós.

Em segundo lugar, os temas debatidos tanto na ECO-92 – o desenvolvimento sustentável – quanto na Décima Primeira UNCTAD – cobrança de maior coerência entre os processos econômicos globais e as estratégias nacionais de desenvolvimento – são particularmente caros a um País com as características do Brasil. E digo isso porque a realidade brasileira condensa, em um mesmo território nacional, regiões bastante avançadas com outras em que a pobreza e a fome ainda impedem a realização das potencialidades dos cidadãos e do próprio País.

Guardadas as devidas proporções, o que o Governo Lula tem procurado fazer no plano interno, através de medidas que sejam capazes de reduzir nossa absurda desigualdade social, é o mesmo que a UNCTAD tem buscado ao longo de seus 40 anos de existência: um sistema internacional de comércio mais justo e equitativo.

Como deixou bem claro o Embaixador Rubens Ricupero, se, por um lado, a conjuntura internacional mudou radicalmente nos últimos 40 anos, por outro, continua presente a necessidade de implementarmos medidas que coíbam a perpetuação da fome e da pobreza. Pois o volume das trocas comerciais entre países aumentou exponencialmente nas últimas décadas; porém esse aumento na troca de mercadorias e riquezas continua a contemplar somente uma minoria de privilegiados, quais sejam, banqueiros, empresas multinacionais e o exclusivíssimo clube dos países ricos.

É preciso apenas um mínimo de esforço analítico para nos darmos conta de que a profusão de conflitos pelo mundo, o terrorismo e a emergência de um radicalismo religioso disposto às maiores brutalidades são alimentados, ao menos em parte, por uma globalização seletiva e excludente.

Nesse contexto, o Embaixador Ricupero enfatizou que a UNCTAD tem fornecido sugestões, massa crítica, para lidarmos com o desafio que é fazermos do comércio mundial um instrumento para o desenvolvimento de todos. A agenda comercial não pode ser implementada em detrimento da agenda do desenvolvimento.

Nesse contexto, vale mencionar que o Presidente Lula sugeriu a revitalização do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, um mecanismo que estava algo esquecido e que prevê a redução de barreiras tarifárias entre os 44 países signatários. Essa iniciativa pode servir como impulso importante à Rodada Doha, negociada no âmbito da OMC. Uma iniciativa exclui a outra; ao contrário, ambas se reforçam e se complementam.

O encontro de São Paulo deixou muito claro que as barreiras comerciais dos países ricos, principalmente os famigerados subsídios no setor agrícola, são um entrave importantíssimo na obtenção de um sistema comercial mais justo.

E é por meio do diálogo entre os países em desenvolvimento, e da coordenação de esforços entre a UNCTAD e a sociedade civil – empresários, organizações não-governamentais, sindicatos, comunidade acadêmica – que conseguiremos derrubar os privilégios e as injustiças no âmbito multilateral.

Isso não substitui, é claro, a ação efetiva e responsável que cada um dos países deve empreender em nível nacional.

Porém, conforme ressaltou com propriedade o Secretário-Geral Rubens Ricupero, iniciativas como a Décima Primeira Conferência da UNCTAD são oportunidades excelentes para a construção do diálogo e do consenso capazes de mudar a geografia do comércio no mundo.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, enquanto a discussão sobre a liberação dos produtos transgênicos continua a gerar debates dentro e fora do Governo Federal, outra discussão muito mais pertinente cava seu lugar no rol das preocupações do País. Refiro-me, mais especificamente, ao desenvolvimento da agricultura orgânica em nossos vastos campos férteis. É a voz da própria Embrapa que apresenta a maneira com que o Brasil trata o assunto. Em 2003, uma edição do jornal da Embrapa intitulado "Gira Soja" destina boa parte da publicação à questão da agricultura orgânica.

No mundo inteiro, o cuidado crescente com uma alimentação saudável tem conduzido a sociedade a adotar um padrão de consumo inteiramente distinto. Diante do surgimento de uma nova mentalidade ambientalista que apostava tudo na preservação do equilíbrio ecológico, o mercado dos produtos orgânicos se expande a taxas anuais crescentes. Nos Estados Unidos, Europa e Japão, a taxa anual chega a beirar os 25%. No Brasil, o cenário não poderia ser diferente, pois a cadeia produtiva vem-se organizando paulatinamente, de modo que o sistema se consolida como opção sustentável para pequenos agricultores familiares.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) publicou um estudo sobre a agricultura orgânica, segundo o qual se estima que a economia brasileira "orgânica" movimenta entre US\$220 milhões e US\$300 milhões. Embora ainda represente uma parte ínfima do mercado mundial de alimentos, o sistema orgânico já ocupa quase 300 mil hectares do

sol solo agricultável do solo nacional, 152 mil dos quais comprometidos com o cultivo de produtos agrícolas, como a soja, a cana-de-açúcar e o café.

Da perspectiva mais pragmática, a soja tem sido considerada como uma das culturas com maior área de produção sob o sistema orgânico. Isso se justifica na medida em que o plantio da soja tem despertado alto interesse dos mercados japonês e europeu, para o atendimento de cuja demanda um número muito expressivo de produtores tem-se envolvido progressivamente no novo sistema. De acordo com a publicação da Embrapa, pela facilidade de acompanhamento da produção, a soja tem sido cultivada em pequenas propriedades, com área média de 22 hectares. No cálculo do BNDES, a área certificada de soja orgânica é de quase 13 mil hectares, cabendo a ressalva de que o número pode ser ainda maior, já que existe uma quantidade bem representativa de agricultores que produzem para o mercado interno sem dispor da certificação devida.

Sr. Presidente, fundamentado no tripé solo, homem e meio ambiente, o sistema orgânico promove uma intervenção radical na propriedade agrícola, proibindo de vez o uso de agrotóxicos na produção, implantando barreiras naturais para impedir a contaminação por insumos oriundos de propriedades vizinhas. Prática assumida como "necessária" em nossa agricultura, o abuso de agrotóxicos cederá lugar à retomada do manejo dos recursos naturais existentes em nossas propriedades, seguindo os ensinamentos contidos no sistema orgânico.

Sem impor uma receita totalmente uniforme, a agricultura orgânica prioriza a individualização de cada terreno plantado, estudando minuciosamente suas características ecológicas. O cultivo da soja, por exemplo, tem servido de excelente modelo para a adoção do sistema orgânico. Como escolha de produção sustentável, os pequenos produtores de soja, e de outras culturas, do Paraná não se furtam a abraçar novamente as práticas seculares de plantio orgânico. Prova disso é que, em Londrina, trinta agricultores da região se reuniram e decidiram, há bem pouco, organizar a Associação dos Produtores Orgânicos da Região de Londrina (APOL).

É evidente que a mentalidade que subjaz à formulação do sistema orgânico encerra uma compreensão menos violenta e imediatista da economia do campo. Ao contrário da agricultura convencional, o agricultor orgânico se envolve numa relação mais detalhada com seu pequeno ecossistema, convivendo com muitos problemas, mediante a solução dos quais aprende a manejar, com otimização, os recursos naturais disponíveis. Como bem dizem os produtores: "o agricultor

tem que aprender a observar o bichinho, a aranha que come o bichinho, acompanhar toda a cadeia alimentar, para descobrir a hora certa do manejo".

No caso da soja do Paraná, pelo menos desde 1996, a produção comercial tratou logo de buscar a certificação internacional para o sistema orgânico, com o propósito de acelerar todo um burocrático processo de validação do novo produto. Sem dúvida, com a certificação em mãos, as portas se abriram enormemente ao mercado externo, cuja demanda já se desenhava bem expressiva à época. Cumpre, portanto, frisar que, sem o apoio incondicional da Embrapa, tal iniciativa de produção não teria percorrido tão exitosa trajetória.

No entanto, vale comentar com mais vagar a questão da certificação do produto orgânico. Segundo a crítica mais comum vinda das empresas exportadoras de soja do País, a falta de uma legislação específica para a certificação afeta, significativamente, a expansão do mercado interno. No final das contas, isso implica a desorganização da economia doméstica, que autoriza a venda de orgânicos livremente por qualquer mercearia e supermercado das cidades brasileiras, sem que se comprove, de fato, a autenticidade orgânica do produto.

Aliás, não se pode, de fato, falar da produção orgânica sem a necessária menção ao trabalho incessante dos cientistas e técnicos rumo ao aperfeiçoamento do sistema orgânico de produção. Para tanto, diversas fazendas no Brasil têm servido de base para a condução de diferentes experimentos pelas instituições de pesquisa. Prova disso é o projeto Embrapa/Soja, que, há alguns anos, em determinadas fazendas do Paraná, vem avaliando os resultados da liberação da vespinha *Trissolcus basalis* para controle de percevejo, para melhor manejo do sistema orgânico de produção de alimentos.

Segundo os técnicos da Embrapa, a pesquisa em agricultura orgânica deve ser conduzida junto ao produtor, dentro de um ambiente real de produção, evitando a artificialidade à qual se é levado quando a experimentação científica se dá em contextos de laboratório. Nessa lógica, não há como validar tecnologias em campos experimentais, senão na desfavorável condição de risco para o mascaramento de resultados. Para a Embrapa, no sistema orgânico, os testes feitos numa propriedade são mais fiéis, e os resultados podem estendidos para outras propriedades. Não acidentalmente, na safra de verão, a empresa vai iniciar produção de semente básicas de soja de sabor ultra-suave, como resultado do programa de melhoramento genético para consumo humano, destinado a aperfeiçoar o sabor e as características agronômicas das variedades.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos que saudar a iniciativa da Embrapa e dos nossos produtores de dirigir, atualmente, o interesse produtivo à agricultura orgânica. Sem dúvida, o Brasil se lança na era da globalização consciente de que a qualidade dos alimentos é uma questão séria, tanto para a condição de saúde da população, quanto para a criação de novas oportunidades econômicas do mercado agrícola nacional. Congratulo a Embrapa, em particular, pelo estímulo e pela dedicação com que tem tratado a produção orgânica no País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de, nesta oportunidade, encarregar a importância desta semana, sobretudo para a importantíssima questão do aleitamento materno. Do dia 13 ao dia 18, será comemorado a Semana Mundial da Amamentação. Certamente, essa semana não poderia passar desapercebida por esta casa.

"Até seis meses, mudança na alimentação do bebê só se for do peito direito para o esquerdo".

Este é o slogan deste ano da Semana Mundial da Amamentação que, no Brasil, é coordenada pelo Ministério da Saúde. A abertura das comemorações da Semana, cujo tema é "Aleitamento materno exclusivo: seguro, saudável e sustentável", foi realizada no dia 10 do presente mês, na cidade do Rio de Janeiro.

A Semana Mundial da Amamentação no Brasil de 2004 compreenderá ações de incentivo à amamentação exclusiva, sem água, chá ou qualquer outro alimento, nos primeiros seis meses de vida do bebê. "A amamentação exclusiva é segura porque disponibiliza à criança o único alimento capaz de evitar contaminações e infecções. É saudável porque atende às necessidades e peculiaridades das crianças nos primeiros anos de vida, além de ajudar no tratamento de doenças. E é sustentável porque a produção de leite materno não polui o meio ambiente e, a princípio, é produzida pela mãe em quantidade que satisfaz a demanda do filho", ressalta a Coordenadora da Política Nacional de Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, Sônia Salviano.

O Ministério da Saúde recomenda, além da amamentação exclusiva nos seis primeiros meses de vida do bebê, a amamentação total (leite materno complementado com alimentos adequados à idade) até os dois anos ou mais. De acordo com Sônia Salviano, o cumprimento das recomendações traz vantagens para a criança, sua mãe e à sociedade.

A amamentação demonstra grande potencial transformador no crescimento, desenvolvimento e prevenção de doenças na infância e na idade adulta.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, segundo informações retiradas do site Ministério da Saúde, na abertura da Semana Mundial da Amamentação no Brasil, foram assinados dois protocolos de atuação conjunta. Um, entre os ministérios da Saúde e o de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, voltado ao apoio à execução de ações de incentivo ao aleitamento materno, no âmbito do Programa Fome Zero. A iniciativa visa garantir educação alimentar e nutricional, com vistas a elevar o nível de saúde e de qualidade de vida das lactentes e das crianças na primeira infância, respeitando-se as diversidades regionais e culturais. E, ainda, fortalecer o vínculo afetivo entre mãe e filho, e reduzir a morbidade e a mortalidade infantil por causas evitáveis.

O outro protocolo, firmado entre os Ministérios da Saúde e das Comunicações, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), renova por mais um ano o Projeto Carteiro Amigo – Incentivo ao Aleitamento Materno. A medida vai possibilitar que carteiros de todas as regiões brasileiras distribuam mais de um milhão de panfletos da Campanha Nacional da Amamentação. A expectativa é a de que a ação dissemine informações sobre a importância do aleitamento materno e resgate a prática da amamentação, bem como reforce a afetividade entre mãe e filho, e diminua a morbimortalidade de crianças.

“Amamentar ou não amamentar é uma decisão importante que a mulher tem que tomar. É necessário que ela tenha acesso a informações corretas e adequadas sobre a alimentação ideal da criança, sobretudo, nos dois primeiros anos de vida”, destaca a Coordenadora da Política Nacional de Aleitamento Materno do Ministério.

Ainda na solenidade, o Ministério da Saúde prestou homenagem à Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (Rede IBFAN), parceira da instituição, pelo trabalho desenvolvido nos últimos 25 anos. Já no decorrer da Semana Mundial da Amamentação, serão inauguradas, com o apoio do Ministério, mais seis novas unidades de bancos de leite humano, localizadas em Vitória da Conquista, na Bahia; em Porto Velho, em Rondônia; em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul; em Manaus, no Amazonas, e em Fortaleza e em Maracanaú, no Ceará. A Rede Nacional de Bancos de Leite Humano é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como a maior e mais complexa do mundo. Com as seis unidades a serem inauguradas nesta semana, a Rede totalizará 178 bancos de leite humano no Brasil.

Sr. Presidente, consoante Maria C. Moreira, a amamentação é tão importante para a saúde do bebê que nos anos 70 uma campanha internacional foi iniciada pelas Nações Unidas para restringir os substitutos do leite materno. Em 1981 a Assembléia da Organização Mundial de Saúde adotou o Código International de Marketing dos Substitutos do Leite Materno, elaborado para eliminar as práticas inadequadas de

marketing usadas para promover produtos artificiais de alimentação para o bebê.

Do ponto-de-vista da criança, a amamentação é extremamente benéfica, podendo até lhe salvar a vida, e para a mãe também tem muitas vantagens:

O leite materno é o melhor alimento para a criança nos primeiros 6 meses de vida, dando ao bebê excelentes chances de sobrevivência e boa saúde;

Ajuda a proteger o bebê contra a diarréia, infecções respiratórias, alergias e outras doenças;

Está sempre limpo, puro e na temperatura ideal;

É emocionalmente gratificante, aproximando a mãe e o bebê;

Não existe perigo para o bebê na medida em que evita mamadeiras sujas ou água contaminada e a mãe fica livre do trabalho de preparar fórmulas e mamadeiras. Para muitas mulheres, em função das condições em que vivem, é quase impossível preparar e usar mamadeiras de forma segura;

O leite materno é econômico;

Amamentar ajuda os órgãos reprodutivos da mulher a retornar ao estado normal após a gravidez e o parto, além de reduzir o risco de câncer de mama;

Ajuda a retardar o retorno da ovulação e ajuda portanto no espaçamento entre partos, embora não seja um método anticoncepcional seguro.

Além disso, estudos recentes indicam um aumento significativo do QI nas crianças que foram amamentadas. Durante as pesquisas foi estabelecida uma separação entre os benefícios emocionais proporcionados pela amamentação e os benefícios puramente nutricionais do leite e as estimativas são de que o aspecto emocional é responsável em 40% pela obtenção destes resultados, enquanto que os 60% restantes estão relacionados ao valor nutricional do leite materno. Entretanto, apenas crianças que foram amamentadas por um período superior a 6 meses, usufruiram deste aumento de QI.

É considerado que as mulheres que amamentam seus filhos fazem uma contribuição extremamente importante para o bem-estar de suas famílias, sociedades e nações. Entretanto, para executar esta contribuição sem sacrificar sua própria saúde e bem-estar é importante que elas contem com recursos e apoio. Quero listar algumas das necessidades da mulher durante o período de amamentação que, na medida do possível, devem ser atendidas:

As mulheres precisam de boa alimentação ao longo de toda a sua vida, mas especialmente durante a gravidez e amamentação;

Amamentar requer tempo e energia. Mães amamentando precisam de repouso extra e devem ser aliadas de sua carga normal de trabalho;

As mulheres precisam ser informadas sobre os benefícios da amamentação e os riscos e desvantagens da mamadeira e substitutos do leite materno;

Toda informação importante para a mulher que está amamentando é igualmente importante para o marido e provavelmente para outros membros da família. Desta forma eles podem aliviá-la de algumas tarefas, ajudar a cuidar das outras crianças e assegurar que ela receba alimentação necessária e adequada.

Espero que o Ministério da Saúde intensifique as campanhas visando o estímulo ao aleitamento materno, sobretudo nas regiões norte e nordeste, e que nossos recém nascidos, os cidadãos brasileiros de amanhã, cresçam fortes e sadios.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 43, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 191, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 43, de 2004, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e acrescenta a alínea “f” ao inciso I do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, que dispõem sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica e isenção ou redução de impostos de importação, proveniente da Medida Provisória nº 191, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, combinado com o art. 375, VIII, do Regimento Interno)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 2º do art. 64 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2004 (nº 3.015/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capaci-

tação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências.

Pareceres, dependendo de leitura, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hélio Costa, favorável ao Projeto e à Emenda nº 6, apresentando, ainda, as Emendas nºs 7 e 8-CE; e contrário às Emendas nºs 1 a 5; e da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e das Emendas nºs 1 a 6, e no mérito, favorável ao Projeto, apresentando, ainda, as Emendas nºs 9 a 12-CCJ.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81, 92, de 1999; 5, 20, de 2000; e 15, de 2001)

(Votação Nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.

Pareceres sob:

– nºs 538 e 1.035, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral

1º pronunciamento: (sobre as Propostas): favorável, com as Emendas nºs 1 a 105-CCJ, que apresenta; encaminhando os Requerimentos de destaque nºs 340 a 356, de 2002; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001, que tramitam em conjunto;

2º pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, apresentadas durante a discussão em primeiro turno): favorável às Emendas nºs 106, 109, 111, 114, 117, 125, 133, 138, 139, 143, 146, 147, 149, 152, 159, 163, 166, 167, 194, 204, 211, 218 e 222, de Plenário; favorável, nos termos de subemendas, às Emendas nºs 54-CCJ, 177, 181, 197, 217 e 232, de Plenário; pela prejudicialidade das Emendas nºs 110, 124, 182 a 185, 189, 192, 193, 198 a 200, 202, 203, 205, 207 a 210, 212, 213, 215, 223, 228 a 231, 233, 235 a 237; e pela rejeição das Emendas nºs 107, 108, 112, 113, 115, 116,

118 a 123, 126 a 132, 134 a 137, 140 a 142, 144, 145, 148, 150, 151, 153 a 158, 160 a 162, 164, 165, 168 a 176, 178 a 180, 186 a 188, 190, 191, 195, 196, 201, 206, 214, 216, 219 a 221, 224 a 227, 234, 238 e 239, de Plenário; e

– nº 451, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em reexame), Relator: Senador José Jorge, 3º pronunciamento: favorável à Proposta na forma da Emenda nº 240-CCJ, concluindo por texto que vai à promulgação, por texto que retorna à Câmara dos Deputados, e pela apresentação, por desmembramento, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 26 e 27, de 2004; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92, de 1999; 1, 5, 20, de 2000; e 15, de 2001, que tramitam em conjunto.

4 a 18

(*Votação Nominal*)

Propostas de Emenda à Constituição nºs 21, de 1995; 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 81, 92, de 1999; 5, 20, de 2000; e 15, de 2001, tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (ITEM Nº 03)

–19–

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal*. (Comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.274, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Waldeck Ornelas, favorável com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 20 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000

(*Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000 e 24, de 2003*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual*.

Parecer sob nº 103, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável à matéria e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003, que tramitam em conjunto.

– 21 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 1999

(*Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000, e 24, de 2003*)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal*.

– 22 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2000

(*Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 22, de 2000, e 24, de 2003*)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal*. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

– 23 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2003

(*Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, 22 e 28, de 2000*)

Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *acrescenta o inciso XII ao art. 167 da Constituição Federal*.

(Bloqueio ou contingenciamento de dotações do orçamento da seguridade social).

– 24 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 25 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 1, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.*

Parecer sob nº 549, de 2004, do relator Senador Aloizio Mercadante, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta.

– 26 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 81, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que *acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.*

Parecer favorável, sob nº 270, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 27 –
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal.* (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

– 28 –
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102,
DE 2002-COMPLEMENTAR
(Votação Nominal)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002 – Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais.*

Parecer sob nº 561, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, reclassificando a matéria como projeto de lei complementar.

– 29 –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.*

Parecer sob nº 492, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

– 30 –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2004 (nº 5.246/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre a inclusão da questão da violência contra a mulher como parte dos Temas Transversais integrantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.*

Parecer sob nº 1.348, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senadora Fátima Cleide, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

– 31 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2004 (nº 6.777/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.352, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Arthur Virgílio, com voto contrário do Senador Antônio Carlos Magalhães.

– 32 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2004 (nº 2.596/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias federais BR-101 e BR-104, onde os extremos são os Municípios de São José da Lage (AL) e Novo Lino (AL), passando pelas cidades de Ibateguara e Colônia Leopoldina, ambas localizadas no Estado de Alagoas.*

Parecer sob nº 1.289, de 2004, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Teotônio Vilela Filho, favorável, nos termos das Emendas de redação nºs 1 e 2-Cl, que oferece.

– 33 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2004 (nº 3.821/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que *dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.349, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 34 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2004 (nº 3.804/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *altera o art. 8º da Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002* (altera o percentual da GAJ)

Parecer favorável, sob nº 1.350, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 35 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2004 (nº 3.294/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.351, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 36 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2004 (nº 3.885/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *reorganiza o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército, dispõe sobre a promoção de soldados estabilizados do Exército à graduação de cabo e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.353, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator Senador Jefferson Péres.

– 37 –

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2002

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.227, de 2004, Relator: Senador Romeu Tuma), do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2002 (nº 5.172/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre o abandono justificado do lar por um dos cônjuges.*

– 38 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 416, DE 2003
(Incluído em *Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 23, de 2003*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2003 (nº 2.503/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV TOP Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Parecer favorável, sob nº 1.402, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Leonel Pavan.

– 39 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 888, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2004 (nº 1.356/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização de Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 1.354, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolfo Tourinho.

– 40 –

REQUERIMENTO Nº 516, DE 2004
(Incluído em *Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 516, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos regimentais, congratulações ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pela vitória brasileira na OMC, referente aos subsídios norte-americanos ao algodão.

Parecer favorável, sob nº 1.011, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon, propondo que a manifestação

seja extensiva ao Ministério das Relações Exteriores como um todo, ao ex-Ministro Celso Lafer, ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– 41 –

REQUERIMENTO Nº 526, DE 2004
(Incluído em *Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 526, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos.

Parecer favorável, sob nº 1.012, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

– 42 –

REQUERIMENTO Nº 527, DE 2004
(Incluído em *Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 527, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio – OMC, que condenou os subsídios pagos ao algodão pelos Estados Unidos.

Parecer favorável, sob nº 1.013, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

– 43 –

REQUERIMENTO Nº 531, DE 2004
(Incluído em *Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 531, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que seja enviado às autoridades israelenses no Brasil um apelo no sentido de

resguardar a vida, a liberdade e os direitos humanos do físico nuclear Mordechai Vanunu.

Parecer favorável, sob nº 1.014, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

– 44 –

REQUERIMENTO Nº 642, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 642, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de louvor ao Sr. Peter Kaestner, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América do Norte, que ora retorna ao seu País, pelos relevantes serviços prestados à comunidade brasileira.

Parecer favorável, sob nº 1.357, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Tião Viana.

– 45 –

REQUERIMENTO Nº 732, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 732, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja enviado à Senhora Presidente Megawati Sukarno-Putri um apelo no sentido de permitir que o cidadão brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, preso na Indonésia, possa vir cumprir sua pena no Brasil, de acordo com as leis brasileiras.

Parecer favorável, sob nº 1.358, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tião Viana.

– 46 –

REQUERIMENTO Nº 1.090, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.090, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do presidente da Áustria, Thomas Klestil, bem como a apresentação de condolências ao governo austríaco.

Parecer favorável, sob nº 1.359, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

– 47 –

REQUERIMENTO Nº 1.122, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.122, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante, manifestando júbilo pela decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que considerou ilegal a interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ).

Parecer sob nº 1.360, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Roseana Sarney, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece.

– 48 –

REQUERIMENTO Nº 925, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 925, de 2004, do Senador Duciomar Costa, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2004, de sua autoria.

– 49 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2004 (nº 4.018/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *concede pensão especial a Maria José Pereira Barbosa Lima*.

Parecer favorável, sob nº 563, de 2004, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 05 minutos.)

(OS 16957/04)

(*) ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 018, DE 2004

Modifica o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde para alterar os critérios de relação de dependência.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso VIII e o parágrafo único do art. 5º do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS), instituído pela Resolução nº 86, de 18 de dezembro de 1991, e alterado pelas Resoluções nºs 5, de 14 de abril, e 91, de 21 de dezembro de 1992, de modo a restabelecer o limite de dois salários mínimos originalmente previsto na alínea “a” do parágrafo único do art. 5º da referida Resolução nº 86, de 1991, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

VIII – pai, padrasto, mãe ou madrasta que, sem economia própria, vivam sob sua dependência econômica e constem na sua declaração do Imposto de Renda.

Parágrafo único. Os dependentes referidos nos incisos IV a VIII, para serem inscritos e mantidos no Sistema Integrado de Saúde deverão comprovar dependência econômica exclusiva do servidor, assim entendida a inexistência de renda própria em valor superior a dois salários mínimos. (NR)”

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação e será convalidado por resolução do Senado Federal.

Sala da Comissão Diretora, 25/8/2004

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1669 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar a servidora **REGINA CÉLIA MARTINS GARCIA BRANDÃO**, matrícula nº 5193, ocupante do cargo de Técnico Legislativo / Administração, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para a Função Comissionada, Símbolo FC-07, de Consultor Técnico, da Consultoria da Diretoria – CON, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.

Senado Federal, em 14 de setembro de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1670 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **CLÉSIO BORGES RABELO**, matrícula nº 422, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, da Função Comissionada, Símbolo FC-07, de Consultor Técnico, da Consultoria da Diretoria – CON, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.

Senado Federal, em 14 de setembro de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA		HERÁCLITO FORTES	
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PTB	Fernando Bezerra
PFL	César Borges	PMDB	Garibaldi Alves Filho
RIO DE JANEIRO		JOSÉ AGRIPINO	
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	PFL	Jorge Bornhausen
PMDB	Sérgio Cabral	PT	Ideli Salvatti
MARANHÃO		PSDB	Leonel Pavan
PMDB	João Alberto Souza	S/Partido	Heloísa Helena
PFL	Edison Lobão	PMDB	Renan Calheiros
PFL	Roseana Sarney	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PARÁ		PFL	Maria do Carmo Alves
PMDB	Luiz Otávio	PDT	Almeida Lima
PT	Ana Júlia Carepa	PSB	Antonio Carlos Valadares
PTB	Duciomar Costa	PMDB	Gilberto Mestrinho
PERNAMBUCO		PSDB	Arthur Virgílio
PFL	José Jorge	PDT	Jefferson Peres
PFL	Marco Maciel	PSDB	Alvaro Dias
PSDB	Sérgio Guerra	PT	Flávio Arns
SÃO PAULO		PDT	Osmar Dias
PT	Eduardo Suplicy	PT	Tião Viana
PT	Aloizio Mercadante	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PFL	Romeu Tuma	PT	Sibá Machado
MINAS GERAIS		PDT	MATO GROSSO DO SUL
PL	Aelton Freitas	PT	Juvêncio da Fonseca
PSDB	Eduardo Azeredo	PT	Delcídio Amaral
PMDB	Hélio Costa	PMDB	Ramez Tebet
GOIÁS		PT	DISTRITO FEDERAL
PMDB	Maguito Vilela	PFL	Valmir Amaral
PFL	Demóstenes Torres	PT	Cristovam Buarque
PSDB	Lúcia Vânia	PSDB	Paulo Octávio
MATO GROSSO		PFL	TOCANTINS
PSDB	Antero Paes de Barros	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PFL	Jonas Pinheiro	PFL	João Ribeiro
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Leomar Quintanilha
RIO GRANDE DO SUL		PMDB	AMAPÁ
PMDB	Pedro Simon	PSB	José Sarney
PT	Paulo Paim	PMDB	João Capiberibe
PTB	Sérgio Zambiasi	PMDB	Papaléo Paes
CEARÁ		PT	RONDÔNIA
PSDB	Luis Pontes	PMDB	Mário Calixto
PPS	Patrícia Saboya Gomes	PT	Fátima Cleide
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	Valdir Raupp
PARAÍBA		PPS	RORAIMA
PMDB	Ney Suassuna	PDT	Mozarildo Cavalcanti
PFL	Efraim Morais	PMDB	Augusto Botelho
PMDB	José Maranhão	PMDB	Romero Jucá
ESPÍRITO SANTO			
PPS	João Batista Motta		
PMDB	Gerson Camata		
PL	Magno Malta		
PIAUÍ			
PMDB	Alberto Silva		

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/3489/3491 Fax: 1095
------------------	------------------------------------	---

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	Ramal: 3623 Fax: 3606
-----------------	---------------------------	--

Secretários:	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calhão Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	Ramal: 3508 Ramal: 3514 Ramal: 3511 Ramal: 4854
---------------------	--	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	Ramal: 3507 Fax: 3512
-----------------	-------------------------	--

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	Ramal: 3520 Ramal: 3503
---------------------	---	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	Ramal: 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

Secretários:	CAE	– Luiz Gonzaga da Silva Filho	Ramal: 4605
	CAS	– José Roberto Assumpção	Ramal: 4608
	CCJ	– Gildete Leite de Melo	Ramal: 3972
	CE	– Júlio Ricardo Borges Linhares	Ramal: 4604
	CFC	– José Francisco B. de Carvalho	Ramal: 3935
	CI	– Celso Antony Parente	Ramal: 4354
	CRE	– Maria Lúcia Ferreira de Mello	Ramal: 4777
	CLP	– Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	Ramal: 1856

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



**SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA

**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)

IDE利 SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		

PMDB

NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		

PFL

CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2-PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		

PSDB

ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		

PDT

OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
------------	-----------	----------------	--------------

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162
----------------------	--------------

**REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060**

**ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04**

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995

2^a Designação: 30.06.1999

3^a Designação: 27.06.2001

4^a Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhylino (PTB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS